

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

CARLA ADRIANA BERDNACHUK

DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO E A
TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FUMAGEIRA: O CASO DO CULTIVO DE
TABACO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

PONTA GROSSA
2019

CARLA ADRIANA BERDNACHUK

DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO E A
TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FUMAGEIRA: O CASO DO CULTIVO DE
TABACO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação em Geografia, da
Universidade Estadual de Ponta Grossa,
como requisito para obtenção do Título de
Mestre em Gestão do Território.

Orientador: Drº Celbo Antonio Fonseca
Rosas

PONTA GROSSA
2019

B486 Berdnachuk, Carla Adriana
Diversificação em áreas cultivadas com tabaco e a territorialização da indústria fumageira: o caso do cultivo de tabaco orgânico no município de Canoinhas/SC. / Carla Adriana Berdnachuk. Ponta Grossa, 2019. 174 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Celso Antônio Ramos Fonseca Rosas.

1. Diversificação. 2. Empresas fumageiras. 3. Tabaco orgânico. 4. Territorialização. I. Rosas, Celso Antônio Ramos Fonseca. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. III. T.

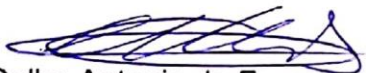
CDD: 338.76

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA ADRIANA BERDNACHUK

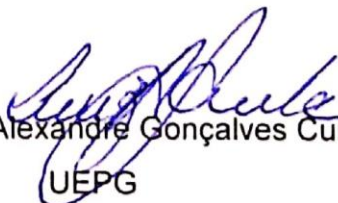
"DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO E TERRITORIALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA FUMAGEIRA: O CASO DO CULTIVO DE TABACO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC"

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



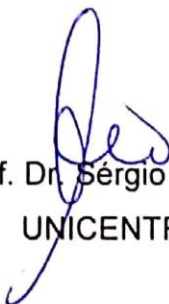
Prof. Dr. Celbo Antonio da Fonseca Rosas

UEPG



Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

UEPG



Prof. Dr. Sérgio Fajardo

UNICENTRO

Ponta Grossa, 26 de abril de 2019.

Dedico aos agricultores familiares produtores de tabaco e desejo que no solo que brota fumo possa um dia brotar alimentos.

AGRADECIMENTOS

Início os agradecimentos colocando Deus em primeiro lugar, por guiar e iluminar minha vida com saúde e serenidade na busca de meus objetivos e por tudo que conquistei nesta vida.

Agradeço aos meus pais Deonísio e Ivoneide e irmã Andreia pelo apoio e ajuda.

Ao meu companheiro de todas as horas Denis, que soube dar o apoio nas horas difíceis, sua ajuda e apoio foram muito importantes para mim.

Ao meu orientador Doutor Celso Rosas pela disponibilidade e confiança.

Aos meus colegas e amigos que conquistei nesses dois anos: Ana, Maiara, Sandra e Martin. Compartilhamos momentos difíceis e maravilhosos que ficarão guardados com muito zelo.

Aos professores Doutores Sérgio Fajardo e Luís Alexandre Gonçalves Cunha pelas contribuições feitas para a pesquisa, e a professora Doutora Cássia Gonçalves Magalhães do departamento de química da UEPG pelo auxílio prestado.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Geografia da UEPG.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa.

Aos agricultores e pessoas envolvidas nesse trabalho que cordialmente cederam seu tempo para a realização da pesquisa.

Obrigada!

*“...Sob o familiar, descubra o insólito;
sob o cotidiano, destaque o inexplicável.
Que possa toda coisa dita habitual lhe inquietar...” (Bertold Brecht).*

RESUMO

As transformações ocorridas no campo resultante da modernização da agricultura ocasionaram a artificialização do espaço e das técnicas influenciando novas organizações e dinâmicas territoriais. O avanço e fortalecimento da cadeia produtiva do tabaco sob a dominação do capital monopolista intensifica a especialização entre setores, tornando a produção integrada à indústria. No município de Canoinhas – SC, a produção de tabaco está territorializada na agricultura de base familiar implicando essa produção tanto em interesses mercantis como na sobrevivência das famílias. Mas, é preciso considerar que a partir do final dos anos 90, a produção de tabaco passou a ser alvo de críticas, e, medidas restritivas de produção e consumo passaram a ser elaboradas. A Convenção Quadro para o Controle do Tabaco é o primeiro tratado de saúde referente ao tabaco e propõe a introdução de alternativas economicamente capazes de gerar renda aos agricultores. A reação da indústria tabaqueira frente às críticas é adotar medidas para fortalecer e valorizar a produção, apoiados nesse cenário, as empresas lançam mão do tabaco orgânico na tentativa de minimizar as críticas antitabagistas e ao mesmo tempo na abertura de novos mercados. Nesse sentido, o objetivo principal deste estudo procurou evidenciar os impasses atuais da produção de tabaco convencional e as perspectivas de diversificação da produção, a partir de iniciativas da empresa na busca por alternativas produtivas que mantenham seu mercado ativo, com o tabaco orgânico. Para esta análise, foram realizadas pesquisas bibliográficas e coleta de dados através de entrevistas semiestruturadas com os agentes públicos e privados e agricultores que têm relação com o tabaco. Por meio de ampla pesquisa bibliográfica exploratória, analisam-se as transformações decorrentes das ações contra a produção de tabaco evidenciadas nos últimos anos e os condicionantes dos processos de diversificação em áreas com tabaco. Como um dos elementares resultados desta dissertação têm-se visões dicotômicas sobre o tabaco orgânico como processo de diversificação de culturas, pois ora é visto pelos favoráveis à produção, como um novo modelo de produção baseado em moldes sustentáveis, ora é visto, pelos contrários ao cultivo, como uma forma de minimizar as críticas, cada vez mais impositivas, ao setor.

Palavras chave: Diversificação. Empresas fumageiras. Tabaco orgânico. Territorialização.

ABSTRACT

The transformations that occurred in the field resulting from the modernization of agriculture led to the artificialization of space and techniques influencing new organizations and territorial dynamics. The advancement and strengthening of the tobacco production chain under the domination of monopoly capital intensifies the specialization between sectors, making production integrated with industry. In the municipality of Canoinhas - SC, tobacco production is territorialized in family-based agriculture, implying this production both in mercantile interests and in the survival of families. But it must be considered that by the end of the 1990s, tobacco production started being criticized, and restrictive measures of production and consumption began to be elaborated. The Framework Convention on Tobacco Control is the first health treaty regarding tobacco and proposes the introduction of economically capable alternatives to generate income for farmers. The reaction of the tobacco industry in the face of criticism is to adopt measures to strengthen and valorize production, supported by this scenario, companies use organic tobacco in an attempt to minimize anti-tobacco criticism and at the same time to open new markets. In this sense, the main objective of this study was to highlight the current impasses of conventional tobacco production and the prospects of production diversification, based on the company initiatives in search of productive alternatives that maintain their active market with organic tobacco. For this analysis, bibliographical research and data collection were carried out through semi-structured interviews with public and private agents and farmers who are related to tobacco. Through extensive exploratory bibliographical research, we analyze the transformations resulting from the actions against tobacco production evidenced in recent years and the conditioners of the diversification processes in areas with tobacco. As one of the elementary results of this dissertation we have dichotomous views on organic tobacco as a process of crop diversification, sometimes it is seen by those favoring production as a new production model based on sustainable molds, sometimes it is seen by those against the cultivation, as a way of minimizing the criticism, increasingly imposing to the sector.

Keywords: Diversification. Tobacco companies. Organic tobacco. Territorialization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Área cultivada com tabaco orgânico usando barreiras de proteção.....	112
Figura 2 -	Canteiros de produção de mudas de tabaco orgânico....	112
Fluxograma 1 -	Circuito espacial de produção de tabaco – sul do Brasil.....	47
Fluxograma 2 -	Calendário de atividades no cultivo do tabaco.....	63
Gráfico 1 -	Os dez países com as maiores áreas de terras agrícolas orgânicas em 2015.....	92
Gráfico 2 -	Evolução da produção de orgânico no mundo em 2006 a 2015.....	92
Mapa 1 -	Localização do município de Canoinhas/SC.....	17
Mapa 2 -	Distribuição da produção de tabaco orgânico no sul do Brasil – 2016/2017.....	103
Mapa 3 -	Distribuição da produção de tabaco convencional no sul do Brasil.....	104
Quadro 1 -	Classificação toxicológica dos agrotóxicos.....	74

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Números da produção mundial de tabaco safras: 2014 a 2017.....	63
Tabela 2 -	Números da produção de tabaco convencional no Brasil, safras: 2012 a 2017.....	63
Tabela 3 -	Tabaco – Safras da Região Sul do Brasil: 2013 a 2016.....	64
Tabela 4 -	Valor da produção dos principais produtos da agropecuária do Rio Grande do Sul, 2017.....	64
Tabela 5 -	Síntese de acompanhamento de safra – núcleos regionais Paraná.....	65
Tabela 6 -	Valor da produção dos principais produtos da agropecuária de Santa Catarina em 2017 (R\$ mil reais).....	66
Tabela 7 -	Números de produção nas principais microrregiões do Estado.....	66
Tabela 8 -	Municípios catarinenses com maior expressividade na produção de tabaco – safra 2015/16.....	67
Tabela 9 -	Números da produção orgânica na América Latina e Caribe em 2015.....	93
Tabela 10 -	Dez países com maior área orgânica na América Latina e no Caribe em 2015.....	93
Tabela 11 -	Desenvolvimento das terras agrícolas orgânicas no Brasil.....	94
Tabela 12 -	Utilização de terras para a produção de tabaco orgânico no mundo em 2014/15.....	102
Tabela 13	Caracterização dos estabelecimentos visitados (área total; área com orgânico; área com convencional) (2016/2017).....	109
Tabela 14	Consumo mundial de cigarros – trilhões de unidades.....	126

LISTA DE SIGLAS

ABIFUMO - Associação Brasileira da Indústria do Fumo
AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
CAI – Complexo Agroindustrial
CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola
CQCT – Convenção Quadro para o Controle do Tabaco
CTNfito - Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários
DFVT – Doença da Folha Verde do Tabaco
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FIERSG - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz
IFOAM - *International Federation of Organic Agriculture Movements*
INCA – Instituto Nacional do Câncer
ITGA - Associação Internacional de Produtores de Tabaco
JTI – *Japan Tobacco International*
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização Não Governamental
PNARA – Política Nacional de Redução de Agrotóxicos
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SINDITABACO - Sindicato da Indústria do Fumo da Região Sul do Brasil
SIPT – Sistema Integrado de Produção de Tabaco
SNRC – Sistema Nacional de Cadastro Rural
ULT – *Universal Leaf Tobacco*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL: COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS.....	20
1.1 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS.....	21
1.1.1 O complexo agroindustrial do tabaco.....	27
1.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS: A COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO DE TABACO.....	30
1.2.1 A remodelação de territórios pelo cai do tabaco.....	37
1.3 A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES: O TERRITÓRIO DO TABACO.....	40
1.4 O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO: SIPT.....	44
1.5 AGRICULTURA FAMILIAR: GRUPO DE INTERESSE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO TABACO.....	49
1.6 MERCADOS MUNDIAIS DE TABACO E A PRODUÇÃO NO SUL DO BRASIL: TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES.....	55
1.6.1 Produção de tabaco no Sul do Brasil em números.....	62
CAPÍTULO 2 - OS DESAFIOS ATUAIS DA PRODUÇÃO DE TABACO: PRODUÇÃO CONVENCIONAL E PRODUÇÃO ORGÂNICA.....	69
2.1 TABACO, AGROTÓXICOS, FLEXIBILIZAÇÃO DA LEI E DILEMAS ATUAIS.....	69
2.2 A CONVENÇÃO QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO.....	78
2.2.1 Os princípios de diversificação de culturas baseado na CQCT.....	81
2.3 O NÃO LUGAR DA AGROECOLOGIA E OS ANTAGONISMOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA ATUAL.....	86
2.4 A CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – ATUAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL.....	91
2.5 PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO: ASPECTOS GERAIS.....	95
CAPÍTULO 3 PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO: DIÁLOGOS ENTRE ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO OU NOVOS MERCADOS PARA O CAI DO TABACO – O	

	CASO DE CANOINHAS/SC.....	99
3.1	TABACO ORGÂNICO NO SUL DO BRASIL: CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO.....	99
3.2	O MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC E A TERRITORIALIZAÇÃO DO TABACO ORGÂNICO.....	108
3.3	MOTIVAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC.....	114
3.4	PERSPECTIVAS FUTURAS DE PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO.....	118
3.5	SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA PARA A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO: CONVENÇÃO QUADRO <i>VERSUS</i> CONTINUIDADE DA FUMICULTURA.....	120
3.6	ALTERNATIVAS A FUMICULTURA: A TERRITORIALIZAÇÃO DA DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO	128
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
	REFERENCIAS	144
	APÊNDICE A - MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTAS GRAVADAS	160
	APÊNDICE B - MODELO DE CARTA DE IDENTIFICAÇÃO.....	161
	APÊNDICE C - MODELO DE ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS AGRÍCOLAS.....	162
	APÊNDICE D - MODELO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES COM OS PRODUTORES DE TABACO ORGÂNICO.....	163
	APÊNDICE E - MODELO DE ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ACATUR.....	165
	APÊNDICE F - MODELO DE ENTREVISTA COM GERENTE REGIONAL EPAGRI CANOINHAS E SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DA PREFEITURA DE CANOINHAS.....	167
	APÊNDICE G - MODELO DE ENTREVISTA COM A CEPAGRO.....	169
	ANEXO A - PREÇOS DO TABACO CURADO.....	173

INTRODUÇÃO

O cultivo do tabaco remonta há tempos pré-históricos no qual servia à sociedade como moeda de troca e erva medicinal na cura de diversos males. Observou-se a expansão mundial da planta durante as grandes navegações, difundindo-se mais tarde como cultura de grande valor econômico.

Com a industrialização e modernização da agricultura avançando rapidamente, ocorreram movimentos econômicos apoiados por ações governamentais, pois instituições públicas passaram a oferecer linhas de crédito especial não somente para os projetos industriais, mas também para a integração dos agricultores. Os insumos naturais foram substituídos pelos insumos artificiais, maquinarias simples por complexos sistemas, criando um vínculo de integração forte entre agricultor e indústrias. Essa nova dinâmica agricultor-indústria era expressa através dos complexos agroindustriais que surgiam Pós-Segunda Guerra Mundial, quando a expansão do capitalismo foi mais forte. A partir da criação do complexo agroindustrial a agricultura se remodela para atingir os interesses econômicos de grupos específicos. A industrialização e o complexo agroindustrial são partes importantes no processo modernizatório do campo

Os agricultores de base familiar passaram, então, a atender às demandas empresariais e industriais, enquanto as empresas e indústrias passaram a atender ao mercado externo. As grandes corporações do agronegócio atuam fortemente no mercado junto com as instituições governamentais onde os vínculos são estabelecidos. A expansão do complexo agroindustrial do tabaco pelo sul do Brasil estruturou uma nova organização territorial desconsiderando as relações já estabelecidas nas colônias.

Esse complexo processo, assim como faz emergir novas organizações trazendo novos conceitos, também faz desaparecer, quase que instantaneamente, outros processos e outras organizações que são desprezados como antiquados para o momento. Nessa rápida expansão do capital, as discussões sobre territórios e sobre territorialidades se tornam pertinentes, pois, assim como o território é construído socialmente, também é uma relação marcada por conflitos e poder. Portanto, nesta pesquisa tem-se a análise do território a partir da perspectiva

político-econômica, abordando as múltiplas territorialidades, escalaridades e as redes que compõem o complexo conceito de território.

Com as modernas tecnologias implantadas e uso das redes, as empresas alteram os territórios de acordo com as suas necessidades gerando territorialidades diferentes. A construção das territorialidades é feita cotidianamente pelas ações exercidas pelos atores daquele território, a territorialidade também é vista como dominação, apropriação de um território.

É o jogo de interesses presente na escolha do território, na atuação da indústria e do governo. Com a integração da agricultura à indústria ocorreram mudanças nas relações sociais e produtivas do trabalho. O complexo agroindustrial do tabaco espalhou sistemas técnicos e normas que aumentaram a produção em quantidade e qualidade, assim como incrementou paralelamente o aperfeiçoamento de seu parque industrial.

A produção do fumo está localizada, principalmente, na região Sul do Brasil, e assinala uma nova forma de organização do território, influenciada pela atuação das empresas capitalistas. A produção de tabaco é uma grande e complexa cadeia de redes organizada a partir de um sistema integrado. No sistema de integração, os produtores devem atender aos requisitos da empresa, e estas, por sua vez, atendem às exigências qualificadas dos mercados de comercialização. É uma forma de contrato, um compromisso, que se realiza entre produtor e empresa antes do início da safra, que determina a quantidade a ser produzida, assim como, que tipo de matéria-prima será utilizado. Dessa forma, o sistema de integração apresenta algumas vantagens para o produtor, como a garantia de venda da sua produção, assistência técnica qualificada, assim como assistência financeira acessível. Em contraste, porém, as empresas ganham muito mais, pois mantêm o total controle da produção dos agricultores, garantindo seus lucros de comercialização futura.

Ao analisar o complexo agroindustrial do tabaco e a inserção dos agricultores familiares neste, compreende-se um jogo de ações políticas e econômicas que atuam na promoção do tabaco na tentativa de minimizar as críticas que foram surgindo ao setor em decorrência de ações mundiais como a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.

O conhecimento que a sociedade adquiriu a respeito dos malefícios do uso do tabaco e seus derivados e da própria produção no campo, coloca em pauta discussões importantes que abrangem inúmeras e complexas questões entre

aqueles grupos que são favoráveis ao cultivo e consumo e entre os contrários ao cultivo e consumo e a sua organização estrutural.

Portanto, o objetivo deste trabalho é evidenciar os impasses atuais da produção de tabaco convencional e as perspectivas de diversificação da produção a partir do tabaco orgânico, onde a produção fumageira atual, em crise, busca por alternativas produtivas que mantenham o seu mercado ativo, sendo uma destas o tabaco orgânico como uma nova possibilidade dentro da cadeia produtiva. Neste aspecto o título deste trabalho se refere ao processo de territorialização das empresas, onde o correto é a territorialização da produção de tabaco.

A produção de tabaco tem passado por diversas transformações e mudanças desde a década de 1990. Um dos temas que vem sendo alvo de inúmeros debates e pesquisas, inclusive debatida nessa dissertação, são as formas de diversificação da cultura do tabaco e a relação do agricultor com o uso intensivo de agrotóxicos, fato que vem influenciando, no primeiro caso, o estudo de diversas possibilidades de diversificação de culturas e, no segundo caso, perspectivas de produção orgânica, na contínua busca pelo desenvolvimento e avanço do complexo do tabaco.

No caso do tabaco orgânico, os agricultores, mesmo descartando o uso de agrotóxicos em suas lavouras, continuam em contato direto com a nicotina presente na planta, estando sujeitos a adquirirem a doença da folha verde, e subordinados ao capital. Ao trazer esse questionamento para o estudo, pode-se afirmar que se avança radicalmente na introdução de tecnologias na produção de tabaco ocasionando um desgaste severo do ambiente, mas, ao mesmo tempo, e pelas mesmas estruturas empresariais, cria-se a “oportunidade” de produzir sem agredir o meio ambiente, muito mais na tentativa de colocar a empresa num patamar maior de visibilidade no mercado.

A produção de tabaco submete os agricultores a graves riscos decorrentes da intoxicação pela nicotina e por agrotóxicos. As ações contra a produção de tabaco oriundas da Convenção Quadro fizeram surgir programas governamentais que atuam na diversificação de áreas cultivadas com tabaco. Os municípios que apresentam produção de tabaco são atingidos pelos programas de diversificação a partir da ANATER, que é a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural responsável por realizar chamadas públicas e distribuir os recursos oriundos do governo para os projetos de diversificação.

E sobre a diversificação de áreas cultivadas com tabaco, existem dois discursos: o primeiro é aquele que motivou a criação do programa de diversificação em áreas com tabaco pelo governo a partir da adesão do país à Convenção Quadro e onde são colocadas em prática as normas da convenção; outro é aquele colocado pelas fumageiras sobre a diversificação da cultura do tabaco pautado na lógica industrial e integrada, nesta pesquisa, representada pela cultura do tabaco orgânico. Na produção de tabaco orgânico, os agricultores continuam sendo subordinados às empresas, pois precisam atender as exigências das mesmas a partir do sistema integrado de produção e as exigências da empresa certificadora.

As estratégias que surgem de controle do tabaco passam a exigir que as empresas tabaqueiras provoquem mudanças em suas condutas a fim de manter a produção e os lucros. A produção de tabaco orgânico parte das empresas como uma forma de diversificar a cultura convencional de tabaco, lógica que não é aceita pelos agricultores que já possuem uma agricultura diversificada e já deixaram de produzir tabaco.

Quanto aos procedimentos técnicos empregou-se o estudo bibliográfico que permitiu a construção teórica conceitual da pesquisa. Fez-se necessário o acompanhamento de dados do IBGE, AFUBRA, MDA e Sinditabaco e a realização de entrevistas que constituíram a principal fonte de informações sobre o cultivo do tabaco orgânico e dos processos de diversificação do município de Canoinhas - SC.

O município de Canoinhas (mapa 1) está geograficamente localizado na microrregião de Canoinhas que, por sua vez, compreende parte da mesorregião norte catarinense¹. O município possui uma área territorial de 1.143,5 Km² e população total de 52.765 habitantes sendo que a população urbana (39.273 hab.) é maior que a população rural (13.492 hab.), segundo o censo IBGE 2010 (EPAGRI/CEPA, 2013).

A microrregião de Canoinhas² é a maior produtora de tabaco do Estado, seguido de Ituporanga e Rio do Sul, com relação aos maiores municípios do Estado, produtores de tabaco, os dados concentram-se em quatro principais: Itaiópolis, Canoinhas, Santa Terezinha e Irineópolis que compõem a microrregião de Canoinhas.

¹ A mesorregião norte catarinense é composta pelas microrregiões de Canoinhas,

² A microrregião de Canoinhas é composta pelos municípios de: Bela Vista do Toldo; Irineópolis; Canoinhas; Mafra; Major Vieira; Monte Castelo; Papanduva; Porto União; Santa Terezinha; Timbó Grande; Três Barras (EPAGRI, 2018).

1º etapa: entrevista com os técnicos agrícolas que atuam na área de tabaco orgânico do respectivo município.

2º etapa: entrevista com os agricultores produtores de tabaco orgânico do respectivo município.

3º etapa: entrevista com órgãos ligados a esfera governamental ou privada e que atendem as demandas do programa de diversificação em áreas com tabaco. Na ocasião, foi entrevistado o secretário regional da Epagri, o secretário geral da ACATUR, a engenheira agrônoma da CEPAGRO e o secretário de Desenvolvimento Regional de Canoinhas.

4º etapa: entrevista com agricultores que abandonaram a cultura do tabaco e se adaptaram a outras culturas.

Nessa busca por atores da cadeia que são à favoráveis a produção de tabaco e das instituições contrárias à produção onde a confrontação das ideias seria de alto valor intelectual, estes se recusaram a conceder entrevistas. Assim, foram estudados de forma virtual acompanhando sites e publicações. Nessa mesma perspectiva, salienta-se que alguns dos agricultores visitados se recusaram a conceder entrevista.

Para aprimorar a pesquisa e entender um pouco mais sobre o tabaco orgânico, foi realizada análise química das folhas secas de tabaco. Foram colhidas amostras de tabaco em março de 2018 no município de Canoinhas, das variedades K 326, tanto do cultivo orgânico como do cultivo convencional. Para a extração do óleo essencial, foram utilizadas as amostras através da hidro destilação durante três horas consecutivas. O óleo obtido, foi coletado descartando a fase aquosa e a fase orgânica foi seca com magnésio anidro. Coletado o óleo enviou-se (ao Departamento de Química da Universidade Estadual de Londrina) para que fossem extraídos os componentes químicos através da análise por cromatografia em fase gasosa acoplada a espectrômetro de massas e cromatografia em fase gasosa (MAGALHÃES, 2008). Porém, os resultados obtidos não foram suficientes para gerar dados concisos sobre os componentes, alguns fatores podem ter sido a causa, como, por exemplo: insuficiência de material coletado ou utilização de fórmula pouco eficaz. O objetivo era que com a análise química pudesse ser comparado o produto convencional e o orgânico e se realmente existem benefícios no cultivo orgânico, como, por exemplo, o nível do teor de nicotina em cada cultivo.

O aporte teórico conceitual que explica a atuação territorial do complexo agroindustrial do tabaco e sua configuração espacial está descrito no primeiro capítulo. Este, analisa como as ações das empresas hegemônicas afetam a construção de territórios, além de situar historicamente a produção. Faz-se referência ao Sistema Integrado de Produção de Tabaco e trazem-se dados produtivos para verificação, assim como, analisam-se as mudanças institucionais no circuito espacial produtivo do tabaco e as adaptações das empresas frente às críticas originadas da Convenção Quadro.

O segundo capítulo relata os elementos que fazem emergir as críticas à produção (uso intensivo de agrotóxicos, subordinação, etc.) salientando os debates que emergem em torno dos processos de diversificação, da Convenção Quadro e da produção orgânica de tabaco.

Para o terceiro capítulo, a presença da análise das principais características da produção de tabaco convencional e suas conceituações teóricas é imprescindível para melhor compreensão da produção de tabaco orgânico ou como uma continuidade da produção de tabaco convencional ou como novo processo de diversificação como é colocado por alguns atores. Por fim, Seguem as considerações finais e anexos da pesquisa.

CAPÍTULO 1

A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL: COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

O presente capítulo busca compreender como a grande transformação decorrente da globalização influenciou o processo de modernização do campo e a artificialização do espaço com as relações que se configuram e a complexificação das técnicas de produção traduzindo novas organizações e dinâmicas territoriais. Com a introdução das atividades industriais nas agrícolas, estas últimas se tornaram dependentes das primeiras. Com essa relação de dependência, ficam evidentes as formas de ação do capital gerindo a agricultura mediante programas de integração.

As organizações capitalistas agem primeiramente selecionando os territórios nos quais possam organizar estruturalmente a produção, seleção que, logicamente, recai sobre territórios que ofereçam subsídios fiscais e estruturais para cada empresa. São ações voltadas a dotar o campo de fluidez para uma melhor atuação das empresas hegemônicas nos seus territórios.

São territórios articulados e conectados localmente e globalmente através das redes como parte das estratégias capitalistas, pois apenas um único território não é suficiente para suprir as necessidades das empresas – são necessários vários outros territórios. As redes ligam os territórios, a eles possibilitando movimento através das linhas que se conectam com o global e ligam o espaço/tempo.

A produção de tabaco é realizada por agricultores familiares que são integrados ao complexo agroindustrial do tabaco. Essa ação do capital industrial, a partir do sistema integrado, controla toda a produção agrícola, desde a semeadura até a comercialização final. Ao se abordar o conceito de território, interessa também a análise das territorializações inerentes ao espaço da fumicultura e às mudanças que vêm ocorrendo no complexo agroindustrial do tabaco.

1.1 A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A FORMAÇÃO DOS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS

Com a globalização, os sistemas agrícolas passaram a ter uma característica não somente agrícola, mas agroindustrial, tudo orientado para o desenvolvimento das relações industriais no campo (SILVEIRA; DORNELLES, 2010). O surgimento do sistema capitalista, na visão de Santos (2003, p. 138), “[...] acarretou um aprofundamento da divisão social, assim como geográfica, do trabalho, que separou o homem dos meios de produção”.

As técnicas, segundo Santos (2000, p. 12), são oferecidas “[...] como um sistema e, realizadas combinadamente através do trabalho, das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso [...]” numa relação entre homem e natureza, transformam o espaço de forma diferenciada no decorrer do tempo. Proporcionam ao homem “[...] menor esforço na produção, no transporte e nas comunicações, mudando a face da Terra, alterando as relações entre países e entre sociedades e indivíduos” (Idem, p. 31) e definem cada período histórico geográfico.

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola, com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se [...] a constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional [...]. É desse modo que se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por mudanças profundas quanto à produção agrícola e quanto à vida de relações (SANTOS, 2000, p. 43).

O desenvolvimento das técnicas e a inovação produtiva envolveram fatores como especialização de culturas; quimificação; motomecanização e mecanização (MAZOYER; ROUDART, 2010), onde Cunha (2018) acrescenta que esses fatores aumentaram a integração entre indústria, agricultura e o setor de serviços.

Hespanhol (2008) afirma que foi no pós-Segunda Guerra Mundial que o processo de internacionalização e de expansão do capitalismo foi mais forte. Quanto ao Brasil, já na década de 1950 esse processo foi desencadeado, tornando-se mais expressivo na década seguinte, difundindo-se a chamada Revolução Verde.

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, tem-se um novo momento de expansão econômica e espacial do modo de produção capitalista, através da difusão do capital monopolista internacional. Essa fase do capitalismo caracterizou-se pelo aumento e pela especialização da produção, pelo crescimento da comercialização e pela intensificação da circulação de matérias-primas, insumos, produtos, capital, informações e normas

organizacionais em escala mundial, entre distintos e distantes lugares do mundo. (SILVEIRA, 2007, p. 244).

Na busca pelo novo padrão agrário de desenvolvimento, Graziano da Silva (1996) afirma que o processo de modernização passou por três etapas importantes: a constituição dos complexos agroindustriais (CAIs); o processo de industrialização e a integração financeira entre os setores.

Para Graziano da Silva (1996, p. 30) a modernização da agricultura “[...] consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, especialmente por meio de mudanças tecnológicas e de ruptura das relações de produção arcaicas e do domínio do capital comercial”, é um processo que passa por processos de amadurecimento e tem seu auge na década de 60.

A modernização da agricultura se deu de forma rápida, principalmente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, “[...] onde as alterações na base técnica e econômica da agropecuária se deram de maneira bastante pronunciada a partir dos anos 1960” (HESPANHOL, 2008, p. 382), a modernização da agricultura ocorreu via as transformações na base técnica, resultando na industrialização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 32).

A industrialização da agricultura configura a subordinação da Natureza ao capital, Graziano da Silva (1996) afirma que o capital isentou a agricultura das condições naturais, passando a produzi-las assim que se tornasse necessário, citando como exemplos a irrigação artificial, a drenagem etc. Processou-se uma gradativa mudança para a incorporação das atividades agrícolas à indústria modificando tanto as relações homem-meio ambiente como as relações sociais.

Em essência, tratava-se, no momento, de tornar a agricultura menos dependente da dotação de recursos naturais, atrelando as suas condições de reprodução à incorporação de insumos e bens de capital gerados em um setor específico da indústria, implicando o estabelecimento de ligações estreitas, Concomitantemente à edificação e reorganização das relações com a indústria processadora de produtos agrícolas (MAZZALI, 2000, p.17).

Para Graziano da Silva (1996, p. 4) implica a industrialização da agricultura na passagem do sistema artesanal para o de manufaturas. Essa agricultura mais modernizada se tornou então dependente de empresas nacionais e estrangeiras, que impuseram atividades especializadas e que se sobrepuseram à autonomia produtiva e econômica dos agricultores, elevando o consumo intermediário na agricultura e mostrando a dependência com as indústrias. A industrialização da agricultura brasileira se deu de fora para dentro, a partir da periferia dos processos produtivos, perdendo sua autonomia e eficácia econômica (GUIMARÃES, 1982).

Guimarães (1982) afirma que é a fase dirigida da industrialização que passa a substituir os insumos naturais por artificiais, as maquinarias simples por equipamentos complexos etc. existindo uma dependência cada vez maior da agricultura à grande indústria quando passa a existir um vínculo de integração conduzindo a formação dos complexos agroindustriais.

A dinâmica da agricultura está determinada pelo padrão de acumulação industrial, que por sua vez, está centrado no complexo agroindustrial, onde a ação do Estado é pautada na modernização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996). O desenvolvimento do capitalismo no campo agrícola brasileiro a partir do aprofundamento das relações entre agricultura e indústria marcou a década de 1960 (MAZZALI, 2000). O complexo rural, pautado na produção simples normalmente de um produto importante destinado ao mercado externo (GRAZIANO DA SILVA, 1996), deu lugar ao complexo agroindustrial, onde, incorporaram-se interesses da agricultura e da indústria unificando o processo de integração de capitais (MAZZALI, 2000).

Esse padrão agrário moderno que então começava a ser implantado no país assentava-se fundamentalmente em uma nova dinâmica das relações entre indústria e agricultura expressa sob a forma do complexo agroindustrial (CAI) enquanto resultado da crescente aplicação de inovações científicas e tecnológicas, bem como de novos modos de planejar, organizar e regular a produção nas atividades agropecuárias. (SILVEIRA, 2007, p. 233).

Sendo assim, o complexo agroindustrial é definido por Cunha (2018) como o modelo que integrou a agropecuária aos demais setores existentes no capitalismo, ao passo que a agricultura aprofundou a divisão social do trabalho e a especialização produtiva. O mercado passou a ser mais complexo, fazendo com que os tradicionais setores econômicos expandissem a articulação entre si.

Para Cunha (2018), a expansão desse modelo de produção pautado na modernidade fez reestruturar os modelos tradicionais de produção pelo modelo moderno. O processo de modernização acabou por promover o que Cunha (2018, p. 26) chama de “cooptação territorial”, processo contínuo e implacável e “[...] que evoluiu para se tornar o grande segmento econômico que é hoje o agronegócio”. O espaço geográfico é remodelado, substituindo as diversidades técnicas e produtivas em virtude da produção especializada para indústria.

Para Roos (2015) a estrutura complexa a partir da integração entre agricultura, indústria e comércio principalmente encaminhados para exportação denomina-se agronegócio, expressão utilizada para se referir ao modelo produtivo capitalista.

Os interesses motivados pela ação do capital direcionam as ações de grupos e empresas de várias ordens, ditados por fatores essenciais para o direcionamento das ações capitalistas, gerando o processo de globalização, mas utilizados de maneira aglutinadora para as próprias conveniências, comandadas por desejos políticos economicamente particulares (ROSAS; HESPANHOL, 2003, p. 32).

Para Müller (1993), a partir do momento da intensificação das relações entre agricultura e indústria, articula-se o CAI. Formado por inúmeros segmentos, redefine os papéis da agricultura e a articulação entre interesses sociais e econômicos.

Müller (1988, p.54) define CAI como as:

Relações entre industrialização e agroindustrialização do campo, revelam a atual convivência entre indústria e agricultura, a cuja forma dá-se o nome de complexo agroindustrial. Levando-se em conta que a agricultura nada mais é do que um segmento desse complexo, um segmento com características próprias e no qual a sociabilidade se alterou significativamente, pode-se designar por padrão agrário moderno as atividades agrárias industrializadas junto com a tendência a agroindustrialização e com as correspondentes mudanças sociais, políticas e culturais.

Fajardo (2008) salienta que o complexo agroindustrial caracteriza o processo condizente com as diversas relações entre: agricultura; indústria; comércio; serviços, que despontavam com o novo modelo agrário. Na perspectiva da agricultura brasileira, o complexo agroindustrial insere o padrão agrário nacional na nova economia mundial, utilizando as novas técnicas produtivas e novas tecnologias para maximizar a produção.

Guimarães (1982) atribui a noção de complexo agroindustrial quando salienta que após intensa industrialização a agricultura estava se tornando um elemento dependente do processo produtivo.

A medida que se industrializava, a agricultura passava de um nível inferior a um nível superior de desempenho, mas isso também significava uma perda progressiva de sua autonomia e de sua capacidade de decisão. Agora se tornaria possível apreciar as várias faces de um fenômeno que correspondia a um passo a frente inevitável, no curso do crescimento agrícola, mas que lhe haveria trazer uma nova ordem de problemas. Ao aumentar sua dependência, de um lado em relação ao forte grupo de indústrias fornecedoras de insumos básicos; e, de outro lado, em relação às grandes indústrias transformadoras e compradoras da maior parte dos produtos agrícolas, a agricultura irá aumentar sua produtividade, mas irá também, aumentar seus custos, sem poder compensá-los com uma equivalente lucratividade. Isso também porque entre outras razões, o mercado que nessa nova etapa se formará para seus produtos será muito menos livremente competitivo e tenderá a ser dominado, mais e mais, por condições monopolísticas (GUIMARÃES, 1982, p. 114).

Em Graziano da Silva (1996), a formação do complexo agroindustrial é produto da modernização, onde o elemento principal das atividades é o capital e as técnicas foram substituídas pela necessidade financeira. Esse movimento do sistema financeiro na dinâmica da agricultura vem consolidar um novo padrão agrícola, que para Graziano da Silva (1996, p. 26) resultou da:

[...] consolidação integrada com o complexo agroindustrial e as mudanças na base técnica de produção agrícola comandadas pelo complexo; a intensa urbanização e rápido crescimento do emprego não agrícola, com pressões sobre a demanda de produtos agrícolas; o crescimento e a diversificação das exportações; e, finalmente a organização do SNRC e a política de crédito rural como principal veículo do projeto modernizador para a agricultura.

Com uma maior complexidade do padrão pela integração de capitais sob o comando do capital financeiro, têm-se ações que, em parte, foram capitaneadas pelo Estado: uma maior subordinação da agricultura à dinâmica industrial; o agricultor passa a se tornar um complemento das máquinas num processo de subordinação direta do trabalho ao capital; o crédito rural é inserido no sistema financeiro geral fazendo com que a política de crédito force a modernização agrícola (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

As relações inter-setoriais passam a atingir o complexo agroindustrial, e para Fajardo (2008) é por meio de relações entre os diferentes capitais – agrários, industrial, bancário e financeiro - que surge a centralização e integração de capitais, constituindo-se no novo processo do complexo. Para Mazzali (2000, p. 24) foi o “Estado enquanto financiador e articulador dos diferentes interesses que garantia e gerenciava um padrão no direcionamento das relações entre os agentes, conferindo, dessa forma, um dado ‘estilo’ ao processo de modernização”.

Mazzali (2000) salienta que as mudanças que ocorreram, configurando o capital financeiro como o elemento intensificador das relações inter-setoriais, alavancaram um novo ‘padrão de desenvolvimento rural’ que se consolidou mediante a onipresença do Estado.

Nesse sentido, o caráter inovador do estilo de intervenção estatal está situado na visualização dos nexos de relações interindustriais do e para o setor agrícola. O crédito farto com taxas de juros altamente subsidiadas visou favorecer o setor agropecuário em seu conjunto, tendo como clientela preferencial o produtor (modernizado ou modernizável), privilegiando, por meio das diferentes modalidades (investimento, comercialização e custeio), a indústria de bens de capital produtora de veículos, máquinas e implementos agrícolas, além de equipamentos de beneficiamento e de armazenagem. Também foram beneficiadas as cooperativas agrícolas, a indústria processadora e as indústrias química e petroquímica, produtoras de fertilizantes e defensivos agrícolas (MAZZALI, 2000, p. 23).

A agricultura teve seu ritmo produtivo alterado, atendendo às demandas externas conforme o avanço do meio técnico-científico-informacional “[...] e a consequente capitalização do meio rural através da industrialização, modernização e constituição dos CAIs” (ROSAS, 2010, p. 41).

Uma parte crescente dos produtos agrícolas não mais é entregue diretamente, em sua forma natural, ao consumo: é adquirida e processada pela indústria. Uma parte crescente das necessidades de consumo da agricultura não é mais obtida dentro das explorações agrícolas: é suprida pela indústria. As indústrias processadoras de produtos agrícolas não são mais as pequenas e médias unidades produtivas que utilizavam meios mecânicos mais ou menos rudimentares; são, não raramente, gigantescas unidades produtivas que utilizam tecnologias altamente desenvolvidas. E assim também o são as indústrias de insumos modernos que suprem a agricultura desde os fertilizantes e defensivos químicos até a maquinaria mais sofisticada (GUIMARÃES, 1982, p. 113).

Para Graziano da Silva (1996) com a constituição de um novo padrão agrário moderno a agricultura passa a crescer em função das demandas industriais; as agroindustriais se lançam na busca por novas matérias primas e as indústrias em busca de novos consumidores; a agricultura passa a depender da dinâmica industrial, de desenvolvimento autônomo passa a vivenciar um desenvolvimento subordinado.

A subordinação da agricultura visando à produção em série de produtos, produção essa relacionada a uma indústria e ao processo de especialização agrícola, impôs uma escala maior de mercado e uma alienação do homem-produtor (SANTOS, 2003). Rosas e Hespanhol (2003, p. 33) salientam que “[...] a essência do capitalismo encontra-se impregnada dos elementos que afloram diante da

globalização, rearticulados por atores que dividem o espaço, direcionando os objetivos que mais lhes interessam”. Portanto, a partir da modernização da agricultura, onde esta se torna complexa, dependente e articulada à indústria que novos elementos surgem nessa trama de relações. A agricultura passa a ser conceituada a partir da relação que desencadeia com outros setores.

O complexo agroindustrial pode ser definido como a relação da agricultura com vários outros setores industriais e de serviços, que passaram a fazer parte da produção tanto a montante quanto a jusante do campo. A análise do capital financeiro torna-se importante a partir do momento que este é o ponto integrador entre o setor primário, secundário e terciário num processo de financiamento da produção.

As relações sociais, econômicas, ambientais, produtivas, políticas etc. sofreram inúmeras mudanças e a agricultura faz parte de um movimento global, não pode mais ser definida somente pela atividade de produção no campo, mas a partir de um amplo conjunto de relações com outros setores.

Entre os vários ramos agroindustriais que foram despontando nesse cenário influenciado pelas ações hegemônicas do capital encontra-se o do tabaco (SILVEIRA, 2007). No caso da produção de tabaco via complexo agroindustrial, teve uma grande expansão no Sul do Brasil após a década de 1960, principalmente quando os investimentos ao agricultor familiar foram reduzidos, fato esse que obrigou os agricultores a migrarem para a produção de fumo. O fácil acesso à produção e aos financiamentos da produção em longo prazo oferecidos pelas empresas fizeram com que o agricultor enxergasse no fumo uma ‘válvula de escape’ para se manter ativo no campo (PENTEADO; DANTAS, 2018).

As transformações que foram sendo desencadeadas por esse processo tornaram a produção e o agricultor muito mais integrados às agroindústrias. Assim como os processos modernizadores traziam novas alternativas, também faziam dessas alternativas uma oposição.

1.1.1 O complexo agroindustrial do tabaco

A implantação do CAI do tabaco caracterizou-se pela rápida expansão dos sistemas, técnicas e objetos que concorreram para a promoção da produção (SILVEIRA, 2007). Prieb analisa essa forma de regulação do Estado e de

fortalecimento dos laços com as empresas quando estas utilizam dos agricultores para conseguir benesses junto ao Estado, para a autora, “[...] uma das principais justificativas para um maior apoio estatal ao setor pelas empresas é mostrar que essa atividade é importante, pois assegura o homem no campo [...]” (2005, p. 51).

O complexo do tabaco é um ramo do agronegócio que representa o capitalismo mundial, Hilsinger (2016) afirma que, o Estado apoia a iniciativa das empresas tabaqueiras já que “[...] a indústria de cigarros é uma das maiores contribuintes aos cofres públicos devido à alta carga tributária que incide sobre os cigarros [...]”³ (p. 69).

O capital maximizado determina ainda mais os rumos das políticas de desenvolvimento, enquanto o Estado minimizado assiste, muitas vezes passivo, à criação de leis e políticas que beneficiam muito mais os interesses das empresas capitalistas nacionais/transnacionais do que os interesses da sociedade. Especialmente no campo, as tomadas de decisões para o desenvolvimento têm sido determinadas pelos interesses das empresas nacionais/transnacionais. (FERNANDES, 2008, p. 287).

A agricultura não resiste à indústria, pois esta última gera subsídios para a agricultura, tornando-a dependente da indústria. Surge então um mercado mono - ou oligopolizado, um conjunto muito pequeno de empresas que cooptam o agricultor, tornando-o modernizado e subordinado, principalmente quando este se integra a complexos agroindustriais, tornando-se uma relação muito próxima e controladora.

Fica claro, portanto, que o processo de globalização, da forma como se processa atualmente, prioriza alguns aspectos, sobretudo aqueles que estão relacionados diretamente ao capital, utilizando-se, por meio de diversas técnicas, de uma (re)configuração espacial, excluindo classes sociais e países dessa reorganização, e utilizando-se deles para seu crescimento e desenvolvimento. (ROSAS; HESPAHOL, 2003, p. 34).

O crescimento do mercado internacional de tabaco aliado às demais vantagens que as empresas encontraram em território nacional como: a “combinação do emprego de inovações técnicas e organizacionais com o preexistente trabalho familiar dos pequenos proprietários fumicultores” (SILVEIRA, 2007, p. 253), ofereceram condições que demandaram maior produtividade de tabaco. Essas inovações, segundo Silveira (2007) passaram, inclusive a ser financiadas pelo Estado.

³ Ver mais sobre tributação de cigarros em: PAES, Nelson Leitão. Uma análise ampla da tributação de cigarros no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. n°48, jan/jul, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7989/1/ppp_n48_an%C3%A1lise.pdf> Acesso em dez/2018.

Esse aumento na produtividade impôs tanto a subordinação dos agricultores ao capital, quanto à necessidade de implantar inovações na comercialização e industrialização da planta. Silveira (2007) afirma que o Estado, como financiador e incentivador, se fez presente na introdução de novas plantas industriais, incentivando a introdução de novos capitais, renovando a já existente estrutura empresarial para ampliar o desenvolvimento da agroindustrialização do tabaco e criando relações complexas entre o campo e a cidade.

No desenvolvimento do complexo agroindustrial do tabaco importantes inovações técnicas e organizacionais se deram no decorrer do tempo, Silveira (2007) aponta a produção do campo, a comercialização, beneficiamento e industrialização como as etapas produtivas que engendraram maiores mudanças.

Na produção do campo a introdução das variedades de semente de tabaco (variedade Virgínia) geneticamente modificadas trouxeram um avanço na produtividade e maior resistência a pragas e doenças que afetavam a cultura do tabaco.

O desenvolvimento dessas novas variedades de fumo e a busca de um melhor desempenho revelaram também a existência de uma solidariedade técnica, na medida em que o emprego daqueles objetos implicava a necessidade de se introduzir e/ou implementar nas lavouras o uso de um segundo grupo de objetos técnicos caracterizado por um conjunto de insumos químicos como fertilizantes e agrotóxicos [...] (SILVEIRA, 2007, p. 255).

Além das sementes geneticamente modificadas houve a introdução de estufas metálicas de ar quente para cura do tabaco e mesa de classificação das folhas secas. As mudanças difundidas no processo de comercialização do tabaco envolveram a atuação do Estado no processo de criação de normativas⁴, quando a produção passou a ser comprada diretamente pela indústria, e não mais por comerciantes das regiões, houve a necessidade de se criar normas de classificação devido aos conflitos que iam surgindo entre agricultores que pediam preços melhores, e empresas.

Ao estabelecerem os novos critérios de classificação de fumo tais normas governamentais criadas externamente à região, pelo Estado, acabaram privilegiando o atendimento dos interesses das empresas multinacionais

⁴ Portarias de classificação de tabaco pela ordem: n°.674, de 18/09/1975; n°. 875, de 22/10/1978; n°. 309, de 02/10/1980; substituídas pelas portarias de n°. 79, de 17/03/1994 e n° 526, de 20/10/1993; substituídas pelas de n°. 10, de 16/04/2007 e n°27, de 08/08/2014. Acesso em: <https://www.sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method/visualizarAtoPortalMapa&chave=1559235653>>.

que puderam melhor atender a seus clientes internacionais. Os fumicultores foram os mais prejudicados, uma vez que, além de apresentarem dificuldades para se adaptarem à grande variedade e quantidade de novas classes de fumo instituídas, também viram acrescidas as dificuldades para obterem uma valorização mais justa pelo seu produto no mercado da comercialização da safra (SILVEIRA, 2007, p. 283).

Por consequência, a diversificação se tornou um fator gerador de conflitos entre agricultor e empresa. Quanto ao beneficiamento e industrialização, as mudanças se fizeram presente nos objetos, técnicas e sistemas organizacionais adquiridos pelas empresas (máquinas industriais).

Esse conjunto de inovações técnicas e organizacionais experimentadas no âmbito do beneficiamento e da transformação industrial do fumo, além daquelas engendradas durante a sua produção agrícola e sua comercialização, ao mesmo tempo em que informava uma maior complexidade na dinâmica de funcionamento do CAI do fumo, também, implicava mudanças na dinâmica de organização espacial [...] (SILVEIRA, 2007, p. 295).

Para Silveira (2007) sob a lógica do complexo agroindustrial do tabaco se fizeram importantes duas metodologias para fomentar seu desenvolvimento: o financiamento produtivo e o seguro agrícola privado. Ou seja, O Estado junto com os grupos industriais viabilizam a produção e comercialização (PENTEADO; DANTAS, 2018, p. 159/60).

No padrão de regulação estatal, as políticas financeiro-fiscal e de fomento tecnológico assumiram a primazia. A política de financiamento agrícola constituiu-se no eixo da intervenção estatal, revelando-se o principal mecanismo de articulação, pelo Estado, dos interesses agroindustriais. (MAZZALI, 2000, p. 22).

Quanto ao financiamento produtivo feito pelo Estado, este se refere à estruturação da política nacional de financiamento de custeio e de outros investimentos para as culturas agrícolas, incluindo o tabaco. A principal estratégia para viabilizar a modernização e ampliar a produção de matérias primas foi à criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) (SILVEIRA, 2007). Para Mazzali (2000) o SNCR e a intervenção estatal fizeram parte de uma estratégia que orientou e deu consistência ao processo modernizatório.

São as intervenções do governo que produzem efeitos duradouros sobre a vantagem competitiva das nações quando direcionadas para melhorar a competitividade sistêmica, na medida em que criam um ambiente mais favorável para a operação das empresas: melhoria na infraestrutura social e econômica, qualificação dos recursos humanos, sistema de financiamento e tributário, estabilidade política. Portanto, embora o capital esteja livre para voar, é o Estado quem fornece as condições para o seu pouso,

revalorizando o território para manter antigos investimentos ou atrair novos (CASTRO, 2005, p. 239/40).

O seguro agrícola privado do tabaco foi instituído pela AFUBRA, que buscava suprir a necessidade de seguros que o Estado não fornecia. Este seguro leva em consideração os fatores ambientais que podem causar danos nas lavouras (granizo, ventos) assim como é segurado à infraestrutura para cura do tabaco (seguro contra incêndio). Ao mesmo tempo em que passou a favorecer os agricultores, favoreceu na mesma medida as empresas tabaqueiras já que permite ao agricultor assegurar sua plantação e honrar com os compromissos contratados com a indústria (SILVEIRA, 2007).

A entrada de capitais no campo estruturou uma nova organização territorial que, progressivamente, desconsiderou as tradicionais relações estabelecidas no território. A expansão do complexo agroindustrial do tabaco no território do sul do Brasil ocorreu sob o poder hegemônico das empresas, incentivadas pelo Estado. Um espaço que passou a ser dominado pelas empresas hegemônicas, um território cooptado pelo padrão agrário moderno.

O conceito de território traz consigo uma gama de relações complexas, podendo ser definido a partir das relações de poder estabelecidas pelos indivíduos e nas múltiplas formas de apropriação/dominação do espaço. O território é condicionado e formado a partir de seus usos, movimentos e correlações entre as várias ações que são desencadeadas neste. Ou seja, território é o cenário de atuação dos agentes, dos fixos, dos fluxos, da imaterialidade e da materialidade.

1.2 REPRESENTAÇÕES SOBRE TERRITÓRIOS: A COMPLEXIDADE DA PRODUÇÃO DE TABACO

O território é entendido como a análise das ações que se desenvolvem no espaço. Apresenta uma conotação de poder, tanto no sentido mais concreto de dominação, quanto de poder mais simbólico de apropriação (HAESBAERT, 2008), descrevendo a complexidade e a multiplicidade de ações que se manifestam no espaço e caracterizam um território.

A compreensão das ações de um grupo, de um indivíduo ou de uma sociedade deve ser feita a partir de um contexto geográfico-territorial (HAESBAERT, 2014), sendo assim, trata-se de analisar território a partir da perspectiva político-

econômica, abordando as múltiplas territorialidades, escalaridades e as redes que compõem o complexo conceito de território, a partir da perspectiva relacional.

Se território é um espaço apropriado pelas relações de poder em múltiplas escalas, territorialidades são processos/ estratégias que se desenvolvem pelos distintos grupos sociais (HAESBAERT, 2002), apresenta-se mutável no tempo, pois varia com cada etapa de desenvolvimento do território e do grupo social. Como afirma Saquet (2011) são relações engendradas entre homens, espaço e tempo.

Etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino terra, e era utilizada pelo sistema jurídico romano dentro do chamado *jus terrendi* [...], como pedaço de terra apropriado, dentro dos limites de uma determinada jurisdição político administrativa. [...] o *jus terrendi* se confundia com o “direito de aterrorizar” (*terrifier*, em francês). (HAESBAERT, 2014, p. 43).

Para Haesbaert (2002), o território pode ser considerado uma invenção política do mundo moderno. É um *continuum* de relações demandadas entre os diversos sujeitos que ali se relacionam e o controle que cada um exerce. O uso da abordagem territorial, numa perspectiva evidenciadora das relações de poder, serve para desmascarar, abstrair e apreender os mecanismos de centralização do capital e as estratégias usadas pelas classes dominantes para controlar o território (SAQUET, 2011).

Os processos históricos se articulam com o presente e o futuro e, posteriormente, se desarticulam em impasses contraditórios. O território, segundo Haesbaert e Limonad (2007, p. 42) é uma “[...] construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico”. Haesbaert (2014) ao estudar as várias noções de território, as agrupa em quatro linhas de análise: política, econômica, cultural e natural, sendo que, a noção de território político e econômico são de interesse desta pesquisa.

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado. [...]. Econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. [...]. (HAESBAERT, 2014, p. 40).

Ainda trabalhando na definição de territórios, Haesbaert (2014) insere as abordagens filosóficas que fazem referência às linhas de análise política; cultural; econômica e natural.

a) O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos “parcial” de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a “natural”, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva “integradora” de território, na resposta a problemática que, “condensadas” através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas. b) O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como “coisa” ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e/ou espaço(s) geográfico(s) (p. 41).

Na perspectiva do materialismo-idealismo conceituada por Haesbaert (2014), tem-se a realidade material que prioriza o ideal. Atenta para o território como um espaço físico e traz duas concepções de análise: a naturalista (baseado no território animal e a relação sociedade/natureza) e a de base econômica (onde território é tido como fonte de recursos). A perspectiva integradora se traduz na relação entre sociedade/natureza em sua totalidade, não podendo ser concebido a partir de um único elemento para análise. Por fim, na perspectiva relacional ou absoluta o território é visto como inserido nas relações de poder.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p. 49), “[...] o território pode estar vinculado tanto ao exercício do poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras, quanto à funcionalidade econômica que cria circuitos relativamente restritos para a produção, circulação e consumo”. Haesbaert (2002, p.121) afirma que “território é o produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”. As condições que resultam das relações de poder permeiam diferentes escalas geográficas (BOBATO, 2017), por conseguinte, tem-se o surgimento dos múltiplos territórios.

Tendo em vista as relações de poder na constituição dos territórios, Saquet (2011, p. 54) o define como:

[...] construído social e historicamente pelos agentes do capital e do Estado, envolvendo diferentes classes sociais (relações de poder), interesses e intencionalidades, bem como a formação de redes de circulação, as apropriações do espaço, o uso, a dominação e a gestão voltada para o

desenvolvimento territorial. O território, assim, também é entendido como espaço de organização e luta política, para além de sua substantivação no real em virtude de fatores e processos econômicos, culturais e naturais, concepção intimamente relacionada à conquista de autonomia e ao desenvolvimento com mais equidade social.

O autor chama a atenção para os elementos políticos, econômicos e culturais que se fazem presente nas abordagens territoriais, corroborando com Haesbaert (2002; 2014).

Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações (SAQUET, 2006, p. 66).

Castro (2005) define poder como uma forma de impor uma vontade às partes mais fracas da relação, mediante a possibilidade de aplicar penas, como parte de estratégias da parte mais forte.

[...] as questões e os conflitos de interesses surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. (CASTRO, 2005, p. 41).

Saquet (2008) observa no território a articulação de escalas no processo de apropriação e produção do espaço. Através das suas diversas dimensões, o território abrange inúmeros elementos que se tornam centrais nessa discussão, o movimento é uma determinação territorial, como afirma Saquet (2008), porque, mesmo enraizados ou em trânsito, a matéria e a ideia estão em constante movimento, assim como fixos; fluxos; escalas; mercados; etc. são construções territoriais e nenhuma sociedade escapa dessa construção.

Saquet (2008, p. 51) afirma que o movimento que está dentro do território é “[...] fruto de determinações territoriais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo de contradições sociais, das forças econômicas, políticas e culturais que condicionam os saltos”. Sem contradição não há território, pois este é organizado e habitado por relações de poder que, automaticamente, geram poder sobre as pessoas, bem como geram desigualdades e contradições.

Território é conceituado por Raffestin (1993) como aquele que se forma a partir do espaço por ações concebidas por atores e estes, ao se apropriarem desse

espaço e nele conduzirem as suas ações, o territorializam. Dessa forma, “[...] não se trata, pois do 'espaço', mas de um espaço construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material [...]. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do [...] território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou território de um ator [...]” (p. 147).

[...] uma interação política, econômica, social e cultural que resulta de jogos de oferta e de procura, que provém dos indivíduos e/ou dos grupos. Isso conduz a sistemas de malhas, de nós e redes que se imprimem no espaço e que constituem de algum modo, o território. Não somente se realiza uma diferenciação funcional, mas ainda uma diferenciação comandada pelo princípio hierárquico, que contribui para ordenar o território segundo a importância dada pelos indivíduos e/ou grupos às suas diversas ações. (RAFFESTIN, 1993, p. 150-1).

Das relações sociais que se materializam no território surgem conflitos de interesses, tensões e arranjos originando debates que se fundamentam como fonte de estratégia do poder (CASTRO, 2005).

Um território é marcado por desigualdades, por diversidades produtivas e por diferentes organizações e corporações. Territórios são compostos de relações tanto internas quanto externas, “[...] ligando indivíduos e lugares em níveis trans-multiescalares formados por redes de redes” (SAQUET, 2011, p. 75).

Dessa interação constante entre múltiplas escalas e territórios, surge e avança cada vez mais o uso do termo rede, que contribui para compreendermos essas articulações entre diferentes territorialidades bem como suas estruturas internas. O conceito de rede nasce com o próprio capitalismo, e os primeiros pesquisadores que irão utilizá-la surgem no século XIX, quando tentam explicar determinadas formas espaciais disseminadas pelo novo sistema: redes de transporte cada vez mais articulados, [...] diversas redes técnicas construídas para destruir e reordenar territórios que, com o surgimento do imperialismo, irão incluir os próprios circuitos do capital financeiro (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Como aponta Haesbaert (2014, p. 298), “[...] vistas como componentes dos territórios, as redes podem assim estar a serviço tanto de processos sociais que estruturam quanto de processos que desestruturam territórios”. São, portanto, elementos que modificam territórios, “[...] são processos globalizantes ou desterritorializantes ao mesmo tempo em que destroem, constroem outras formas de espacialização” (FAJARDO, 2007, p. 38).

A partir das redes, as “[...] empresas podem alterar territórios provocando grandes e variadas mudanças no arranjo socioespacial” (SAQUET, 2011, p. 75), consequentemente gerando territorialidades diferentes. Essa velocidade com que as

informações transitam no espaço é que permitem informações instantâneas, acessando, controlando, gerenciando diversos territórios ao mesmo tempo e formulando territorializações.

O território, nessa perspectiva, pode ser contínuo ou descontínuo a partir das fragmentações territoriais e da rearticulação territorial através das redes, existindo, assim, uma gama de territórios que correspondem a uma “[...] vasta diversidade de territorialidades com dimensões e conteúdos específicos” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 44).

Silveira (2016, p. 912) salienta que a “[...] principal característica estrutural presente na atividade agroindustrial é a afirmação de uma racionalidade organizacional [...]”. E salienta também que essa racionalidade valoriza tanto a especialização quanto a interconexão de atores sociais e territórios. O conceito de rede demonstra que o território possui uma forma de organização estrutural e funcional. Assim, a rede se transforma num elemento que faz parte do território (HAESBAERT, 2014).

O significado da presença cada vez mais forte desses capitais multinacionais investidos foi uma estruturação do território (também enquanto base espacial) fundada na seletividade. Inclusão e exclusão de áreas já vinham sendo praticadas nas políticas públicas e na própria evolução econômica do país, que foi essencialmente concentradora no processo de “integração nacional” [...]. (FAJARDO, 2007, p. 85).

Essas escolhas territoriais são enfatizadas por Santos (2000, p. 39), quando afirma que “[...] os atores poderosos reservam os melhores pedaços de território [...]” para atuarem, recebendo auxílio das entidades públicas que governam aquele espaço, auxílio proporcionado, por exemplo, por diminuição de impostos. Trata-se de uma compartimentação do território através dos instrumentos informacionais e científicos. E cada empresa vê no território uma funcionalidade específica para os seus objetivos.

O espaço escolhido para a atuação das empresas tabaqueiras foi detalhadamente observado para que pudesse receber investimentos, garantindo novos arranjos territoriais (ELIAS, 2007). Para a autora, os arranjos territoriais são os novos focos da economia agrícola, pois as grandes corporações atuantes (complexos agroindustriais) são os principais agentes produtores do espaço agrícola, processando-se, dessa forma, a produção de territórios corporativos inerentes ao agronegócio globalizado.

1.2.1 A remodelação de territórios pelo cai do tabaco

Há uma busca constante, por parte das empresas, para configurar um território o mais próximo possível de suas estratégias, onde a atual “[...] divisão do trabalho na região fumicultora do Sul do Brasil informa um uso e uma organização corporativa do território, orientados pela racionalidade hegemônica do capital” (SILVEIRA, 2016, p. 922).

As empresas, ao aplicarem investimentos e “[...] movimentos de capitais aproveitam o máximo as potencialidades de exploração onde quer que se encontrem” (FAJARDO, 2007, p. 92). É o caso da territorialização do tabaco orgânico no município de Canoinhas, produção orientada por uma racionalidade do capital hegemônico que aproveita a potencialidade que o território oferece. Percebe-se que na produção de tabaco orgânico há uma valorização desigual dos territórios através da seleção de lugares e agricultores que atendam aos requisitos da empresa.

O desenvolvimento da agroindustrialização do tabaco se realiza envolvendo, simultaneamente, o equipamento e a modernização seletiva e desigual dos lugares, quanto ao seu conteúdo técnico-científico e informacional, e a valorização combinada de distintas relações sociais de produção, através da extração do sobretrabalho familiar dos fumicultores nas áreas rurais e a extração de mais-valia dos trabalhadores temporários e efetivos empregados nas usinas de processamento, nos principais núcleos urbanos agroindustriais. (SILVEIRA, 2016, p. 922).

Fajardo (2007) entende que o espaço é transformado a partir dos processos econômicos e das dinâmicas produtivas que envolvem diversos e diferentes elementos. Então o território passa a se constituir território usado, onde a reprodução do capital indica as transformações socioespaciais. Quanto ao território usado, Santos, Souza e Silveira (1998) afirmam que são objetos e ações, sinônimo do espaço humano e habitado.

Aos agentes econômicos cabe decidir que um território é favorável à instalação de uma empresa passando a remodelá-lo. Então a empresa passa a re/organizar o espaço segundo seus interesses e isso vai interferir na “[...] divisão do espaço em razão da intensificação da atuação da corporação” (CORRÊA, 1992, p. 37). As relações de poder abrangem a esfera concreta e efetiva das decisões na busca pela territorialidade (FAJARDO, 2007).

Como o tabaco, atividade ligada ao complexo agroindustrial se valoriza elementos como a especialização, a articulação e a interconexão entre os sujeitos que se encontram em diferentes níveis hierárquicos (SILVEIRA, 2016). A rede, para Silveira (2016), ao ligar pontos e lugares, se torna um fator de coesão e de integração, como também de desordem e de exclusão dos territórios, pois a lógica funcional destes últimos passa a ser regulada pelo funcionamento das redes.

Para Fajardo (2007, p. 41), a “[...] ação das empresas no espaço [rural] processa e traduz a territorialização das mesmas pela construção de fixos [...]. Essa estrutura concretizada no conjunto de objetos sustenta a funcionalidade do movimento dos fluxos, que, por sua vez, estão articulados nos circuitos produtivos estabelecidos”. Haesbaert (2008, p. 31) afirma que essas articulações surgem em territórios-rede flexíveis, “[...] onde o que importa é ter acesso, ou aos meios que possibilitam a maior mobilidade física dentro da(s) rede(s), ou aos pontos de conexão que permitam jogar com as múltiplas modalidades do território”.

Para Raffestin (1993), toda rede é uma imagem do poder dos atores dominantes, sendo que o poder visa o controle e a dominação dos homens e das coisas. Os territórios-rede são diversos e cada um apresenta as suas peculiaridades, sendo organizações hierárquicas.

O poder funciona. O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre seus intermediários. (FOUCAULT, 2002, p. 35).

Segundo Elias (2007), assim surgem às novas lógicas de organização do espaço modernizado, articulando a escala local com a internacional, organizando o espaço a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado muito percebido no cultivo do tabaco orgânico, com base nas novas dinâmicas hegemônicas do agronegócio globalizado.

[...] uma rede de empresas pode ser definida como um conjunto de empresas fornecedoras, processadoras e distribuidoras, articuladas entre si por meio de contratos explícitos e de mecanismos de mercado. Em sistemas agroindustriais, essa articulação procura assegurar fluxo de produtos, serviços, informações, tecnologias, pedidos e pagamentos desde os fornecedores de insumos utilizados na produção agropecuária até a comercialização final dos produtos [...]. (BUAINAIN, SOUZA-FILHO, 2009, p. 32).

Elias (2007, p. 58) salienta que elas compõem o “[...] território do agronegócio globalizado e agregam empresas agropecuárias [...]” as mais diversas que fornecem materiais necessários à produção agrícola.

O fato é que território e rede condicionam-se reciprocamente. Ambos são relação e movimento e inscrevem-se complementarmente. As redes de circulação e comunicação são meios na articulação interna do território, e, ao mesmo tempo, são território e interligam-no a outros territórios, tornando o território “inicial/local” um nó ou um território articulado a outros territórios, econômica, política e culturalmente. (SAQUET, 2008, p. 55).

O território está organizado pelo CAI do tabaco, que então determinam estratégias de ações na região. Saquet (2011) salienta que os territórios são a produção da relação sociedade/natureza e “[...] são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social e por suas respectivas territorialidades cotidianas” (p. 27). O processo territorializador determina a produção de cada território, ou seja, “[...] cristalizam-se territorialidades e interesses predominantemente econômicos e/ou políticos e/ou culturais que dão formas e conteúdos-significados multidimensionais aos territórios” (SAQUET, 2011, p. 27). A territorialidade significa, para Haesbaert (2014, p. 281), a construção, o controle das redes, sendo que a primeira é componente do segundo, e “[...] configuram territórios descontínuos, fragmentados, superpostos”.

A rede, em sua forma abstrata, é um componente do território e ressalta da dinamicidade deste e de suas perspectivas de conexões nos processos de territorialização e de desterritorialização, que, para Haesbaert (2014), fazem com que os fluxos que circulam pela rede tenham a capacidade de sustentar/construir territórios, assim como também de desarticulá-los.

Para Haesbaert e Limonad (2007, p.44) territorialidade pode ser conceituada “como a estratégia geográfica para controlar/ atingir a dinâmica de pessoas, fenômenos e relações através da manutenção do domínio de uma determinada área”, de um território, que é fruto das territorializações. Ou seja, o indivíduo, vivendo em sociedade territorializa-se através das suas ações cotidianas (SAQUET, 2006).

A territorialização, apresenta-se como a apropriação social, a partir das relações sociais, de um espaço. A territorialidade é composta por diferentes temporalidades e espacialidades, sendo resultado da interação do social com o natural, reproduzindo a complexidade das relações sociais. Uma territorialidade se

compõe de todas as ações diárias exercidas pelos sujeitos entre si e socialmente, de modo que cada grupo social é criador de sua própria territorialidade.

1.3 A CONSTRUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES: O TERRITÓRIO DO TABACO

Grupos de empresas ou pessoas se ocupam de espaços e distribuem-se de acordo com os seus modelos, visando controlar as circunstâncias para atingir objetivos determinados. Assim, criam limites e conjunturas capazes e dinâmicas que possibilitem mudanças repentinas (RAFFESTIN, 1993). Essas relações íntimas entre pessoas, coisas e objetos, para Haesbaert (2008), dizem respeito, também, à territorialidade, às formas de dominação e de apropriação do espaço e é também uma forma de identidade dos sujeitos, identidades econômicas, culturais, políticas e são também processos de re-territorialização .

Para Saquet (2011), a territorialidade é uma situação que se caracteriza pelo e no espaço que ocorre, pelo e no tempo, ou seja, é um elemento do cotidiano, “[...] do conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade” (p. 22).

Raffestin (1993) aborda a territorialidade como algo que denota o vivido pelo indivíduo e pela coletividade, ou seja, entende que “[...] os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e produtivas” (p. 158). O processo de territorialização implica, na visão de Haesbaert (2014), o controle de fluxos, o estabelecimento e o comando das redes, pois a territorialidade se constitui por ações vividas cotidianamente, mas, acima de tudo, por ações que constroem o lugar em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica (RAFFESTIN, 1993).

Territorialidade é, segundo Saquet (2011, p. 20):

[...] fruto do trabalho, ou seja, significa troca de energia e informação entre os homens e, ao mesmo tempo, posse de uma porção do espaço. A territorialidade varia no tempo, de acordo com cada estágio de desenvolvimento: orgânico, mecânico e cibernético, sempre vinculado ao controle de objetos e pessoas e, desse modo, gera diferentes paisagens. Estas últimas são compreendidas como projeção social no espaço, como *sistema integrado de relações entre homens, espaços e tempos*. (Grifo do autor).

Um território é carregado de territorialidades que são “[...] incorporadas ao espaço quando este media uma relação de poder que efetivamente o utiliza como forma de influenciar e controlar pessoas, coisas e/ou relações sociais”

(HAESBAERT, 2008, p. 86). Esse sistema é observado quando se analisam as grandes corporações tabaqueiras multinacionais que atuam no território brasileiro, principalmente nos estabelecimentos familiares do Sul do país. Essas empresas escolhem uma área de atuação, os seus sujeitos, e delimitam a atuação sobre uma área geográfica, ou seja, atuam sobre um território delimitado, tomando posse de uma porção do espaço.

Bobato (2017) salienta que o poder de uso do território ocorre de maneira diferenciada a partir das empresas, porém afirma que as condições materiais do território são elementos importantes para que as empresas dele se apropriem estabelecendo as territorializações do capital e a monopolização do território.

Castro (2005) define três formas elementares de poder. A primeira forma trata o poder pela coerção que contraria a vontade do outro, a dominação, “[...] este é um caso especial de poder que no seu sentido mais amplo envolve a vontade de uma parte, que se exerce mesmo contra a vontade do outro” (2005, p. 102). A segunda forma de poder abordada por Castro (2005) é o poder como autoridade, mas autoridade como consentimento definido, visando o bem daquele ao qual se exerce. E a terceira forma é o poder político que se materializa no espaço político, no lugar de encontros, conflitos, acordos e normas.

Saquet (2011, p 22) aborda a territorialização como apropriação social do espaço que envolve normas e conflitos:

A territorialização [...], significa apropriação social de um fragmento do espaço a partir das relações sociais, das regras e normas, das condições naturais, do trabalho, das técnicas e tecnologias, das redes (de circulação e comunicação) e das conflitualidades que envolvem as diferenças e desigualdades bem como identidades e regionalismos, historicamente determinados.

Desigualdades, conflitualidades, resistências a que Foucault (2002, p. 337) também se refere quando afirma que “[...] onde há poder, há sempre resistência”.

[...] se o poder, [...] só se exerce nas formas do direito e da lei, se não é algo que se toma ou que se troca, se não se constrói a partir de interesses, de uma vontade, de uma intenção, se não se origina no Estado, se não é, pois, dedutível e inteligível a partir da categoria jurídico política da soberania [...], tampouco a resistência, então, não é da ordem do direito, de um direito [...]. poder e resistência se enfrentam, como táticas mutáveis, móveis, múltiplas, num campo de relações de força [...]. (FOUCAULT, 2002, p. 338).

Foucault (2002) salienta a multifuncionalidade econômica do poder que ao mesmo tempo em que mantém relações de poder, conduz uma dominação de

classes. Afirmar ainda que em um caso tem-se o poder político formal pautado na troca, na economia; e em outro tem-se a razão histórica do poder político.

[...] a afirmação de que o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato. Dispomos igualmente desta outra afirmação, de que o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força. (FOUCAULT, 2002, p. 21).

O poder político tem a função, segundo Foucault (2002) de reinserir, sempre, essa relação de força do poder na economia, na linguagem e nas instituições tomando o poder em suas formas e prolongamentos. A relação entre a política e o território define as múltiplas dimensões das relações entre espaço e sociedade (CASTRO, 2005).

[...] a centralidade do território como arena política define dois níveis de questão: aquelas produzidas pelas tensões oriundas dos conflitos de interesses que se materializam na inércia dinâmica dos espaços territorializados pelas ações e usos da sociedade e aquelas oriundas das ações de diferentes atores institucionais em escalas diferenciadas que afetam o território. (CASTRO, 2005, p. 53).

Castro (2005) enfatiza que o jogo de interesses está presente em todas as sociedades, e a organização do território serve para melhor atender aos interesses que predominam. É um espaço político que produz escalas territoriais e se torna territorialmente abrangente. O espaço de atuação política, para Castro (2005) é aquele delimitado por regras e estratégias da política compreendendo interesses.

Vendruscolo (2017) explica que as empresas fumageiras fazem parte do processo de seleção e de interação dos hábitos e pensamentos dos agricultores, conformando relações de poder bem delineadas. No caso da produção de tabaco orgânico a empresa elege aqueles agricultores que possuem se não todos os critérios, pelo menos alguns de grande importância para que possam cultivar tabaco orgânico, já que, é uma produção extremamente concentrada e que atualmente tem mercado específico.

Dessa forma, os agricultores não são sujeitos passivos de um contexto de dominação, mas atores de um processo de interação que, na organização da vida social, dá origem a acordos que conformam a realidade durante um determinado período. Isso porque, compreende-se que a realidade e a vida social são mais complexas do que uma condição estruturante de dominação vertical, o que não quer dizer que não existam relações de poder, assimetrias e processos de dominação. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 181/2).

Silveira (2007) afirma que o trabalho passou a ser organizado segundo as normas da produção integrada, onde a agricultura familiar passou a ficar

subordinada às normas de produção e dependente do capital industrial para garantir a reprodução do ramo fumageiro e industrial. Ou seja, a produção de tabaco orgânico não deve ser analisada como uma nova produção, mas, como uma nova perspectiva de produção de tabaco que busca alimentar interesses meramente industriais e de consumidores qualificados.

O que se observa é uma organização territorial da produção de tabaco complexa e, ao mesmo tempo, flexível, pois, segundo Haesbaert (2014, p. 303) circula “[...] em torno das várias territorialidades do nosso tempo, utilizando-se de suas distintas vantagens”. As organizações do tabaco possuem múltiplos territórios dotados de flexibilidade, atuando neles “[...] nas mais diversas escalas e pelos diferentes tipos de território, articulado em rede, usufruindo assim das vantagens que cada um deles proporciona” (Idem, ibidem, p. 306). É sempre um processo de reconstrução de território, ou seja, uma visão que implica ordem e desordem ao mesmo tempo, salientando os interesses políticos envolvidos.

Fajardo salienta que, a partir das novas relações de trabalho capitalista surgidas no campo, “[...] o processo econômico constrói seu território considerado moderno, desterritorializando a antiga ocupação considerada atrasada” (2007, p. 98).

Novas áreas de plantio, novos pontos de comercialização, de processamento, estabelecimentos de gestão e integração com empresas dos mais variados ramos mostram o interesse por determinado território. Segundo Saquet (2011), o capital imprime as suas formas ao território, pois, assim como é uma construção social, é também condição para a valorização do capital, “[...] mediando a extração da mais-valia, numa compreensão eminentemente relacional do território” (p. 47).

Haesbaert (2014, p. 344) analisa esse fenômeno e o conceitua como multiterritorialidade, pois, “[...] se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios”. As variadas combinações territoriais implicam a multiterritorialidade, “[...] a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios” (HAESBAERT, 2014, p. 343), partindo de níveis locais, regionais até globais.

O tabaco transformou grande parte da região Sul do país, dominada pela ação de empresas como a Souza Cruz S.A., a *Japan International Tobacco*, a

Alliance One e similares, onde a territorialidade do capital vai em busca do território da agricultura familiar, onde as técnicas de produção e as novas tecnologias passam a ser determinadas pelas corporações (FERNANDES et al., 2014). Embora as empresas apresentem diferenças organizacionais e estruturais, elas “[...] acabam competindo no mesmo mercado e por isso adotam estratégias semelhantes” (FAJARDO, 2007, p. 170), estratégias semelhantes também adotadas no cultivo do tabaco orgânico.

No caso do tabaco, tanto orgânico como convencional ou o chamado tabaco químico, a produção passou a ser orientada pelo Sistema Integrado de Produção de Tabaco, onde, o controle da produção de tabaco dos agricultores parte de uma estratégia das empresas, mesmo elas não estando naquele território.

A agricultura de contrato organizada através do Sistema Integrado de Produção é regulada pelo capital, pois toda essa linha produtiva segue padrões determinados pela empresa responsável. O produtor integrado sabe a quantidade a ser produzida de tabaco e a empresa sabe a quantidade de fumo que vai receber e comercializar.

1.4 O SISTEMA INTEGRADO DE PRODUÇÃO DE TABACO: SIPT

O SIPT é uma espécie de contrato “[...] entre indústria e produtores de tabaco, onde as regras são estabelecidas em contratos formais, que preveem e regulam o fornecimento de matérias-primas e assistência na safra” (BUAINAIN; SOUZA-FILHO, 2009, p. 28). Basicamente, o SIPT define como as famílias produtoras de tabaco:

[...] por meio de um contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzi-lo na quantidade e de acordo com as exigências técnicas das empresas, e a entregarem toda a sua produção, em troca da garantia das empresas em realizar o fornecimento de insumos, a assistência técnica e a intermediação de financiamento junto aos bancos. As empresas igualmente se comprometem a realizar o transporte das propriedades rurais até as usinas ou postos de compras das empresas, e, principalmente a compra integral da produção. (SILVEIRA, 2015, p. 27).

A compra do produto é feita somente pela empresa, sem a intermediação do agricultor, sendo que, muitas vezes, o preço pago pela qualidade da folha seca na empresa fica abaixo do esperado pelo agricultor. O fumo produzido deve ser padronizado, não sendo padronizados, os agricultores começam a perder

produtividade pela queda dos preços pagos. Ao mesmo tempo em que a empresa fornece ajuda aos produtores garantindo mercado, também os subordina com contratos, aprisionando-os às empresas. Saquet (2013) vê a integração como sujeição e exploração de trabalhadores pelas empresas tabaqueiras, porque eles passam a ser controlados e ficam vulneráveis às conflitualidades que podem acontecer.

Os agricultores aceitam as condições econômicas colocadas e “[...] mal compreendem a dimensão da complexidade das relações de subordinação nas quais estão envolvidos, não percebem que a sua autonomia, em relação aos meios de produção, foi oficialmente rompida” (BRAGA, 2011, p. 313).

[...] o produtor tem que aceitar as condições da agroindústria [...], pois em muitos casos não há nenhuma outra alternativa. As empresas conseguem então vincular não apenas o produtor, mas o produto, repassando uma “receita” de como produzir para ela. Assim, a territorialidade das empresas envolve também um conjunto de técnicas de produção que significam uma “maneira de produzir” introduzida e reproduzida pelas próprias empresas a partir das exigências nas relações agroindustriais. (FAJARDO, 2007, p. 169).

Etges (1991) diverge da ideia de contrato, pois, para a autora, em vez de contratos são realizados pactos entre agricultor e empresa. Braga (2011, p. 303) reforça que é a empresa que “[...] estipula a estimativa de produção de cada produtor e, apesar dos valores do fumo ser estabelecidos antes da safra, a empresa possui um sistema de classificação que regula o preço do fumo pela sua qualidade”.

Existe, portanto, um processo de expansão capitalista no campo através, por exemplo, da integração contínua e efetuada, que integra e subordina produtores familiares, tratando-se de uma ciranda mercantil que, nas proposições de Saquet (2013, p. 174), “[...] exerce um papel central na produção do território e na articulação territorial”.

Quanto a esse processo de subordinação relacionada à produção de tabaco, é Etges (1991) quem detalha a sua origem a partir de 1918, quando a empresa Souza Cruz, então comprada pela *British American Tobacco*, passou a estimular a produção de tabaco no Brasil, sendo que até então a matéria-prima para a fabricação de cigarros era importada, “[...] para isso presta assistência técnica orientando desde as melhores formas de tratar as plantas, até o combate de pragas [...], introduz sementes selecionadas do fumo tipo Virgínia, importada dos Estados

Unidos” (p. 81). Assim a produção brasileira passou a atender às exigências do mercado externo produzindo sua própria matéria-prima.

O Sistema Integrado de Produção de Tabaco;

Surgido nos Estados Unidos e no Canadá, como fenômeno esporádico, os contratos agrícolas foram inicialmente motivados pelos mútuos interesses que aproximavam, de um lado, os produtores de gênero rapidamente perecíveis e cujas vendas precisavam ser asseguradas antes das colheitas concluídas; e de outro lado, as indústrias processadoras, preservadoras e empacotadoras desses produtos, para as quais era muito importante garantir fornecimentos regulares, em tempo oportuno e na ocasião exata em que os gêneros atingiam as melhores condições de maturação (GUIMARÃES, 1982, p. 119).

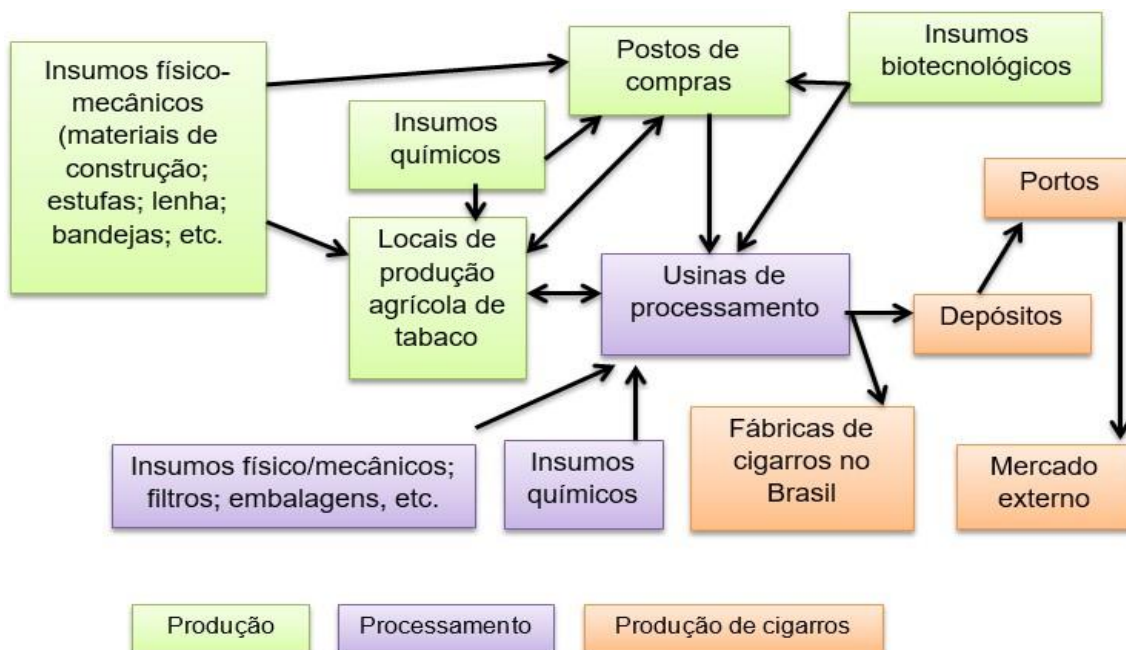
O Sistema Integrado de Produção de Tabaco (sigla - SIPT) é organizado pelo complexo agroindustrial tabaqueiro, constituindo-se de uma rede que envolve diversos atores da cadeia produtiva do tabaco, e a sua “[...] infiltração no território brasileiro se deu de forma seletiva e apresenta diferentes intensidades. Mas a sua atuação alcança todos os municípios brasileiros quando falamos dos consumidores” (HILSINGER, 2016, p. 69).

Na tabela 1 está representado o circuito espacial produtivo do fumo. Percebe-se que as empresas tabaqueiras que atuam no Sul do Brasil dominam todas as etapas do circuito. Segundo Silveira (2016, p. 919), as mesmas empresas obtêm:

[...] ganhos de capital importantes, pois combinam a extração do sobretrabalho das famílias dos fumicultores, no meio rural, com a extração da mais-valia dos trabalhadores efetivos e temporários em suas usinas, postos de compra e fábricas de cigarro. Além disso, a terceirização de algumas atividades complementares, como o transporte da produção e de insumos, a manutenção de veículos, a prestação de serviços de certificação, seguro e desembaraço aduaneiro contribuíram para ampliar os ganhos das empresas multinacionais tabaqueiras.

É pela articulação e conexão de diferentes lugares que participam dessa produção que o fluxograma 1 permite representar, de modo esquemático, como esse circuito se organiza e atua, evidenciando as principais etapas produtivas e os principais grupos organizacionais que demandam produtos para o circuito, desde a produção do produto no campo, ao seu processamento e beneficiamento nas indústrias, até a comercialização interna ou externa.

Fluxograma 1- Circuito espacial de produção de tabaco – sul do Brasil.



Fonte: SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região Sul do Brasil. Caderno de Geografia. PucMINAS/MG, v. 26, n. 47, p. 911-941, 2016. Disponível em: <[http:// www.periodicos.pucminas.br](http://www.periodicos.pucminas.br)>. Organizado pela autora, 2018.

Sobre os circuitos espaciais da produção, Castilho e Frederico (2010, p. 468) os definem como: “[...] implicações socioespaciais de adaptação de lugares, regiões e territórios aos ditames da competitividade, bem como o papel ativo do espaço geográfico na lógica de localização das atividades econômicas, na atividade produtiva e na dinâmica de fluxos”. Os circuitos espaciais de produção são controlados por quem detém o poder, no caso do tabaco, as regiões produtoras são reféns da lógica global das *commodities* (CASTILHO; FREDERICO, 2010).

Essas relações socioespaciais envolvem distintas articulações, como as que ocorrem entre a produção regional de tabaco e a sua demanda e consumo mundial, e entre a produção nacional e mundial de insumos, equipamentos e máquinas e o seu consumo produtivo na região. Nesse circuito, as sincronias funcionais entre as distintas etapas produtivas e de consumo envolvendo diferentes lugares obedecem a um tempo e a um ritmo de acumulações mundiais, ditados especialmente pelas corporações multinacionais agroindustriais tabaqueiras. (SILVEIRA, 2016, p. 923).

Harvey (2013) afirma que a partir do momento em que se firmam contratos com capitalistas, estes passam a dirigir as tarefas dos agricultores. Os agricultores vendem a sua força de trabalho em troca do dinheiro, ou seja, a força de trabalho do agricultor pertence ao capitalista por meio do contrato realizado e tudo o que for

produzido nesse período contratual pertencerá ao capitalista e não àquele que produziu.

É o que explica a alienação do agricultor que produz tabaco em relação ao mercado capitalista. A comercialização do tabaco permite ao capitalista obter valor maior em cima do que ele pagou a quem o produziu. A troca de mercadorias é uma relação que aliena quem as produz, pois os trabalhadores, antes concentrados na sua reprodução, agora se concentram para produzir ao grande capital industrial: “[...] o trabalhador é proprietário de sua força de trabalho enquanto barganha a venda desta última com o capitalista, e ele só pode vender aquilo que possui: sua força de trabalho” (MARX, 2013, p. 506). Os pequenos agricultores tomam o preparo do solo e a produção como uma atividade subsidiária, tornando a venda do produto para a indústria o negócio principal (MARX, 2013).

Silveira (2007, p. 428) afirma que a divisão territorial do trabalho mostra a “[...] desigual distribuição espacial das atividades e restringe a realização de trocas, inibe interações e relações espaciais mais abrangentes e dinâmicas entre os lugares da região, dificultando a promoção de graus maiores de sinergia e de complementaridade econômica entre eles”.

Silveira (2007) pondera que, embora o complexo tenha trazido modernização tecnológica e técnica, a produção de tabaco continua sendo realizada através do emprego intensivo da mão de obra do agricultor familiar, mão de obra que passa a ser regulada pelo sistema integrado. É o efeito do circuito espacial da produção de fumo, “[...] entendida como a sequência de atores e atividades que se estabelece a montante e a jusante de determinado produto no mercado” (KHATOUNIAN, 2001, p. 65).

Para Fajardo (2007, p. 46), a “[...] articulação e interdependência entre esses setores resultaram na configuração de um novo padrão produtivo. Assim, a dinâmica agrícola foi assentada, sobretudo, através das relações inter-setoriais estabelecidas na integração de capitais”. Essa integração industrial é uma forma de centralizar capitais, onde a unidade econômica se une a outra para alcançar um grau maior de acumulação de capitais (Guimarães, 1982).

Como já exposto, o SIPT é uma sistema de integração baseado em contratos que definem a safra a ser produzida e o quanto a empresa comprará do agricultor. Ao analisá-lo percebe que se concretiza uma forma de exploração ao trabalhador já que este ao assinar o contrato perde autonomia produtiva e liberdade

de escolha de preços melhores. É a dependência do agricultor familiar às empresas num processo de subordinação ao complexo agroindustrial do tabaco.

O complexo agroindustrial do tabaco se articula aos agricultores familiares explorando mão de obra barata e extraíndo mais valia para a produção da matéria prima (BRAGA, 2011). O cultivo de tabaco é feito, quase exclusivamente, por agricultores familiares e se caracteriza por uma produção extremamente capitalista, internacionalizada e com origem em países desenvolvidos que se territorializam em países periféricos ou em desenvolvimento, articulando-se com agricultores familiares. Ou seja, verifica-se uma territorialização do espaço da agricultura familiar pelo capital, onde se utilizam características territoriais pré-existentes associando-se com as novas tecnologias para produzir e gerar lucro.

1.5 AGRICULTURA FAMILIAR: GRUPO DE INTERESSE DO COMPLEXO AGROINDUSTRIAL DO TABACO

O espaço agrícola se apresenta através de uma ampla complexidade tanto pela conjuntura das diferentes perspectivas agrárias como pela diversidade de agricultores onde cada qual tem objetivos e interesses próprios, embora com inúmeros estudos que exibem as discussões, sempre há novos elementos para articular.

Hespanhol e Costa (2002) reiteram que a eclosão das diversas mudanças com o desenvolvimento do capitalismo engendrou uma grande diversidade de unidades produtivas que se estruturaram no trabalho familiar. Os agricultores familiares tem uma história pautada no campesinato, porém, adaptados as condições modernas à que todos os indivíduos da sociedade estão dispostos. Para Hespanhol e Costa (2002) duas são as principais perspectivas de análise da exploração agrícola familiar: uma como forma de produção camponesa, outra como resultado do processo de modernização da agricultura.

Wanderley (2003) compreende a passagem de camponês para agricultor familiar moderno e apresenta alguns “[...] pontos de rupturas e elementos de continuidade entre as duas categorias” (p. 47). Lamarche (1993) salienta que as unidades camponesas são também consideradas familiares, porém o contrário não é verdadeiro, agricultores familiares integrados ao mercado não podem ser considerados agricultores camponeses: “[...] toda exploração familiar se define ao

mesmo tempo em um modelo de funcionamento e em uma classe social no interior desse modelo. Sua capacidade de reprodução deve ser analisada conjuntamente nesses dois níveis” (p. 18).

Fernandes (2008) também afirma que agricultores familiares e camponeses são construções territoriais distintas que produzem ações distintas, modelos divergentes de desenvolvimento. Enquanto a classe camponesa organiza o seu território para a sua existência, as classes de agricultores integrados ao capital organizam o território para atender a interesses do capital “[...] onde a mercadoria é a expressão do território” (Idem, *ibidem*, p. 285).

Sobre agricultura familiar algumas condições são postas para uma melhor conceituação do termo: a gestão do trabalho exercido pelo agricultor; o trabalho familiar ser superior ao contratado e a área máxima delimitada para cada região (GUANZIROLI e CARDIM, 2000).

Hespanhol e Costa entendem que a agricultura familiar, em seus aspectos mais gerais, se traduz como aquela atividade que é realizada em unidades produtivas onde existe vínculo entre trabalho, terra e família. Para Wanderley (1996, p. 01) é entendida como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. A autora evidencia que a agricultura familiar, é o resultado de um processo de continuidade das relações camponesas. O agricultor:

[...] constrói sua própria história nesse emaranhado campo de forças que vem a ser a agricultura e o meio rural inseridos em uma sociedade moderna. E o faz recorrendo à sua própria experiência (camponesa) e procurando adaptar-se, como já foi dito, às novas “provocações” e desafios do desenvolvimento rural. (WANDERLEY, 2003, p. 58).

Wanderley (1996) afirma que a agricultura familiar não é uma recente categoria de análise, mas, que tem abrangência renovada onde novas formas de agricultura familiar não camponesa se multiplicam.

Agricultores familiares:

São aqueles em que, sob o impacto das transformações de caráter mais geral - importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente, globalização da economia etc. - tentam adaptar-se a este novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna. (WANDERLEY, 1996, p. 7).

Para Graziano da Silva (1981), o agricultor anterior ao processo de modernização é designado como "agricultor familiar". Diferentemente, ao fazer referência ao agricultor familiar pós-processo de modernização, denominando-o de "agricultor familiar mercantil", pois entende que, pela ação das grandes estruturas empresariais, a agricultura familiar está sofrendo um processo diferenciador, de agricultura capitalista.

Essa articulação entre o grande capital industrial e/ou comercial e a pequena produção modifica fundamentalmente o papel que até então esta desempenhava na agricultura [...]. De um lado, esses pequenos produtores deixam de ser produtores de subsistência, no sentido de ofertarem o excedente e passam a produzir fundamentalmente para o mercado. (GRAZIANO DA SILVA, 1981, p. 23).

Wanderley (2003, p. 48) afirma que no contexto atual, "[...] não é mais possível explicar a presença de agricultores familiares como uma simples reprodução do campesinato tradicional", pois a agricultura familiar participa do processo de integração econômica de mercados e o grau dessa integração corresponde a determinadas relações, modos de vida e representatividade na sociedade (LAMARCHE, 1993).

Para Candioto (2011), a agricultura familiar é caracterizada por possuir a posse de pequenos lotes de terra, trabalho e administração da família e produção diversificada de atividades agropecuárias.

A mudança da nomenclatura de pequeno produtor, de baixa renda ou produtor de subsistência para à de agricultor familiar se deu por três fatores igualmente importantes na visão de Schneider e Cassol (2017): a atuação sindical; debates científicos feitos por intelectuais e cientistas sociais e a atuação do Estado através de políticas públicas como o PRONAF⁵.

Schneider e Cassol (2017, p 91) enfatizam que o agricultor familiar não deve ser considerado estritamente camponês ou capitalizado, visto que, "constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal", que gera produção de

⁵ "O objetivo era promover os agricultores ainda não consolidados como empresas rurais, mas que apresentassem acesso parcial aos circuitos de inovação tecnológica e de mercado e amplo potencial de viabilização econômica a partir de estratégias de reprodução social essencialmente agrícolas, ou seja, agricultores familiares que reagissem aos estímulos e aumentassem a produção, a produtividade e a renda. O critério de necessidade de 80% da renda ser oriunda de atividades agrícolas presente na definição de agricultor familiar confluía com este intuito. O Pronaf crédito era visto não como um programa de assistência social, mas como um mecanismo para impulsionar para os mercados os agricultores que apresentassem um mínimo de condições produtivas" (GRISA, 2017, p. 294).

alimentos para o autoconsumo como gera também produção para comercialização e integração com o mercado.

Na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006, artigo 3º, a agricultura familiar é, portanto, definida como aquela que pratica atividades no meio rural e não detenha área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (IBGE, 2009).

Nesse sentido, ao verificar as inúmeras abordagens sobre a questão, associam-se as conceituações que tratam da agricultura familiar como aquela oriunda dos processos tradicionais de produção num processo de continuidade contemporânea de produção ao adotar técnicas e tecnologias inovadoras para facilitar o trabalho e melhorar a produção.

Pode-se adotar, portanto, a agricultura familiar como àquela que possui um limite territorial estipulado para cada região do país, mas, mais, além disso, que possua trabalho realizado pelos membros da família e gestão feitos pelo agricultor, mesmo estando integrada ao mercado capitalista constrói suas próprias relações no campo.

As raízes do passado, assim como, os modelos atuais de produção são incorporados à unidade de produção. O agricultor e sua família ao mesmo tempo em que produzem para comercialização através dos complexos agroindustriais, também, produzem para o próprio consumo, procurando manter as técnicas de produção de seus antepassados.

O predomínio do trabalho familiar na fumicultura tem se mantido através da auto exploração a que está sujeito o grupo familiar para viabilizar sua reprodução social. Este, além das inúmeras tarefas relacionadas à cultura do fumo desde o preparo do seu plantio até a classificação do tabaco depois de ser curado nas estufas também tem de se dedicar a produção de alimentos e valores de uso que garantem sua subsistência. Isso revela uma intensa e prolongada jornada de trabalho que resulta no aumento do tempo de sobretrabalho familiar. Sobretrabalho esse que não é remunerado com a venda do fumo, na medida em que o preço pago pelas arrobas do fumo é apenas a expressão em dinheiro do valor da mercadoria e não a justa remuneração de toda a quantidade do trabalho social efetivamente envolvida na sua produção (SILVEIRA, 2007, p. 277).

Assim como a produção de tabaco implica interesses mercantis tanto a agricultores quanto industriais, também implica a sobrevivência das famílias

(BRAGA, 2011). Buainain e Souza-Filho (2009) salientam que os agricultores familiares obtêm renda fundamentalmente com a produção de tabaco, embora possam estar cultivando em propriedades com diversificação de culturas.

Elias (2007) caracteriza a agricultura atual em quatro grandes grupos, assim designada. i) um primeiro grupo caracteriza-se pelo homem camponês, que produz primeiro para a subsistência de sua família, respeitando as leis naturais, e, posteriormente, comercializando o excedente; ii) um segundo grupo é caracterizado pela autora como sendo o dos agricultores familiares que já estão no estágio de integração com uma organização capitalista produzindo itens de exportação. Nesse grupo é que os produtores de tabaco, em sua maioria, se encaixam. São agricultores familiares que estão integrados a um mercado global e aceitam as regras de produção que são colocadas; iii) um terceiro grupo é constituído pelos empresários agrícolas, aqueles que produzem, em grandes extensões de terras, *commodities* agrícolas e estão fortemente integrados aos CAIs; e iv) um quarto grupo já não se caracteriza como produtor de itens agrícolas, mas de influenciador de produção, que são as próprias estruturas empresariais, as *holdings* do agronegócio.

Os agricultores produtores de tabaco se caracterizam como agricultores familiares quando analisa-se as tipologias de agricultor familiar feitas por Elias (2007): se caracterizam como pequenos agricultores com propriedade da terra, porém associados ao agronegócio e às grandes empresas num sistema de integração.

Dentro do amplo conceito de agricultura familiar, existem famílias com relações sociais e econômicas diversificadas, desde famílias camponesas, até as integradas às agroindústrias e as pluriativas. Muitas destas, ao obterem sucesso financeiro com as atividades agrícolas e, sobretudo, não agrícolas desenvolvidas, vão se tornando famílias empreendedoras, ampliam suas relações capitalistas e suas rendas, deixando de ser autônomas para se tornarem assalariadas. Alguns desses estabelecimentos familiares são transformados em empresas, de modo que os membros destas famílias passam a adotar uma racionalidade empresarial e economicista, modificando suas funções e intencionalidades. (CANDIOTTO, 2011, p. 295).

Santos (2011, p. 322) destaca que, mesmo sendo composto por múltiplos territórios e variadas territorialidades, é nele que se constroem as diferentes formas de desenvolvimento e, nesse contexto, para a construção da agricultura familiar, a garantia da “[...] integração das dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais, nas quais os sujeitos são protagonistas empoderados para a tomada de decisão que beneficiam o coletivo e a sociedade”. O agricultor familiar produtor de

tabaco tem por base a produção para exportação, pautada na lógica dos complexos agroindustriais, portanto ligados ao agronegócio.

Prieb (2005) traz à tona a discussão de como a agricultura familiar é colocada na forma de valorização do capital:

[...] a agricultura familiar não ocorre, [...], fora das leis da valorização do capital. Na verdade, as particularidades das relações que se estabelecem entre a agricultura familiar e o capital financeiro e comercial permitem que o trabalho do pequeno produtor se coloque a serviço da valorização do capital. Assim, o que ocorre é um processo gerado pela própria dinâmica da produção capitalista para ampliar sua base social e a massa de mais-valia, já que há criação e recriação de formas de sociabilidade, dadas as peculiaridades técnicas e organizativas da produção moderna. (p. 81).

As famílias de agricultores familiares que especializaram a sua produção em acordo com o sistema de integração não gozam de nenhuma autonomia produtiva, pois estão “[...] subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico” (FERNANDES et al., 2014, p. 38). Ao que Prieb acrescenta:

[...] agricultor familiar articulado a um complexo organizado, na sua forma capitalista mais avançada, cujos donos se localizam nos países desenvolvidos e as suas processadoras se encontram sediadas no país, utilizando da força de trabalho formal nas empresas processadoras e articulando trabalhadores familiares para produzir sua matéria principal: o fumo em folha (PRIEB, 2005, p. 46).

Fernandes (2008) compreende que, a partir da multidimensionalidade e da multiescalaridade não é difícil entender os territórios territorializados pelas grandes empresas, mas para estas últimas se torna um obstáculo porque se preocupam apenas com as dimensões político-econômicas de seus territórios.

O Brasil está na lista dos maiores produtores de tabaco do mundo e segundo Hilsinger (2016), é uma *commodity* fortemente controlada pelo capital que integra agricultores familiares ao complexo agroindustrial do tabaco.

Ao analisar o complexo agroindustrial do tabaco e a inserção dos agricultores familiares neste, compreende-se um jogo de ações políticas e econômicas que atuam na promoção do tabaco, assim como, os interesses estatais frente à continuidade da produção de tabaco são amplos devido aos impostos recolhidos.

O agricultor familiar em sua área territorial desfavorecida não tem opções de produção que gere lucros mínimos (nem sempre por falta de vontade, mas por falta de oportunidade do Estado), é atraído pelas empresas e cooptado para voltar a sua

produção através do sistema integrado de produção para o complexo agroindustrial do tabaco.

1.6 MERCADOS MUNDIAIS DE TABACO E A PRODUÇÃO NO SUL DO BRASIL: TEMPORALIDADES E ESPACIALIDADES

Para compreender toda a complexidade da produção são necessárias que se façam pertinentes algumas questões históricas. Não é possível afirmar com exatidão quais foram o período e a área geográfica do surgimento do tabaco⁶, não sendo inclusive a intenção deste estudo, porém, Seffrin (1995) afirma que o aparecimento do fumo (*Nicotiana tabacum* L.), têm sua expansão com a expedição de Colombo para as Américas, mais especificamente em Cuba no ano de 1542, “[...] a hipótese mais provável é de que a planta teria surgido nos vales orientais dos Andes bolivianos, difundindo-se pelo território brasileiro através das migrações indígenas, sobretudo os Tupis- Guaranis” (1995, p.19).

Um estudo etno-botânico realizado por Wilbert (1987) intitulado “*tobacco and shamaism in south America*” defende que o início do plantio do tabaco se deu a mais de oito mil anos, sendo considerado inclusive um dos possíveis primeiros produtos agrícolas produzidos na América, sendo de vital importância para o surgimento das sociedades.

Mazoyer, Roudart (2010) descrevem o centro irradiante do tabaco como a América, indo de encontro aos escritos de Neves (2010) e Seffrin (1995). O sistema agrário praticado pelos povos americanos (Incas) permitiu domesticar alguns produtos, entre eles o tabaco. Durante muito tempo, as sociedades que faziam o uso do tabaco o utilizavam apenas como erva para fins medicinais e mais tarde como moeda de valor para pequenas trocas, porém, nenhum valor monetário alto foi designado para a planta pelas sociedades antigas.

E foi após a chegada dos colonizadores para a América, que os espanhóis começaram a desbravar o continente e tiveram contato com os índios e com tabaco, experimentaram e “[...] logo os espanhóis viram um potencial mercantil para

⁶ Boeira (2000) traz as definições sobre a palavra fumo, nicotina e tabaco. Para fumo entende-se como o ato de fumar, inalar o material e exalar a fumaça; nicotina é o nome dado a uma substância que é encontrada em várias plantas do gênero solanácea; já tabaco é o nome que os indígenas aplicavam a um objeto no qual eles colocavam as folhas da planta para aspirar.

exportação em Cuba, e em 1600, no Brasil” (NEVES, 2010, p.39). Assim descobriu-se que o tabaco seria a matéria prima para muitos produtos.

Para Seffrin (1995), o fumo rapidamente se espalhou pela Europa e posteriormente para outros países, passando a alimentar um importante centro comercial, o autor afirma ainda que essa expansão ocorreu principalmente de duas maneiras: “[...] a primeira através dos marinheiros e soldados, através de suas viagens. A segunda, por meio das expedições de portugueses ao Brasil, que levaram a planta para Portugal e França” (SEFFRIN, 1995, p. 19).

O consenso teórico que existe é que até meados do século XVIII, o tabaco era produzido no Brasil, de forma bastante isolada geograficamente no interior do país, com técnicas de produção bastante rudimentares e volumes de produção bem modestos, visando atender inicialmente o mercado interno local. Todavia, na Bahia existia uma produção bem mais consistente destinada principalmente ao mercado externo. (HILSINGER, 2016, p. 62).

O cultivo voltou ao Brasil com os imigrantes europeus, principalmente para o nordeste e sul do país, onde era cultivado pelos colonos em quintais servindo de moeda de troca com os nativos.

Na faixa litorânea da Bahia, o tabaco encontrou condições excepcionais para produção mercantil voltada para o atendimento do mercado europeu. Distinguia-se das atividades então dominantes, organizadas na forma de *plantation*, por ser explorada por pequenos agricultores, com mão de obra familiar e cuidado artesanal. A região tornou-se a principal produtora de tabaco até 1950. [...]. A partir do final do século XIX, com a implantação de políticas de ocupação de novas áreas, a produção comercial do tabaco se expandiu para Minas Gerais, Goiás, São Paulo, e principalmente, para o Rio Grande do Sul, impulsionada pelos imigrantes europeus [...] (BUAINAIN, SOUZA FILHO, 2009, p. 41).

A expansão comercial da Europa atingiu resultados financeiros extraordinários, é oportuno trazer as considerações de Hilsinger (2016, p. 60) e “[...] relembrar que os holandeses foram os principais comerciantes do tabaco na Europa e os grandes responsáveis pela sua disseminação pelo mundo colonial da época (Ásia, África)”. No Brasil, essa expansão se deu com a entrada da produção de produtos agropecuários, a partir do século XVI e esteve ligada a atividade açucareira (Furtado, 2004), que rapidamente se desenvolveu, assim como outras culturas.

Foi o período que se evidenciou a forma como o capital agia na promoção de grandes engenhos, abundância de terras e novos produtos coloniais sendo produzidos em função do açúcar, como por exemplo, a criação de gado no nordeste e a rede econômica criada entre Minas Gerais e o sul do país através da pecuária.

Posteriormente se seguiram o ouro, café e algodão nos idos do século XIX. Os produtos como: “[...] o fumo, os couros, o arroz e o cacau eram produtos menores cujos mercados não admitiam grandes possibilidades de expansão” naquela época (FURTADO, 2004, p.119).

Nesse mesmo período o fumo era um item de pequeno valor para fins de exportação da Bahia, e com o passar do tempo admitindo uma expansão maior.

[...] produto antes, principalmente, destinado ao escambo de escravos, o fumo brasileiro, na segunda metade do século, passou a encontrar mercado crescente na Europa. A quantidade exportada aumentou 361 por cento entre os anos quarenta e os noventa e os preços médios subiram 41 por cento (FURTADO, 2004, p. 153).

O cultivo do fumo ganhou inúmeros adeptos, passando a ser uma cultura privilegiada em relação ao açúcar, por exemplo, que era produzido através das monoculturas e constante movimento de escravos. Para Hilsinger (2016), o fumo também contribuiu com certa importância para aumentar os números dos produtos exportados, passando a fazer parte, inclusive, da bandeira imperial do Brasil.

O fumo era produzido nos estabelecimentos agropecuários com divisão do trabalho familiar, foi se desenvolvendo, crescendo e rapidamente tornando-se responsável pela renda de inúmeras famílias. Para Nardi (1987, p, 25) além de ser um gênero de produção colonial “[...] o comércio e o consumo do fumo geravam uma grande riqueza que os estados, sempre em busca de fontes de renda, recuperavam quer pelos impostos quer pelos monopólios. Sua cultura e sua fabricação estavam ao alcance de muitas pessoas”.

Do final do período colonial (1800) até as três primeiras décadas do século XX, ocorreu a concentração espacial, agrícola e industrial, assim como o estabelecimento das estruturas atuais. O fumo passou a ser cultivado também em Minas Gerais, Goiás, São Paulo e, sobretudo, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná (HILSINGER, 2016, p. 64).

A rápida expansão do fumo pelo mundo se deu, principalmente, após as duas grandes Guerras Mundiais, quando o cigarro passou a ser consumido em grande escala. Tanto a expansão do fumo em folha, quanto da produção de cigarros é caracterizado por um mercado oligopolista, um setor complexo e centralizado no capital. Hilsinger (2016), afirma que o processo que ia surgindo de produção de cigarros por meio da produção em série, ou seja, havia operários e máquinas trabalhando em funções específicas e repetitivas, potencializou a produção, assim

como, o cigarro se tornou “o companheiro de guerra” nos campos de batalha das 1º e 2º Guerras Mundiais” (p. 68).

Os equilíbrios tradicionais foram rompidos e as parcelas do espaço, que viviam anteriormente de acordo com uma dinâmica própria, passaram desde então a participar de um sistema mais amplo cujo domínio escapa as sociedades locais. [...]. A penetração no meio rural pelo capital e a transformação dos produtos em mercadorias, conduzindo a uma diferenciação especulativa acompanhada de uma especialização mercantil. (SANTOS, 2003, p. 140).

No decorrer do século XX, o fumo passou por um processo de especialização, otimizando e estimulando o seu mercado, fazendo surgir novas fábricas. Surgindo assim o sistema integrado de produção ligado aos complexos agroindustriais, “[...] o Brasil vive a partir das primeiras décadas do século XX, um processo de abertura para a chegada de grandes empresas, predominantemente transnacionais, em praticamente todos os ramos da economia” (HILSINGER, 2016, p. 68). Ou seja, a agricultura passa a fazer parte de cadeias produtivas, a produção que sai do campo passa a alimentar diversas outras cadeias (fertilizantes, agrotóxicos, bancos, logística etc.).

Buainain e Souza Filho (2009) falam da produção do tabaco como construção de uma própria economia, responsável por “[...] geração de renda e de emprego local, formação de mão de obra especializada, uma rede de prestadores de serviços e infraestrutura” (p. 41-2) pensada de forma estratégica. Hilsinger (2016, p. 81) salienta que “[...] a forma como o CAI do tabaco no Sul do Brasil está organizado é apontada como uma das razões de sua importância do setor no mercado nacional e internacional”.

[...] o crescimento do mercado mundial de tabaco se fez acompanhado também de uma progressiva ampliação dos níveis de produtividade das lavouras de tabaco e da produção industrial de cigarros. A partir da década de 1980, o aumento do consumo do cigarro e a comprovação de sua associação com inúmeras doenças e malefícios à saúde humana resultaram na promoção, em distintos países, de inúmeras campanhas e políticas públicas de combate ao tabagismo. Todavia, tais ações não têm conseguido impedir o crescimento do comércio do tabaco em folha e do cigarro no mercado mundial, revelando a força econômica e habilidade política das corporações multinacionais tabaqueiras em suas relações com os governos nacionais e locais, e a diversa e complexa gama de estratégias econômicas e espaciais por elas utilizadas em seus processos de acumulação e de reprodução do capital. (SILVEIRA, DORNELLES, 2010, p. 1).

Assim, a produção vai crescendo atrelada a alguns fatores como: “[...] a modernização do parque industrial, iniciada no final da década de 1960 no bojo do processo amplo de reestruturação da economia brasileira, e a capacidade da indústria de coordenar a já então complexa rede de suprimento integrada por milhares de agricultores familiares” (BUAINAIN, SOUZA FILHO, 2009, p. 43).

A produção de tabaco no sul internacionalizou-se a partir da década de 1960, principalmente, com a entrada de tecnologias no campo. O sistema de agricultura de subsistência em muitos lugares vai dando lugar a empresas e a produções agrícolas maiores, ou então, a empresas agrícolas dirigidas pela própria família.

No sul do Brasil, mesmo com grandes glebas de produção agrícola, o modo de colonização se traduziu de maneira diferente, um modelo diferente de economia baseado nos pequenos estabelecimentos de produção agropecuária e pouca utilização de mão obra escrava. Ocorreram as grandes migrações européias (alemães, ucranianos, poloneses, austríacos etc.) que povoaram toda a região. Para Hilsinger (2016) uma produção que na época colonial do Brasil era tida como fonte complementar da economia, atualmente, exerce a função de ser o carro chefe da economia de milhares de agricultores no sul do Brasil.

Apesar de centenas de países terem o tabaco como fontes de monetarização são poucos os que apresentam uma produção significativa. Dentre os quatro maiores exportadores: Brasil, China, EUA e Índia, respectivamente, o Brasil apresentou um salto nas exportações devido à introdução da produção integrada instituída pelas empresas tabaqueiras.

Para Buainain, Souza Filho (2009), a produção que é verificada nos diversos países apresenta modelos produtivos e organizacionais diferenciados. A China, maior consumidor de tabaco do mundo, apresenta uma organização produtiva designada pelo poder estatal. O governo tem a função de organizar tanto a produção quanto a comercialização do produto e de seus derivados. O setor de produção de fumo na Índia, também é regulado pelo Estado. E nos Estados Unidos a produção de fumo apresenta grandes diferenças em relação à produção brasileira. A safra americana é realizada em médios e grandes estabelecimentos rurais, não estando vinculados a empresas de fumo como acontece no sistema integrado no Brasil.

O complexo agroindustrial do tabaco desenvolve um novo sistema técnico e organizacional da produção resultando numa nova organização espacial através da

difusão e instalação de objetos e técnicas no território que promoveram o aumento da produção. O sistema de produção agroindustrial do tabaco apresentou além de uma nova materialidade técnica, novos modos de organização e regulação (SILVEIRA, 2007).

[...] foram sendo instituídas normatizações organizacionais pelas empresas buscando regular, disciplinar o movimento do fumo, dos insumos, da mão de obra, dos capitais e das informações no território regional. Também foram instituídas normas políticas, fruto da nova dinâmica das relações sociais de produção e das relações de poder que se configuraram no âmbito do CAI do fumo, regulando, por exemplo, os conflitos entre os fumicultores e as agroindústrias, em relação ao valor da produção de fumo e a classificação do fumo; entre trabalhadores industriais temporários e efetivos e as agroindústrias e fabricas de cigarro, quanto a remuneração da força de trabalho; e entre agroindústrias e as distintas instâncias governamentais, referente às condições infraestruturas e fiscais para sua instalação e seu funcionamento. (SILVEIRA, 2007, p. 251).

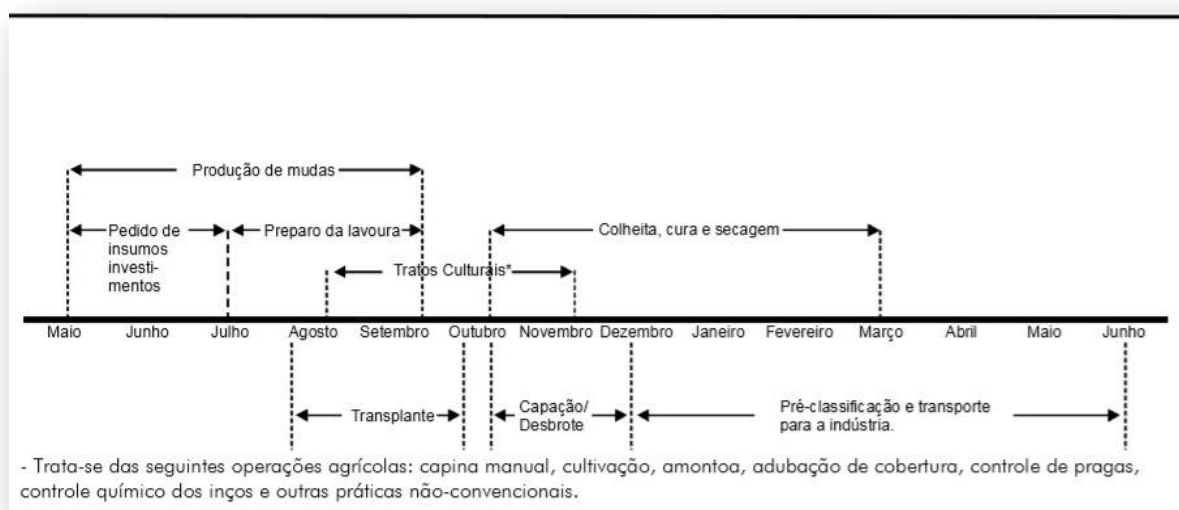
Silveira (2007) aponta que ao observar todas as mudanças ocorridas a partir do desenvolvimento do CAI do tabaco três variáveis foram de extrema importância para a constituição deste: o Estado e o mercado; as variáveis internas e externas e as inovações e o preexistente.

As relações que ocorreram entre as variáveis apontadas por Silveira (2007, p. 252) podem ser assim exemplificadas:

O mercado fumageiro internacional passou a demandar um aumento na produção regional de fumo estimulando assim a promoção de inovações no antigo sistema de produção de fumo [...]. Inovações que passaram a ser também financiadas e regulamentadas a partir de normas instituídas pelo Estado, criaram as condições para um aumento efetivo da produção. Essa, por sua vez, foi alcançada por meio da combinação do emprego de inovações técnicas e organizacionais com o preexistente trabalho familiar dos pequenos proprietários fumicultores nas áreas coloniais [...], trabalho esse que já estava regulado pelo anterior sistema integrado de produção. Esse aumento na produtividade das lavouras e da produção, ao mesmo tempo em que ampliou a subordinação dos colonos ao mercado, impôs a necessidade de inovações na comercialização e no beneficiamento industrial do fumo, o que também contou com a presença do Estado por meio de incentivos fiscais e de novas regulações, incentivando a instalação de novas plantas, ampliando e renovando os sistemas de engenharia. As multinacionais se instalaram nas cidades [...] invertendo novos capitais, mas também aproveitando e renovando a estrutura industrial já existente, mantendo as relações sociais de produção, ampliando a demanda pela mão de obra efetiva e temporária e estimulando atividades industriais, comerciais e de serviços complementares ao novo estágio de desenvolvimento da agroindustrialização do fumo. Ampliaram-se e complexificaram-se assim as relações entre as áreas rurais produtoras de fumo e as principais cidades onde se concentravam as usinas de beneficiamento, fabricas de cigarro e demais atividades vinculadas ao CAI.

As novas formas de organização da produção de tabaco permitiram que a empresa gerisse um calendário de produção, para que o agricultor se organizasse quanto a sua produção. A safra de tabaco convencional inicia em meados de maio e percorre o fim do ano e início do ano posterior, os trabalhos se dividem entre produção de mudas, pedidos de insumos, preparo da lavoura, transplante das mudas do canteiro para a parcela no campo, capação, colheita, cura e classificação para venda (fluxograma 2). Todas as etapas até a colheita exigem tratamentos com agrotóxicos (SILVEIRA, 2007). Vogt (1994) afirma que o custo de frete para levar o tabaco classificado até a indústria e depois receber os insumos no campo é bancado pela indústria, assim que vende a sua safra já inicia os preparos para a próxima.

Fluxograma 2 – Calendário de atividades no cultivo do tabaco.



Fonte SILVEIRA, Rogério Leandro Lima Da. **Complexo agroindustrial do fumo e território:** a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio do Pardo/RS. 2007. 578 fl. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufsc.br>>.

Crerios são estabelecidos com a classificação e compra do tabaco, a portaria 16/1982 do Ministério da Agricultura define modos de classificação do tabaco na empresa. A classificação se dá em subcategorias, grupos, classes, subclasses e tipos, segundo os processos de cura ou beneficiamento. Qualquer que seja a variedade é aplicada uma letra ou uma letra/número para assegurar o nível de qualidade e valor: X, C, B ou T divididos em subclasses (Ver anexo 1). Ainda no campo o agricultor faz uma classificação de folhas, a empresa fornece uma nova classificação e essa é a que define o valor a ser pago ao agricultor. Nem sempre a

classificação do agricultor corresponde à classificação da empresa (SILVEIRA, 2007).

Embora o emprego das inovações técnicas tenha se difundido e ampliando nas lavouras de fumo [...], é preciso considerar que a fumicultura é uma atividade produtiva na qual o sucesso da produção de fumo, especialmente quanto a produtividade e a qualidade das plantas, esta fortemente ligado ao modo como o conjunto das atividades produtivas é desenvolvido nas propriedades rurais, especialmente através do intenso trabalho familiar dos fumicultores. Nesse aspecto, a despeito da importância que as inovações técnicas passaram a representar no modo de produção do fumo, sem dúvida o trabalho manual das famílias de agricultores envolvidas em suas diferentes etapas –preparo da terra e dos canteiros; transplante e acompanhamento do crescimento das mudas na lavoura; aplicação de fertilizantes e agrotóxicos; colheita, cura e classificação das folhas de fumo- continuou desempenhando papel decisivo na obtenção e na valorização da produção (SILVEIRA, 2007, p. 275).

Prieb (2005) faz análise de algumas tecnologias que foram implantadas nos últimos 20 anos na produção de tabaco, como tecedeira de fumo, defensivos antibrotantes e a introdução da técnica do "plantio direto". As mais recentes se referem à introdução de canteiros "sistema *float*" padrão, estufas metálicas, secagem do fumo sem fumaça e bandejas de plástico, além de sementes potencialmente resistentes a pragas e a doenças.

Do ponto de vista produtivo, essas são soluções que vieram/virão para melhorar a produção, contudo essas novas mudanças no processo produtivo e a interação com as novas tecnologias, desenvolvidas para melhorar a qualidade do produto, acarretam investimentos altos por parte dos agricultores. Muitas vezes são custos com que os próprios agricultores não conseguem arcar. Prieb (2005) salienta que, mesmo com a impossibilidade econômica, os agricultores atendem às exigências da empresa, assim assumindo pesados encargos financeiros.

As inovações técnicas e organizacionais promovidas pelo complexo agroindustrial do tabaco aliado ao predomínio de agricultores familiares que ocuparam-se de seu cultivo contribuíram para um aumento significativo na produção de tabaco no Sul do Brasil, assunto discutido no próximo item.

1.6.1 Produção de tabaco no Sul do Brasil em números

O tabaco é usado para fins comerciais – indústria de perfumaria, farmacêutica, cigarros, etc., e a maior parte da produção brasileira serve aos mercados internacionais, “[...] cerca de 85% da produção do Brasil” (MORAES,

2014, p. 17). Em 2016, a participação dos mercados internacionais de tabaco era a seguinte: União Europeia (41%), Extremo Oriente (28%), América do Norte (12%), Leste Europeu (7%), África/Oriente Médio (6%) e América Latina (6%) (SANTOS, 2017). Segundo Silveira (2007), no Brasil é na região Sul que se concentram os principais pontos/áreas que desempenham importante papel no CAI do tabaco.

Segundo a Afubra (2018), a produção mundial de fumo processado apresentou queda entre as safras 2014/2017 (Tabela 1), quebra essa ocasionada por ações mundiais como: medidas governamentais para a diminuição do tabagismo aumentando impostos sobre o consumo do fumo e outras restrições tanto à produção quanto ao consumo e a criação da Convenção Quadro para o controle do tabaco (ver mais sobre a CQCT no item 2.2).

Tabela 1 - Números da produção mundial de tabaco safras: 2014 a 2017

	2014/2015	2015/2016	2016/2017
Produção t.	6.127.105	5.728.610	4.777.036

Fonte: SANTOS, Cleiton Evandro dos (Org.). Anuário brasileiro de tabaco – 2017. Santa Cruz do Sul, RS: Editora Gazeta Santa Cruz, 2017b. Disponível em: <<http://www.editoragazeta.com.br>>. Organizado pela autora, 2018.

No Brasil, a produção do tabaco convencional, das safras de 2012 a 2017 (Tabela 2), oscilou tanto na área plantada em hectares, quanto na produção em toneladas, sendo que a queda mais significativa pode ser percebida na safra 2015/2016

Tabela 2 - Números da produção de tabaco convencional no Brasil, safras: 2012 a 2017.

	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17
Área (ha)	330.815	342.875	321.520	283.670	311.130
Produção ton.	731,030	751.030	712.610	538.683	719.392

Fonte: AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil – Fumicultura mundial, 2018. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Organizado pela autora, 2018.

O Sul do Brasil é a região com maior produtividade de fumo do país. Em ordem de importância produtiva aparece Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3 - Tabaco – Safras da Região Sul do Brasil: 2013 a 2016

Área plantada (ha)					Produção (ton.)			
	2013	2014	2015	2016	2013	2014	2015	2016
RS	203.82	205.30	199.96	187.12	430.90	412.62	414.93	323.55
	3	6	3	5	3	2	6	6
SC	117.06	120.64	116.38	110.82	244.45	258.24	255.95	195.27
	0	1	8	6	8	5	2	3
PR	71.172	76.137	75.155	73.715	160.95	171.67	177.83	148.99
					6	3	4	2

Fonte: EPAGRI/CEPA. Comparativo das safras das principais lavouras – 2016 e 2017. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>. Organizado pela autora, 2018.

Segundo a Afubra (2018), a região Sul foi responsável por 98% da produção nacional, seguida do Nordeste, com 1,8% nas safras 2016/2017. Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram responsáveis por 705.930 toneladas produzidas; 298.530 hectares plantados com tabaco e empregando 150.240 famílias dedicadas à produção da folha nas safras 2016/17.

Segundo a FIERGS (2017), a indústria do tabaco, no ano de 2017, liderou a corrida pela recuperação da produção industrial no Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano houve um aumento de 38% na produção e o nível de atividade aumentou em 17,2% em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior. Soja, arroz, fumo, milho e mandioca são os produtos que apresentaram maior nível de produtividade em 2016. A tabela 4 mostra a produção em toneladas e a porcentagem produtiva de cada item citado.

Tabela 4 - Valor da produção dos principais produtos da agropecuária do Rio Grande do Sul, 2017.

	Produção em ton. (mil)	Participação %
Arroz	8.679	70.6%
Tabaco	415	47.8%
Soja	15.700	16%
Milho	5.564	6.5%
Mandioca	1.155	5%

Fonte: TOREZANI, Tomas Amaral (Org.). RS em números. Porto Alegre, RS: FEE, 2017. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Organizado pela autora, 2018.

As regiões Vale do Rio do Pardo e Vale do Taquari destacam-se como as principais produtoras de fumo do Estado. Na primeira o fumo foi responsável, na

última safra, por 90,24% do total da produção estadual (SECRETARIA PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2017).

O Estado do Paraná ocupa a 3ª posição no *ranking* nacional de produção de tabaco. A sua produção expressiva está concentrada, basicamente, na região centro-sul. No ano de 2016, o estado registrou, segundo a SEAB/DERAL (2018), uma área de 74.000 hectares destinados ao cultivo do tabaco.

Os núcleos de Irati, Ponta Grossa, Curitiba, União da Vitória e Guarapuava apresentaram a maior produção de tabaco do estado. A tabela 5 mostra que, mesmo com políticas de diversificação agrícola implantadas pelo estado, a produção em toneladas e a área plantada aumentaram na última safra.

Tabela 5 - Síntese de acompanhamento de safra – núcleos regionais Paraná

Safra 2016/2017			Safra 2017/2018	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Irati	24.900	54.800	24.000	56.400
Ponta Grossa	20.870	50.000	21.600	44.922
Curitiba	14.000	36.000	13.662	35.138
União da Vitória	7.500	15.380	8.000	17.600
Guarapuava	5.200	14.000	5.160	13.182

Fonte: SEAB/DERAL. Departamento de economia rural. Fumo: análise da conjuntura agropecuária safras 2016/2017. 2018. Disponível em: <<https://www.agricultura.pr.gov.br>>. Organizado pela autora, 2018.

Em Santa Catarina, segundo o estudo de desempenho agropecuário realizado em 2016/2017 pela EPAGRI/CEPA, foi diagnosticado que o VBP⁷ total da produção agropecuária chegou em 28 bilhões de reais, analisando-se 49 produtos agropecuários. Desses 49 produtos, apenas cinco (Tabela 6) contribuíram para arrecadar dois terços desse valor. Esses produtos são: carne de frango, carne suína, leite, soja e fumo, mostrando que a agropecuária do Estado está concentrada em poucas cadeias produtivas e extremamente ligada aos complexos agroindustriais.

⁷VBP – Valor Bruto de Produção.

Tabela 6 - Valor da produção dos principais produtos da agropecuária de Santa Catarina em 2017 (R\$ mil reais).

PRODUTO	2013	2014	2015	2016	2017
1° Carne de Frango.	5.286.413	5.529.162	5.962.724	7.105.164	6.266.620.91
2° Carne suína	2.952.300	3.739.096	4.038.466	3.967.454	5.230.337.98
3° Leite	2.502.989	2.633.316	2.663.752	3.751.121	3.575.206.70
4° Soja	1.450.601	1.816.004	1.928.991	2.401.302	2.539.955.08
5° Fumo	1.624.463	1.875.218	1.978.142	1.993.574	2.206.864.77

Fonte: EPAGRI/CEPA. Comparativo das safras das principais lavouras – 2016 e 2017.
Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>. Organizado pela autora, 2018.

As microrregiões de Canoinhas, Rio do Sul e Ituporanga (Tabela 7), respectivamente em ordem de importância, participaram com os maiores volumes em toneladas produzidas de tabaco, ficando caracterizadas como as principais regiões produtoras de tabaco convencional em Santa Catarina.

Tabela 7 - Números de produção nas principais microrregiões do Estado

Safrá – 2016/2017	
Canoinhas	90.977,00 ton.
Rio do Sul	45.730,00 ton.
Ituporanga	30.691,00 ton.

Fonte: EPAGRI/CEPA. Comparativo das safras das principais lavouras – 2016 e 2017.
Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>. Organizado pela autora, 2018.

No caso das safras 2016/2017, essas microrregiões participaram com 66,3% da produção total de tabaco no território catarinense (Tabela 7). Nessas três microrregiões, a produção chegou a 167.398 toneladas do total de 252.443 toneladas produzidas no estado todo no ano de 2017 (EPAGRI/CEPA, 2016/2017).

O rendimento médio pago é variável e depende das condições climáticas, produção ótima, políticas cambiais no Brasil e no exterior, assim como a produção em outros países, traduzindo uma variação produtiva de safra para safra. A redução da área plantada no estado se deu em decorrência de fenômenos climáticos (chuvas em excesso ou escassas, granizo, entre outros).

Tabela 8 - Municípios catarinenses com maior expressividade na produção de tabaco – safra 2015/16

	Produção Ton.	Nº de produtores
Itaiópolis	13.175	2.387
Canoinhas	12.971	2.576
Santa Terezinha	11.236	1.966
Irineópolis	9.651	1.776

Fonte: SEAB/DERAL. Departamento de economia rural. Fumo: análise da conjuntura agropecuária safras 2016/2017. 2018. Disponível em: <<https://www.agricultura.pr.gov.br>>. Organizado pela autora, 2018.

Observa-se que a produção está, em sua maioria, concentrada na região Sul do país, embora também se observe produção de tabaco nas regiões Norte e Nordeste, o que representa menos de 10% da produção total do país (HILSINGER, 2016).

O espaço agrícola atual está sendo dominado pelas grandes empresas, principalmente quando existem atividades com alta concentração de capital (complexos agroindustriais) e alto uso de mão de obra, a exemplo da fumicultura (SANTOS, 2003).

Fajardo aponta que o setor agroindustrial baseado “[...] na construção do complexo agroindustrial ou agronegócio coloca as atividades agropecuárias num mercado oligopólico, no qual algumas grandes empresas multinacionais dominam o setor” (2007, p. 87). Elias (2007) afirma que o resultado é uma remodelação do espaço agrário com o uso de produtos químicos, máquinas agrícolas modernas, uso de novas tecnologias como a bio- e a nanotecnologia substituindo o meio natural pelo meio técnico.

Os agricultores familiares que trabalham com a produção de tabaco sofrem influências do capital e por ele são pressionadas a aumentar a produtividade e a melhorar a qualidade do produto final. A observância desses dois fatores exige que o agricultor, às suas custas, adote as novas tecnologias necessárias e a modernização assume novas formas, levando à existência da agricultura familiar “[...] subordinada a lógica produtiva do grande capital, ou seja, das grandes empresas agroindustriais” (FAJARDO, 2007, p. 91).

Quanto ao tabaco orgânico, são poucos os materiais produzidos em relação a um processo produtivo orgânico e a respectiva dinâmica espacial e territorial. De maneira geral, pode-se afirmar que a produção de tabaco orgânico está

esparsamente espalhada pelos três estados do Sul do Brasil, traduzindo um processo pouco diferenciado do tabaco convencional.

A cultura do tabaco vem sendo questionada sobre quais são realmente as melhorias na qualidade de vida de quem produz, já que há uma utilização intensa de mão de obra em todas as etapas produtivas no campo e a concentração de nicotina associada às aplicações de agrotóxicos conduzem a uma perda da saúde do trabalhador e degeneração do meio ambiente.

Além de buscar a compreensão da apropriação do capital sobre o agricultor, deve-se, inclusive, conhecer a intencionalidade dessa relação, de uma produção que é contraditória, mas que permite continuar o processo de subordinação de agricultores.

Os agrotóxicos, por vezes proibidos em outros países são usados indiscriminadamente nas lavouras brasileiras causando impactos na saúde e no meio ambiente. A difusão da CQCT como principal documento de alerta sobre os malefícios do tabaco traz diálogos em cima dos processos de diversificação em áreas cultivadas com tabaco, que se tornou ferramenta importante no combate ao tabagismo no Brasil.

É fato que essa preocupação com o meio ambiente e a saúde do trabalhador deve ser intensamente discutida, visto que a degradação ambiental, tanto nas cidades como no campo, alcançou níveis alarmantes. O próximo capítulo traz discussões importantes sobre o uso excessivo de agrotóxicos, questões ligadas a CQCT e os processos de diversificação em áreas com tabaco, levantando questões em relação ao cultivo do tabaco orgânico no município de Canoinhas para diversificar a agricultura familiar, fato que se apresenta contraditoriamente para alguns atores pesquisados.

CAPÍTULO 2

OS DESAFIOS ATUAIS DA PRODUÇÃO DE TABACO: PRODUÇÃO CONVENCIONAL E PRODUÇÃO ORGÂNICA

O conhecimento que a sociedade adquiriu a respeito do tabaco e seus derivados coloca em pauta discussões que abrangem inúmeras e complexas questões entre os favoráveis e os contrários ao cultivo e à sua organização estrutural. A produção tornou-se muito bem organizada pelo complexo agroindustrial do tabaco, caracterizando-se como principal fonte de renda de milhares de agricultores no país.

A produção de tabaco, difundida pelo mundo, tem passado por diversas transformações e mudanças nos últimos anos, influenciada por instituições, por universidades e pela convenção do tabaco realizada pela Organização Mundial da Saúde sobre os malefícios do tabaco, e de seus derivados, ao homem e ao meio ambiente. Um dos temas que vem sendo alvo de inúmeros debates e pesquisas é a relação agricultor/agrotóxicos, fato que vem influenciando perspectivas de produção orgânica na contínua busca pelo desenvolvimento e avanço do complexo do tabaco.

2.1 TABACO, AGROTÓXICOS, FLEXIBILIZAÇÃO DA LEI E DILEMAS ATUAIS

Londres (2011) afirma que, mesmo a agricultura sendo uma atividade milenar, foi somente há pouco mais de meio século que se passou a utilizar intensivamente os agrotóxicos. A indústria de fertilizantes e de agrotóxicos teve um crescimento acelerado após as Guerras Mundiais, quando os produtos químicos usados, então nos campos de guerra, passaram a ser reformulados e utilizados na agricultura com o pacote da chamada "revolução verde".

Durante a I Guerra Mundial, as fábricas, então, engajadas na fixação do nitrogênio atmosférico para a fabricação de uma grande quantidade de explosivos necessários para defender e destruir soldados bem entrincheirados, tiveram que encontrar novos mercados. Isso foi resolvido com a venda de fertilizantes para os campos que haviam sofrido um esgotamento durante os cultivos no período da guerra [...]. (HOWARD, 2012, p. 273).

Lucchesi (2005) salienta que, entre os anos 1950 e 1960, países que tinham a agricultura como principal fonte econômica foram pressionados por organismos

financiadores internacionais para adquirirem os “defensivos agrícolas”, sendo que eram incluídos compulsoriamente, junto com os adubos e fertilizantes, nos financiamentos agrícolas realizados.

O controle das condições naturais se tornou intenso para que a produção se elevasse, com inseticidas, fungicidas e herbicidas fazendo com que “[...] o controle dessas condições se tornasse um dos objetivos principais da modernização da agricultura, objeto de extraordinários investimentos em pesquisa e a experimentação de novas técnicas” (FLORIT, 2004, p. 100). Entre essas técnicas “[...] predominavam a hibridação entre variedades distintas de sementes e as mutações gênicas e cromossômicas, que objetivavam especialmente um avanço em termos de produtividade e de resistência às doenças e pragas, comuns na fomicultura” (SILVEIRA, 2007, p. 255).

[...] as pragas agrícolas possuem a capacidade de desenvolver resistência aos venenos aplicados: com o tempo, os agrotóxicos vão perdendo eficácia e levando os agricultores a aumentar as doses aplicadas e/ou recorrer a novos produtos. A indústria está sempre trabalhando no desenvolvimento de novas moléculas, que são anunciadas como a solução para o controle das pragas, doenças ou plantas invasoras, que com o tempo serão substituídos por outras novas, e assim infinitamente [...]. (LONDRES, 2011, p. 21).

No Brasil, os agrotóxicos⁸ são, segundo a Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, os produtos e os agentes físicos, químicos ou biológicos destinados aos setores de produção, principalmente agrícolas (BRASIL, 1989).

Agrotóxicos são definidos pela lei com os produtos ou agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, assim como, nas pastagens, proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais (BRASIL, 1989).

O artigo 2º do Decreto Presidencial nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, estabelece que a definição de diretrizes e a aprovação dos agrotóxicos cabe a três órgãos de deliberada competência: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Saúde. A união da

⁸ Por considerar o termo “agrotóxico” como aquele que melhor define as discussões em torno dos agrotóxicos e por considerar o Projeto de Lei 6.299/2002 ou “PL do Veneno” inconstitucional, negligente e desrespeitosa com o meio ambiente e a sociedade ao adotar medidas desfavoráveis à sociedade, neste trabalho se usa “agrotóxicos” em vez de “defensivos fitossanitários”, já que este último não abarca a complexidade e a problemática do tema.

atuação e o veredito final dos três órgãos responsáveis pela verificação da aprovação dos agrotóxicos é que concede o registro dos agrotóxicos. É um trabalho amplo, que demanda tempo e é elaborado em conjunto para proteger o homem do campo, a sua saúde e a de quem consome os produtos.

O Projeto de Lei nº 6299/2002⁹, também conhecido como “PL do Veneno” ou “Pacote do Veneno”, traz inúmeras mudanças negligentes para com a sociedade e com o meio ambiente (INCA, 2018). As discussões negligentes versam sobre a renomeação do termo agrotóxico para “defensivos fitossanitários”, assim como, dar maior poder de deliberação ao MAPA no registro dos agrotóxicos, sem o devido aval dos outros dois ministérios.

O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Saúde, que antes eram órgãos executores, juntamente com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, passaram a ser órgãos consultivos (FIOCRUZ, 2018).

A concentração das atividades de registro e fiscalização no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento permite criar a Comissão Técnica Nacional de Fitossanitários – CTNFito, que tem por finalidade apresentar pareceres técnicos conclusivos aos pedidos de avaliação dos agrotóxicos (BRASIL, 2002).

O que se pretende é facilitar a entrada de agrotóxicos determinando a limitação dos registros ao MAPA; modificando a nomenclatura para produtos ou defensivos fitossanitários e produtos de controle ambiental; agrotóxicos utilizados no combate a insetos, como o mosquito da dengue, por exemplo, que possuem substâncias perigosas sejam tratados e classificados juntamente com os cosméticos, medicamentos e saneantes; tirar o poder de restrição do uso de agrotóxicos feitos por estados e municípios; somente o MAPA poderá fazer a reanálise do produto; aqueles agrotóxicos que forem destinados à exportação estarão isentos do processo fitossanitário (FIOCRUZ, 2018). Essas são algumas das medidas que o projeto solicita.

O artigo 3º da Lei Federal nº 6.299/2002 busca a simplificação e a desburocratização de procedimentos na análise dos agrotóxicos. Para a Fiocruz (2018), as medidas propostas nesse projeto de lei significam enormes retrocessos em relação ao cuidado com o meio ambiente e à proteção da vida de animais e

⁹ Ver Projeto de Lei na íntegra: Projeto de Lei nº 6.299, de 2002. Altera os artigos 3º e 9º da Lei Federal nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1654426&filename=Tramitacao-PL+6299/2002>.

humanos, pois procuram depreciar a lei dos agrotóxicos vigente desde 1989 que é “[...] fruto de lutas sociais e as mudanças legislativas propostas desprezam todos os avanços conquistados” (p. 21).

O Instituto Nacional do Câncer (2018) afirma que o PL do Veneno, se aprovado, colocará em risco a sociedade, pois acarreta a liberação generalizada de agrotóxicos responsáveis por doenças crônicas.

Esta confusão conceitual é na verdade uma estratégia que oculta as situações de risco ao comunicar uma falsa segurança desses produtos químicos, induzindo uma crença em sua inocuidade. Esse ocultamento pode levar a utilização indiscriminada dos agrotóxicos e tem consequências diretas, como o aumento da resistência das espécies – alvo consideradas nocivas (animais e vegetais), com contaminação do ambiente [...], e consequentemente, aumento dos casos de intoxicação aguda [...] e crônica [...]. (FIOCRUZ, 2018, p. 2).

O texto do projeto de lei se opõe a determinados artigos da Constituição Federal, como o 196 e o 225. A Constituição Federal, em seu artigo 225, aborda o direito ao meio ambiente equilibrado e a uma boa qualidade de vida, cabendo ao governo e à sociedade protegê-los para as gerações futuras. O mesmo documento, no artigo 196, traz a saúde como direito garantido a todos mediante políticas públicas sociais e econômicas que visem reduzir os riscos de doenças (BRASIL, 2018a).

Conforme a FIOCRUZ (2018), a legislação que antecede a PL do Veneno proíbe o registro de qualquer agrotóxico no Brasil que traga danos à saúde humana e ambiental, colocando, portanto, uma barreira grande na introdução de novas fórmulas. Decorre, então, a crescente busca para implantar medidas que facilitem a entrada e o uso dos agrotóxicos.

O PL do Veneno, como ficou conhecido, pretende reformular a lei dos agrotóxicos no Brasil, permitindo a colocação, no mercado, de produtos extremamente perigosos, diminuindo a burocracia dos registros, renomeando o termo para parecer menos ofensivo. Esse retrocesso na questão dos agrotóxicos pode levar a inúmeras outras problemáticas sociais e ambientais. Propõe-se, nesse PL, uma nova política de Estado que não se faz necessária num país como o Brasil, que avançou positivamente na questão de registros de agrotóxicos.

O projeto de lei nº6299/2002 é um retrocesso que alimenta os grandes capitalistas e produtores, mas que é prejudicial ao meio ambiente e à sociedade como um todo. É a atuação dos interesses meramente econômicos em detrimento

aos interesses sociais e ambientais. Na análise do PL se percebe que não há medidas que reduzam o uso de agrotóxicos, mas, medidas que facilitem seu uso.

Em meio às discussões sobre a polêmica PL do Veneno de 2002, discutindo acordos em prol da minoria que tem interesses meramente econômicos, tramita igualmente o Projeto de Lei nº 6.670/2016¹⁰, que aguarda deliberação para a constituição de uma comissão especial que institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA e propõe a política “antiveneno”.

O objetivo principal dessa PL de 2016 para redução de agrotóxicos é “[...] implementar ações que contribuam para a redução progressiva do uso de agrotóxicos na produção agrícola, pecuária, extrativista e nas práticas de manejo dos recursos naturais, com ampliação da oferta de insumos de origens biológicas e naturais” (BRASIL, 2016).

O PL nº 6.670/2016 permite a redução gradual de agrotóxicos, para isso incentivando a produção de orgânicos através de planos articulados com as esferas nacional, estadual e municipal, já que, desde 2008, lidera o *ranking* de maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, nos últimos anos, passou a liderar o *ranking* de maior receptor de produtos banidos de países que proibiram seu uso (LONDRES, 2011).

As culturas da soja, do milho e da cana-de-açúcar capturam 72% de todo o agrotóxico comercializado no país. Trata-se, na maior parte das culturas de sementes transgênicas, ou seja, aquelas que são tolerantes ao herbicida glifosato, principal e mais destrutivo agrotóxico comercializado no Brasil (BOMBARDI, 2017).

O discurso moderno de que a utilização de agrotóxicos ajuda na qualidade e de que só com eles é possível produzir, aos poucos se degrada: “[...] atualmente tem se apontado que a degradação geral dos agroecossistemas tem constituído um círculo vicioso e que leva a uma utilização cada vez maior desses produtos” (FLORIT, 2004, p. 111). Pesquisas têm apontado que quanto mais se aplica na lavoura, mais as “ervas” e os insetos se tornam resistentes àquele produto:

[...] a promessa dos agrotóxicos era que iriam proteger as lavouras para sempre dos organismos que continuamente ameaçavam os cultivos, mas hoje é amplamente reconhecido que tal expectativa resultou ser falsa. Embora os agrotóxicos possam baixar drasticamente a população de pragas

¹⁰ Ver Projeto de Lei na íntegra: Projeto de Lei nº 6.670/2016. Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E2916E7538FA4B21029AB69FCD368492.proposicoesWebExterno1?codteor=1516582&filename=PL+6670/2016>

a curto prazo (aspecto muito atrativo para os agricultores), eliminam também os seus predadores naturais, até alcançar números ainda maiores do que antes. Isto acarreta a necessidade de os agricultores precisarem usar cada vez mais agentes químicos, num ciclo cumulativo de dependência. (FLORIT, 2004, p. 10).

Esse modelo de agricultura trouxe inúmeros problemas ambientais¹¹. Além disso, a utilização de agrotóxicos não reduz custos, pois, pelo contrário, aumenta custos de produção, pois se trata de um mercado de oligopolização e subordinação do agricultor, em especial dos agricultores que deixam a sua produção ser financiada por pouquíssimas empresas do ramo.

Bonato (2006, p. 3) salienta que, na cultura do tabaco, “[...] a metade dos produtos pertence às classes toxicológicas I e II, ou seja, são extremamente tóxicos e altamente tóxicos”. Bonato (2006) ainda afirma que a classificação dos agrotóxicos está dividida entre fungicidas, inseticidas, herbicidas, raticidas, acaricidas, nematocidas, molusquicidas e fumigantes (quadro 1), e a classe à qual pertencem (I,II,III, IV) determina o tipo de intoxicação que pode ocorrer.

Quadro 1 – Quadro de Classificação toxicológica dos agrotóxicos.

Classe	Classificação	Cor rótulo	Doses letais para seres vivos.
I	Extremamente tóxico	Vermelho	Algumas gotas.
II	Altamente tóxico	Amarelo	Algumas gotas até uma colher.
III	Medianamente tóxico	Azul	1 a 2 colheres de chá.
IV	Pouco tóxico	Verde	2 colheres de chá a um copo.

Fonte: EMBRAPA. Agência Embrapa de informações Tecnológicas. Uso de agrotóxicos. 2018. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>>.

Etges (2001) afirma que, dependendo do grau de dependência econômica e de subordinação do agricultor em relação à produção de tabaco, maior será o consumo de agrotóxicos na lavoura. Os agricultores são inseridos nesse sistema produtivo, assim se tornando dependentes do pacote tecnológico imposto, que

¹¹ No mês de fevereiro de 2019 aconteceu a morte de milhares de abelhas no planalto norte catarinense nos municípios de Canoinhas, Major Vieira e Rio Negrinho, em decorrência do uso indiscriminado do agrotóxico *fipronil* – um composto químico usado em medicamentos veterinários e nas culturas da soja, cana de açúcar, batata e milho. Segundo o laudo disponibilizado pela Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC) foi confirmada a morte de abelhas de 300 colméias, cada colméia contendo aproximadamente 50 mil abelhas. Para mais informações acesse: <https://www.ciram.epagri.sc.gov.br/apicultura/>.

implica a utilização de agrotóxicos impactando sobre o homem e sobre o meio ambiente.

O uso excessivo de agrotóxicos na cultura do tabaco tem sido tema de diversos estudos, Etges (2001) afirma que o grau de dependência econômica do agricultor implica no uso de agrotóxicos que determinam impactos importantes sobre o meio ambiente e a saúde humana, os efeitos adversos dos agrotóxicos reforçam essa dependência do agricultor à empresa comprometendo inclusive a capacidade de diversificação de culturas.

O tabaco é uma planta que pode estar sujeita as diversas doenças fisiológicas promovidas por nematoides, brocas, larvas, lagartas, lesmas e insetos, ou as afecções parasitárias provocadas por bactérias, fungos ou vírus, tanto durante a sua permanência na lavoura como depois de colhido. Essa característica revela a promoção de uma nova solidariedade técnica na medida em que o bom desenvolvimento das plantas de tabaco demanda o uso de inúmeros produtos agrotóxicos, entre inseticidas, fungicidas e herbicidas, muitos dos quais organofosforados e organoclorados com elevado grau de toxicidade tanto para a saúde dos fumicultores como para o ambiente natural e agrícola. (SILVEIRA, 2007, p. 257).

Para Londres (2011, p. 25), um dos maiores “[...] perigos representados pelos agrotóxicos diz respeito aos efeitos que eles podem provocar na saúde das pessoas, principalmente daquelas que [...] ficam expostas ao contato direto com os venenos”. No caso do tabaco, o problema se agrava porque os agricultores precisam utilizar, na maioria das aplicações, o pulverizador costal, situação em que o contato com o agente químico é maior.

A produção de tabaco submete os agricultores e os seus familiares a graves riscos decorrentes da intoxicação pela nicotina e por agrotóxicos. A exposição à nicotina e ao veneno nas cansativas horas de trabalho na umidade ou debaixo de sol forte fazem aparecer a Doença da Folha Verde do Tabaco – (DFVT, que se manifestando de forma aguda ou crônica, principalmente nas etapas em que a exposição aos químicos é maior – semeadura, plantio e colheita. Etges (2001) salienta que os sintomas mais comuns relatados por agricultores produtores de tabaco são: irritação, dores de cabeça, formigamento, tonturas e náuseas, câimbra, depressão e irritação no estômago:

Esse tipo de intoxicação é considerado uma doença ocupacional e sua maior ocorrência é na época da colheita, quando as altas temperaturas, do ambiente (verão) e corporal dos trabalhadores, em virtude do esforço físico que realizam no processo de colheita, podem aumentar a absorção da nicotina, ampliando sua concentração no plasma sanguíneo em 30% a 45%. A situação é mais grave quando os fumicultores manuseiam as folhas

molhadas, uma vez que a nicotina é dissolvida pela umidade. Alguns estudos revelam que a folha de tabaco pode conter até 9 mg de nicotina dissolvida em 100 ml de orvalho, valor equivalente ao conteúdo de nicotina de aproximadamente 6 cigarros. Para se ter uma ideia, em um dia úmido, principalmente depois da chuva recente, um fumicultor pode ser exposto a aproximadamente 54 mg de nicotina, ou o equivalente a 36 cigarros. (INCA, 2012 p. 16).

Segundo Vendruscolo (2017), foi no século XXI que várias pesquisas sobre os malefícios da absorção de nicotina no corpo do homem foram desenvolvidas. As críticas então passaram a ser postas também na produção de tabaco no campo.

Passou-se a divulgar não somente os malefícios do tabagismo, ou seja, do uso do cigarro, mas também os malefícios da produção, principalmente pelo uso de agrotóxicos. Inúmeras pesquisas foram desenvolvidas por ONGs e por instituições de pesquisa¹², essas pesquisas detectaram que a exposição aos agrotóxicos implicava impactos à saúde dos fumicultores bem como implicava contaminação ambiental.

A saúde dos agricultores é constantemente agredida tanto pelo uso de agrotóxicos, pelo contato com a planta úmida e até pelo cheiro forte do tabaco na fase de cura (BONATO, 2006).

Segundo Martins et al. (2016), sendo a DFVT de difícil diagnóstico, por se assemelhar à intoxicação por agrotóxicos, o respectivo exame é realizado em agricultores que apresentem histórico de exposição ao tabaco, dosagem alterada de cotinina¹³ e sintomas como diarreia, vômito, calafrios, etc. Alguns desses fatores podem ser determinantes na DFVT, como as características químicas e toxicológicas das folhas de tabaco e as condições de trabalho (MARTINS et al., 2016).

A matéria-prima utilizada para fabricar cigarros – o fumo – contém grande concentração de nicotina. Esta é uma substância encontrada em várias outras plantas da família das solanáceas. A nicotina gera a dependência do indivíduo que a consome, produzindo efeitos excitatórios, e, segundo um estudo realizado com

¹² A pesquisa intitulada “o impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana na região de Santa Cruz do Sul/ RS” realizada entre 199 e 2001 pela equipe interdisciplinar comandada pela professora Virginia Etges na UNISC em parceria com a UNICAMP e UFRJ. O objetivo da pesquisa foi avaliar os impactos causados pela cultura do tabaco no meio ambiente e na saúde humana na região (ETGES, 2002).

¹³ “A cotinina é o principal metabólito da nicotina e pode ser detectada em diferentes fluídos corporais, como urina, saliva e sangue. Esses sintomas afetam os trabalhadores principalmente durante a época da colheita e são muito semelhantes à intoxicação por agrotóxicos. A doença da folha verde, em muitos casos, é confundida com intoxicação alimentar, intoxicação por agrotóxicos ou exaustão ao calor.” (MARQUES et al., 2016, p. 2).

ratos, constatou-se que a substância aumenta a liberação de dopamina no organismo, diminui a concentração de serotonina e faz com que o organismo se adapte ao estresse ambiental (MARQUES et al., 2001).

Quando ocorrem intoxicações a partir do uso dos agrotóxicos ou quando ocorre uso indiscriminado, duas linhas de pensamento surgem: uma é aquela que impõe a responsabilidade de intoxicação tão somente ao agricultor devido à falta de conhecimento sobre o assunto; outra é aquela que coloca os agricultores como vítimas do modelo econômico presente na sociedade (BOEIRA; GUIVANT, 2003, p. 59). Assim, segundo essa fonte, “[...] os produtores, se têm responsabilidade, não são, ainda assim, os únicos”. Como se trata de uma estrutura organizacional muito grande, as partes da estrutura têm, necessariamente, responsabilidade compartilhada quanto a esse fato:

Entretanto, de uma forma paradoxal, o setor industrial tem assumido maiores iniciativas que o setor público, com pesquisas para diminuir os níveis de toxicidade dos agrotóxicos utilizados, políticas de controle ambiental, fundamentalmente reflorestamento e programas de educação ambiental no meio rural, veiculados nas propagandas em nível nacional e internacional. (BOEIRA; GUIVANT, 2003, p. 59).

ONGs e instituições ligadas a setores contra o tabaco socializam ideias e “[...] convergem no sentido de privilegiar o conhecimento tradicional e local, no caso da produção de fumo, inibindo as tentativas de substituição desse produto em função das consequências de seu consumo em âmbito nacional ou global” (BOEIRA; GUIVANT, 2003, p. 67).

Ainda que pessoalmente muitos ativistas de ONGs ambientalistas, políticos e técnicos afirmem ser contrários a fumicultura, as estratégias de integração das empresas e os interesses imediatistas [...] da maior parte dos fumicultores mantêm-se hegemônicos na Região Sul, de tal forma que as propostas de eliminação de agrotóxicos, regeneração da Mata Atlântica e agricultura sustentável continuam sendo adotados no ritmo, na extensão e na profundidade que possibilitem as empresas uma agregação de valor econômico e um aumento de lucro na industrialização do fumo. (BOEIRA; GUIVANT, 2003, p. 67).

A Organização Mundial da Saúde estimou que, a cada ano, cinco milhões de pessoas, em todo o planeta, perdem a vida em decorrência do tabagismo¹⁴. O reconhecimento da gravidade dos problemas que o cigarro pode causar no ser

¹⁴ Tabagismo: “Consumo obsessivo que se define pela dependência psicológica do uso do tabaco, vício de fumar”. Disponível em: <www.dicio.com.br>.

humano é que, em 1999, a Assembleia Mundial da Saúde, integrada por representantes dos países membros das Nações Unidas, propôs um tratado de saúde pública para o controle do tabagismo: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – CQCT (BRASIL, 2011).

A preocupação com a saúde do homem, com as consequências em decorrência da DFVT e com o uso intenso de agrotóxicos e com as implicações negativas para o meio ambiente fizeram surgir o tratado internacional de saúde pública que estabeleceu a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.

2.2 A CONVENÇÃO QUADRO PARA O CONTROLE DO TABACO¹⁵

A produção de tabaco apresenta considerável importância econômica para os estabelecimentos familiares, porém é preciso considerar que, nos últimos anos, a produção vem sendo alvo de inúmeras críticas (políticas e científicas) que direcionam para a restrição da produção. Bobato (2017) salienta que, a partir da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, é que as críticas se tornaram intensas e colocaram em prática medidas restritivas ao tabaco.

Segundo verificação do Ministério da Saúde (BRASIL, 2011, p. 7), “[...] o crescimento do mercado mundial dos produtos de tabaco, como resultado da liberalização do comércio e do investimento do capital estrangeiro direto [...]”, estava trazendo sérios danos à saúde, sendo que essa ameaça estava sendo potencializada pelas ações de empresas tabaqueiras, que estavam inserindo o tabaco nas economias de vários países.

Em outras palavras, a globalização da economia tem sido um dos determinantes do movimento de passagem da carga epidêmica do tabagismo e de doenças tabaco-relacionadas de países desenvolvidos para países em desenvolvimento. Ela tem permitido uma agilidade global de transferência do investimento de grandes companhias de tabaco para países que ofereçam um terreno fértil para esse comércio, traduzido em mão de obra de baixíssimo custo, importante ingrediente para otimizar a

¹⁵ “No Brasil, para dar conta da participação nas ações relacionadas à Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco foi instituída, primeiramente, a CNCT (Comissão Nacional para o Controle do Uso do Tabaco) em 1999, com o objetivo específico de subsidiar o governo brasileiro nas negociações da Convenção-Quadro. [...]. Desde então, um dos principais órgãos que compõem a CONICQ é o INCA (Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva), um órgão auxiliar do Ministério da Saúde para a coordenação de ações integradas para a prevenção e o controle do Câncer no Brasil. Vinculado ao INCA e a CONICQ, está o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco, onde se encontram, registradas *on-line*, as principais denúncias relacionadas ao tabaco, as quais são acionadas por essa rede, sendo, portanto, um dos espaços importantes para a identificação das gramáticas de denúncias” (VENDRUSCOLO, 2017, p. 84).

produção, e em uma elevada população de jovens pronta para ser estimulada a iniciar o consumo. (BRASIL, 2011, p. 7).

Segundo Buainain e Souza Filho (2009, p. 53), a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco estabelece “[...] o compromisso dos Estados signatários no sentido de adotar medidas para promover tanto a redução da demanda de tabaco [...], como a redução da oferta de produtos”. A convenção, além de propor a redução da demanda e oferta de produtos do tabaco, também estabelece que questões como “[...] proteção ao meio ambiente relacionadas a produção de fumo; mecanismos institucionais e recursos financeiros para a sua implantação; responsabilidade civil e penal da indústria do tabaco” (BRASIL, 2011, p. 14), sejam amplamente debatidas.

O tabagismo é um problema da saúde pública mundial. É nessa perspectiva que o tratado reconhece que o controle do tabaco requer mecanismos apropriados para enfrentar os desafios sociais e econômicos, principalmente em países em desenvolvimento.

Em seu artigo 3º, a Convenção define o principal objetivo:

O objetivo da presente Convenção e de seus protocolos é proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, proporcionando uma referência para as medidas de controle do tabaco, a serem implementadas pelas partes nos níveis nacional, regional e internacional, a fim de reduzir de maneira contínua e substancial a prevalência do consumo e a exposição à fumaça do tabaco. (BRASIL, 2011, p. 31).

A CQCT entrou em vigor somente em de 2005 com a significativa participação de 192 países. Este também foi o ano em que o Congresso Nacional brasileiro ratificou a CQCT visando instituir o programa nacional de diversificação em áreas cultivadas com tabaco (BRASIL, 2011). É importante salientar que as ações de reconversão das áreas com tabaco fazem parte de um movimento mundial organizado pela Organização Mundial da Saúde (BOBATO, 2017):

[...] o objetivo da Convenção-Quadro não é extinguir as lavouras de fumo. Não existe no Tratado qualquer menção de proibir os países de plantarem fumo, assim como não há qualquer obrigação da substituição do fumo por outras atividades. O que o tratado reconhece é que nenhum governo pode ignorar o controle do tabagismo como prioridade de saúde pública, uma prioridade social e econômica. (BONATO, 2009, p. 16).

O artigo 4º, parágrafo 6º, da Convenção afirma que:

Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição. (INCA, 2018, p. 5).

As partes que aderiram à CQCT, obedecendo ao texto, deverão promover alternativas economicamente viáveis para todos os trabalhadores do complexo do tabaco, prestando assistência técnica e jurídica para fortalecer as estratégias e os planos de controle da produção e da comercialização (INCA, 2018).

Para o MDA (BRASIL, 2010), a CQCT é “[...] especialmente interessante para o Brasil, que, independentemente de ratificar ou não a Convenção, sentirá os efeitos da redução da demanda mundial de fumo e, por isso, deve começar a se preparar desde já para lidar com essa nova realidade”. Nesse contexto é lançado o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, programa que nasce da mobilização de diversos setores públicos e privados para garantir apoio aos agricultores familiares. O principal objetivo é preparar os produtores de tabaco para a possível redução da produtividade, garantindo a diversificação de culturas como uma alternativa de renda a essas famílias (BONATO, 2009).

O texto do programa para diversificação em áreas com tabaco, assim como a CQCT, não propõe a extinção da cultura do tabaco, mas a diversificação de culturas. O texto foi baseado em princípios de diversificação produtiva e de participação social.

2.2.1 Os princípios de diversificação de culturas baseado na CQCT

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco atua com famílias produtoras de tabaco e tem como principal objetivo “[...] apoiar a implementação de projetos de extensão rural, formação e pesquisa para desenvolver estratégias de diversificação produtiva em propriedades de agricultores familiares que produzem fumo e criar novas oportunidades de geração de renda e qualidade de vida às famílias” (BRASIL, 2010, p. 9).

O programa busca desenvolver ações em duas grandes áreas: pesquisa e capacitação. Ambas as áreas requerem ações processuais e culturais da cultura do tabaco, pois “[...] há 100 anos essa cultura faz parte da vida de milhares de famílias

agricultoras e qualquer ação de incentivo à inclusão de nova matriz produtiva nas áreas de fumicultura exige um trabalho de capacitação, formação, debate e planejamento com a construção participativa” (BRASIL, 2010, p. 11), entre gestores, técnicos e agricultores. Além de promover a diversificação, o programa deve gerar debates em torno do tabagismo e os problemas ligados a esse consumo num espaço de troca de experiências e diálogos que envolvem a CQCT.

O Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco engendrou diversas ações de inúmeros programas pelo país, entre eles destacam-se a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO/SC, a Associação Estadual dos Pequenos Agricultores Catarinenses – AEPAC/SC, a Associação Casa Familiar Rural de Rio do Sul/SC – ARCAFAR, o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA PELOTAS/RS, a Associação dos Agricultores Familiares da Região Sul do Rio Grande do Sul – ASSAF/RS, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF Sul, o Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Rural Sustentável – ICODERUS/SE, a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu – UNAIS/RS, o Instituto e Centro de Formação e Assessoria Técnica na Agricultura Familiar de Sergipe – ICEFASE/SE (BRASIL, 2010).

No PRONAF, por exemplo, “[...] os agricultores familiares que se dedicam à fumicultura e desejarem investir em outras atividades em suas lavouras poderão acessar as diferentes linhas de crédito do Pronaf, com juros baixos e subsidiados. Esse é um instrumento mobilizador e viabilizador da diversificação” (BRASIL, 2010, p. 32) que passou a fazer parte das políticas de apoio à diversificação em áreas com tabaco.

O PRONAF é uma política do governo brasileiro que surgiu na década de 1990 quando se elegeu a agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural (HESPANHOL, COSTA, 2002), já que, como afirmam Savoldi e Cunha (2010), durante a fase de modernização da agricultura as políticas públicas se centraram nos setores mais capitalizados e que produziam para o mercado internacional, sendo que nesse período as políticas públicas para o agricultor familiar foram negativos (SAVOLDI; CUNHA, 2010).

O PRONAF é direcionado exclusivamente “[...] para a agricultura familiar brasileira. É um mecanismo de incentivo à produção e à melhoria da infraestrutura

no meio rural de forma a criar as condições adequadas para os processos de desenvolvimento com qualidade de vida no campo” (BRASIL, 2010, p. 32). O PRONAF, para Savoldi e Cunha (2010, p. 36), surgiu como uma “[...] proposta política de melhores condições materiais e subjetivas de superar as condições de dificuldades que o agricultor familiar encontra para integrar-se ao mercado” e se manter no campo.

Caracteriza-se:

[...] como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social. Pode-se citar, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e, mais recentemente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [...]. (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013, p. 46).

Para a cultura do tabaco foi aprovada a recente Resolução PRONAF nº 4.584, de 29 de junho de 2017, documento com que se aprovou a concessão do financiamento a produtores de tabaco que queiram diversificar o seu estabelecimento com outras culturas que não o tabaco. Até então, recursos do PRONAF eram amplamente usados para subsidiar a lavoura do fumo com intermediação das Companhias de Tabaco (INCA, 2004).

Admite-se a concessão de financiamento ao amparo do Pronaf a produtores de fumo, desde que o crédito se destine a outras culturas que não o fumo, de modo a fomentar a diversificação das atividades geradoras de renda da unidade familiar, nos seguintes casos: a) crédito de custeio, devendo constar no projeto técnico a viabilidade econômica da atividade financiada; b) crédito de investimento, vedado o financiamento para construção, reforma e manutenção das estufas para secagem do fumo ou de uso misto, para a secagem do fumo e de outros produtos. (BRASIL, 2017).

Anterior à Resolução nº 4.584/2017 constava a Resolução nº 4.513, de 24 de agosto de 2016, que alterava as disposições do Pronaf para agricultores produtores de tabaco. Essa resolução de 2016 definia que, para a safra 2017/2018, 25% da renda devia provir de outras atividades que não o tabaco, para a safra 2019/2020 devia ser 40% e, para a safra 2020/2021, pelo menos 50% da renda agrícola devia provir de outras atividades que não o tabaco (BRASIL, 2016).

A percepção de que os interesses das indústrias não são os mesmos interesses da saúde pública fez com que, em 2015, entrasse em vigor a Agenda 2030, em que a redução do tabaco é vista como necessária:

[...] o controle do tabaco passou a fazer parte da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas. Essa Agenda possui 17 metas globais e visa garantir que “ninguém será deixado para trás”. E a implementação da Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco foi incluída como uma estratégia para alcançar os objetivos globais de saúde (SDG 3) e uma meta para reduzir as mortes por DCNT [...]. Além disso, os chefes de Estado concordaram em aumentar os impostos sobre produtos de tabaco como uma das medidas para intervir sobre as DCNT e sobre a epidemia de tabagismo e mobilizar recursos adicionais para a sua implementação. (INCA, 2017, p. 11).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário entende que:

[...] as projeções mundiais de redução no consumo de cigarros, no médio e longo prazos, poderão impactar a vida das famílias agricultoras que dependem, econômica e socialmente, da produção do fumo. Neste sentido tem realizado um esforço na integração de políticas públicas que apoiam a diversificação nas regiões produtoras de fumo, preparando os agricultores para essa possível retração na demanda de fumo no mercado. (BRASIL, 2010, p. 6).

A criação de novos mecanismos de alerta, como é o caso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, coloca como metas a redução do da produção e consumo do tabaco, como também a agenda prevê ações para o fortalecimento e a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países (INCA, 2017). Por conta dessa Agenda, no Brasil, no ano de 2016, com a finalidade de implantar as metas e objetivos da agenda 2030, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (INCA, 2017).

Segundo o Inca (2017b), desde o ano de 2005, quando foi ratificada a CQCT, apenas duas chamadas públicas voltadas para a assistência técnica foram abertas. A mais recente foi a do período de 2011 a 2013, somando mais de 60 milhões liberados para projetos e coordenadas pela Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A captação de recursos é feita pela ANATER e, para o período de 2018/2020, foram liberados R\$ 14.237.928,91 reais para a prestação de serviços ao programa nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (ANATER, 2018).

Ao analisar o período das chamadas públicas, percebe-se que, desde o ano de 2005 tem transcorrido um tempo grande em que nenhuma chamada foi realizada, como é o caso do ano de 2017, que passou sem serem liberadas verbas para a implantação de projetos de diversificação em áreas com tabaco. Por não apresentar resultados a curto prazo vantajosos, a adesão dos agricultores ao programa não é interessante, pois os agricultores, segundo Penteado e Dantas (2015, p. 1258), “[...]”

não dispenderiam de certo investimento em algo novo sem a segurança e estabilidade que lhes é oferecida pela fumicultura”.

Assim, não basta apenas diversificar a produção, mas é necessário encontrar uma atividade equivalente economicamente, pois se tratando de retorno financeiro, a produção de fumo ainda se apresenta com caráter satisfatório às pequenas propriedades. (PENTEADO; DANTAS, 2015, p. 1251).

Mesmo com todas as políticas antitabagistas criadas no intuito de diversificar e diminuir a produção de tabaco, assim procurando potencializar o desenvolvimento de outras culturas na agricultura familiar, as grandes empresas fumageiras seguem seu ritmo, cada vez mais fortalecidas. Embora o Brasil cumpra parte das atribuições da CQCT, outra parte vem sendo obstruída pela indústria do tabaco, que utiliza argumentos desqualificados para favorecer o tabaco. O que merece a atenção nesse sentido é a ratificação da CQCT em 2004, realizada com caráter de urgência pela Câmara dos Deputados, mas vencida pelo setor fumageiro no Senado, perdendo seu caráter de urgência (INCA, 2004).

Os interesses das empresas são dotados de estratégias que impedem ações que ameacem os seus lucros, mesmo quando esses lucros produzem pobreza e doenças. Não colocar a CQCT em prática sinaliza ao mundo que o Brasil está se curvando ao jugo político-econômico que se coloca acima de vidas (INCA, 2004).

Para Vendruscolo (2017), entre críticas e favoritismos, a produção de tabaco é permeada por vertentes teóricas distintas nos últimos anos. Tanto as críticas em torno do modelo produtivo, da estruturação em complexos, do uso de agrotóxicos, das relações entre empresa e agricultor e da absorção de nicotina, quanto os diálogos que defendem a produção de tabaco como a única capaz de gerar desenvolvimento e renda aos agricultores familiares.

Segundo o INCA (2018), a conscientização dos agricultores sobre os riscos da produção de tabaco para a saúde e para o meio ambiente tem elevado o desejo de buscar atividades que sejam mais rentáveis.

Tudo isso têm gerado um ambiente de incerteza quanto à continuidade ou não da produção, fazendo com que alternativas à cultura do tabaco surgissem, tanto aquelas influenciadas pelas empresas fumageiras como aquelas alternativas influenciadas pelos atores que criticam a cadeia do tabaco.

Essas são ações direcionadas, principalmente as críticas sobre o meio ambiente e a saúde do trabalhador. Dessa forma, a empresa isenta-se das

ações críticas e promove uma marca positiva da cadeia produtiva. Visualiza-se, dessa forma, uma tendência à manutenção de produtores integrados que atendam a legislação e aos acordos que as empresas firmaram bem como produzam com a qualidade por elas exigida [...], (VENDRUSCOLO, 2017, p. 211).

Em menor quantidade que o cultivo convencional, os produtores vêm aderindo a essa prática de produzir tabaco orgânico (VENDRUSCOLO, 2017), que encontra mercado certo e com boa remuneração pela produção. Para a AFUBRA (2015) mudança da produção convencional para orgânica deve-se, também, ao fato de os produtores ficarem menos expostos aos agrotóxicos, preservando a saúde a sua saúde e a dos moradores da vizinhança.

Ao mesmo tempo em que a agricultura moderna trouxe aumento de produtividade e desenvolvimento econômico para muitos territórios, também consolidou o mercado capitalista no campo (FINATTO, 2015). O modelo convencional ou agroquímico que resultou do processo capitalista no campo é mais dependente de recursos naturais não renováveis, sendo incapaz de perdurar por muito tempo (CAPORAL, 2004):

[...] o sucesso geral da agricultura moderna foi atingido pela deteriorização da própria fundação sobre a qual o sistema foi construído. As inovadoras técnicas e práticas que permitiram o aumento de produtividade tiveram também o efeito não desejado de minar a base que possibilitou esse aumento, pois degradaram excessivamente os recursos naturais dos quais a agricultura depende (solo, as reservas de água e a diversidade genética natural), assim como criaram dependência dos combustíveis fósseis não renováveis. Por outro lado, tais práticas constituíram um sistema que cada vez mais divorciou a responsabilidade de produtores e assalariados agrícolas [...]. (FLORIT, 2004, p. 101).

Das instituições da sociedade muito ainda se espera para a agricultura poder ser eficiente. Alguns fatores podem ser citados com base em Altieri (2004), como: desenvolver recursos capazes de melhorar a capacidade produtiva; usar e gerenciar os recursos naturais disponíveis a fim de que futuras gerações possam usá-los; criar e difundir tecnologias acessíveis a todos; e, por fim, adotar políticas agrárias e de mercado que deem segurança ao agricultor.

2.3 O NÃO LUGAR DA AGROECOLOGIA E OS ANTAGONISMOS DA PRODUÇÃO ORGÂNICA ATUAL

Khatounian (2001) defende que durante o século XX começaram a surgir movimentos que apontavam na direção oposta do que até o momento se presenciava. Então se propunha “[...] desenvolver outras soluções com base nos exemplos de melhor convivência com os recursos naturais [...]” (p. 23). Termos que nunca foram discutidos antes vieram à tona como: “agricultura biológica”, “agricultura alternativa”, “agricultura orgânica”, “agricultura agroecológica”, “permacultura”, “adubação verde”, etc. E já “[...] nas décadas de 1920 a 1940 organizaram-se os primeiros movimentos que usavam adjetivos como biológico-dinâmico, orgânico ou natural para diferenciarem da doutrina dominante centrada na química” (KHATOUNIAN, 2001, p. 25).

Essas são caracterizadas a partir da “Incorporação do conceito de ecossistema e métodos ecológicos de análise; uso de fontes alternativas de energia; destaque para o solo e sua influência na saúde dos cultivos agrícolas” (FINATTO, 2004, p. 71).

A Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, em seu parágrafo 2º do artigo 1º, define que “[...] o conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados: ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológico, permacultura e outros que atendam os princípios estabelecidos por esta Lei”.

Neste momento, torna-se oportuna a discussão sobre as perspectivas agroecológicas de produção na busca pela diferenciação entre “agroecologia” e “agricultura orgânica”, pois, embora essas orientações de produção sejam iguais em alguns aspectos, não são iguais em todos, e esses termos não são sinônimos.

A Agroecologia é a ciência que busca a compreensão tanto da natureza e do meio ambiente como um sistema, quanto da forma como o homem atua nesse sistema, ultrapassando a visão simplista, focando-se na multidimensionalidade, incentivando a utilização do conhecimento dos agricultores (ALTIERI, 2004).

A Agroecologia tem [...] um padrão técnico-agronômico capaz de orientar diferentes estratégias de desenvolvimento rural sustentável, avaliando as potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva social, econômica e ecológica. O objetivo maior da agricultura sustentável - que sustenta o enfoque agroecológico - é a manutenção da produtividade agrícola com o mínimo possível de impactos ambientais e com retornos

econômico-financeiros adequados a meta de redução da pobreza, assim atendendo as necessidades sociais das populações rurais. (ALTIERI, 2004, p. 14).

Na Agroecologia, o que se busca é o correto manejo de recursos naturais renováveis para que se produza sem destruir ou perturbar o meio ambiente, mesmo apresentando interferência de certo nível no meio ambiente (WEID, 2009). Caporal (2004) defende a conceituação da Agroecologia como um novo enfoque científico. Defende que se trata de um enfoque que apoia a busca pela agricultura sustentável, nutrindo-se de outros campos do conhecimento e de saberes tradicionais dos agricultores que permitem criar estratégias para determinar o correto manejo dos agroecossistemas.

Sistemas agrícolas de base agroecológica são, portanto, conservadores dos recursos naturais renováveis e muito econômicos no uso de recursos naturais não renováveis, como petróleo e gás ou fósforo e potássio, o que contribui para que seu balanço energético seja positivo, ao contrário dos sistemas da agricultura industrial. Eles procuram integrar áreas de vegetação nativa no desenho dos sistemas, pois as mesmas têm a função de manter o equilíbrio ambiental, evitando ou minimizando os surtos de pragas e doenças. Embora possa utilizar irrigação, a Agroecologia o faz com economia no uso da água, buscando a otimização da água das chuvas [...]. (WIED, 2009, p. 60).

Finatto (2015) salienta que a Agroecologia é capaz de ressignificar as relações homem-ambiente e, assim, propor uma transformação na produção agrícola. Apesar das diversas barreiras que se têm colocado à frente da ciência agroecológica, esta vem ganhando espaço como um novo paradigma do campo. A Agroecologia preza pela questão da ética, ou seja, como as relações consigo, com o outro e com o meio ambiente, como esse universo de relações “[...] pode afetar positiva e/ou negativamente as outras pessoas, os animais ou a natureza” (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006).

As escolhas que fazemos podem estar determinadas apenas e tão somente por um desejo de consumo ou lucro individual-características das sociedades capitalistas –, assim como podem ser balizadas por princípios de ética ou valores [...]. Na prática, a questão ética se manifesta através de um certo sentido da responsabilidade que nasce de nossa relação com outras pessoas. Esta responsabilidade dá lugar a relações normativas, isto é, um conjunto de “obrigações” que passam a ser socialmente sancionadas, adquirindo o status de normas ou valores em uma dada sociedade ou grupo social. Neste sentido, a ética ambiental está centrada na reflexão sobre comportamentos e atitudes adequadas em vistas a processos e seres de relevância, em um determinado contexto, no caso o ambiente onde vivemos e no qual intervimos para realizar nossas atividades agrícolas. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2006, p. 48).

A "agricultura orgânica" é baseada “[...] na melhoria da fertilidade do solo por um processo biológico natural, pelo uso da matéria orgânica” (DAROLT, 2002, p. 20). Dentre as suas particularidades, Darolt (2002, p. 20) defende um “[...] conjunto de normas bem definidas para a produção e comercialização da produção determinadas e aceitas internacionalmente e nacionalmente”. Finatto (2015) define agricultura orgânica como a busca por ações que elevem a fertilidade através de “[...] processos biológicos, uso de biofertilizantes, adubação verde e orgânica, rotação e consorciação de cultivos” (p. 72), sempre utilizando produtos naturais no processo produtivo:

[...] o resultado da produção agrícola está diretamente ligado à dinâmica da atividade biológica do solo, que “naturalmente” gera as condições necessárias para o desenvolvimento saudável das plantas cultivadas. O solo já não é apenas um mero fator mecânico que dá suporte e apoio as raízes, mas o elemento vital básico do qual depende o desenvolvimento da produção agrícola. Para isto, o próprio solo precisa ser criado, cultivado, manejado, de forma tal que seja mantida e aumentada a sua atividade. (FLORIT, 2004, p. 109).

Candiotto e Meira (2014) salientam que agricultura orgânica pode ser praticada desde agricultores familiares de base camponesa e assentados, até grandes empresas, o que caracteriza a mesma lógica de concentração e acumulação capitalista da agricultura convencional. Nesta lógica Finatto afirma que a agricultura orgânica está caminhando para os moldes empresariais de produção, isso, em última instância, quer dizer que “[...] se prioriza a solução do problema ao invés de tentar evitá-lo por meio de um manejo adequado do solo e da biodiversidade dos agroecossistemas” (FINATTO, 2015, p. 90).

Essa busca pelo mercado capitalista de produção orgânica fica muito evidente quando se analisa a produção orgânica de tabaco, por exemplo. Os elementos que atuam na produção de tabaco convencional são também os mesmos que asseguram a produção orgânica. Para Candiotto e Meira (2014), essa adesão pela agricultura orgânica pode representar uma rede de intencionalidade econômica somente, portanto a lógica produtiva capitalista permanece.

Para a IFOAM, a agricultura orgânica é definida como:

[...] um sistema de produção que promove a saúde dos solos, ecossistemas e pessoas. Têm como base os processos ecológicos, biodiversidade e ciclos adaptadas as condições locais em alternativa ao uso de insumos com efeitos adversos. A agricultura orgânica combina a tradição, inovação e ciência de modo a ser benéfica para o espaço partilhado, promove relacionamentos justos assegurando uma boa qualidade de vida a todos os envolvidos. (IFOAM, 2018).

Nessa mesma linha conceitual aparecem as legislações brasileiras de definição da agricultura orgânica. Reconhece-se o meio ambiente como um organismo vivo. Diante da situação vivida pela agricultura nacional e mundial, foi instituída a Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que define e legaliza a agricultura orgânica no país:

Art. 1º Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente. (BRASIL, 2003).

E, para efeitos dessa lei, em seu artigo 2º, um produto é orgânico se produzido *in natura* ou processado, obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao meio ambiente (BRASIL, 2003).

A agricultura orgânica apresenta o selo de certificação, ou seja, os produtores continuam sendo dominados e subordinados. Um exemplo dessa subordinação são as exigências de produção e de comercialização impostas pela IFOAM. Deve-se ressaltar que a “[...] agricultura orgânica somente orientada por normas não visa tanto melhorar a condição do agricultor quanto proteger o consumidor do uso indiscriminado [...]” de agrotóxicos (FINATTO, 2015, p. 90).

Assim como toda e qualquer produção orgânica, o tabaco, para ser considerado produção orgânica, precisa estar devidamente certificado. No Brasil, a certificação é realizada pela empresa francesa *Ecocert*, fundada em 1991. Essa empresa é referência em certificação orgânica no mundo, atuando no Brasil desde 2001. A certificação é feita para atender aos regulamentos dos países consumidores, principalmente dos países europeus e norte-americanos (ECOCERT, 2018).

Os produtos orgânicos estão sendo comercializados internacionalmente como mercadoria (*commodities*), e sua distribuição está sendo feita pelas mesmas corporações multinacionais que dominam o mercado convencional. Lojas e mercados de produtos naturais ou orgânicos se consolidam e se tornam redes nacionais e internacionais. (ALTIERI; NICHOLLS, 2003, p. 142).

Para a certificação da propriedade ocorrer existe a necessidade de participar de um processo de transição da produção convencional para a produção orgânica de tabaco, transição que dura em média três anos. Essa transição “[...] não é simplesmente um processo de retirada dos insumos externos” (ALTIERI, 2004, p. 76), pois é exigido um acompanhamento rigoroso de técnicos agrícolas e de produtores para que essa transição seja feita por completo, a transição para a produção orgânica de tabaco dura três anos, após esse período, a produção não é mais considerada em transição e sim como produção orgânica certificada.

Finatto (2015) salienta que houve uma ampliação do mercado de orgânicos e que muitos agricultores inicialmente aderiram ao modo orgânico de produção levando em consideração o aspecto ambiental e a saúde do agricultor.

Florit (2004) faz um alerta a respeito de um paradoxo: “[...] vivemos uma época na qual, ao mesmo tempo em que se avança radicalmente na manipulação da natureza, igualmente se valorizam as coisas naturais na mesma proporção” (p. 16). Então o autor lança uma pergunta para se refletir: “[...] como explicar o fato de se estar em um mundo que, ao mesmo tempo em que desafia todos os limites na manipulação da natureza, valoriza as coisas 'naturais' na mesma proporção?” (2004, p. 23).

Atualmente fica evidenciado, claramente, que todas as formas de agricultura que valorizem o meio ambiente e que façam repensar o modelo atuante de agricultura para barrar os prejuízos de curto, médio e longo prazo ao homem e ao meio ambiente, são válidas e devem ser incentivadas.

Quando a forma orgânica de produção é assumida pelas empresas capitalistas, como no caso do CAI do tabaco com a produção de tabaco orgânico, onde o que se pretende é buscar interesses empresariais, de mercado. Ou seja, as empresas fumageiras buscam impulsionar a produção para atingir benefícios próprios, assim muitas vezes ocorrendo o que Candiottto e Meira (2014) colocam como desequilíbrio social, econômico e ecológico na produção.

2.4 A CONSOLIDAÇÃO DA AGRICULTURA ORGÂNICA – ATUAÇÃO NO MUNDO E NO BRASIL

O principal órgão que fomenta a produção de orgânicos no mundo é a *International Federation of Organic Agriculture Movements* – IFOAM, fundada em 1972 e que atua através de órgãos regionais espalhados por todos os continentes. Na América Latina e no Caribe atuam na busca do desenvolvimento de propostas que sejam mais próximas às realidades vividas (IFOAM, 2018).

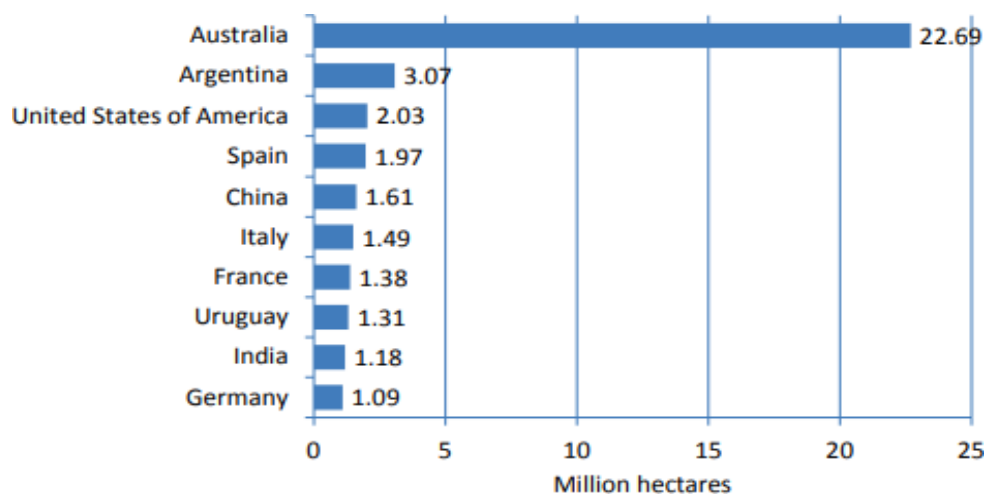
Segundo o relatório anual da IFOAM (2016) para a agricultura orgânica mundial¹⁷, no ano de 2016 existiam cerca de 50,9 milhões de hectares, representando, tão somente, 1,1% do total de terras agricultáveis.

Willer e Lernoud (2017) salientam que a divisão da produção orgânica no mundo está assim distribuída: América do Norte (3 milhões ha); América Latina (6,7 milhões ha); África (1,7 milhões ha); Europa (12,7 milhões ha); Oceania (22,8 milhões ha) e Ásia (4,0 milhões ha). Nesse cenário, os três países com maior produção mundial de orgânicos são, respectivamente: Austrália (22,7 milhões ha); Argentina (3,1 milhões ha) e Estados Unidos (2,0 milhões de ha). A Argentina, segundo Florit (2004, p. 138), tem “[...] conseguido estabelecer parâmetros legais que a tornam um agente competitivo no mercado mundial”.

Willer e Lernoud (2017) trazem uma amostragem para o ano de 2015 dos países com maior número de terras agrícolas consideradas orgânicas (Gráfico 1). As regiões com maior porcentagem de terras agrícolas destinadas à produção de orgânicos se localizam na Argentina e na Austrália.

¹⁷ Os dados trabalhados pela IFOAM apresentam uma visão geral de todas as culturas orgânicas produzidas: pastagens, aquicultura, piscicultura, cereais, cana-de-açúcar, cacau, café, frutas, leguminosas, hortaliças e tabaco.

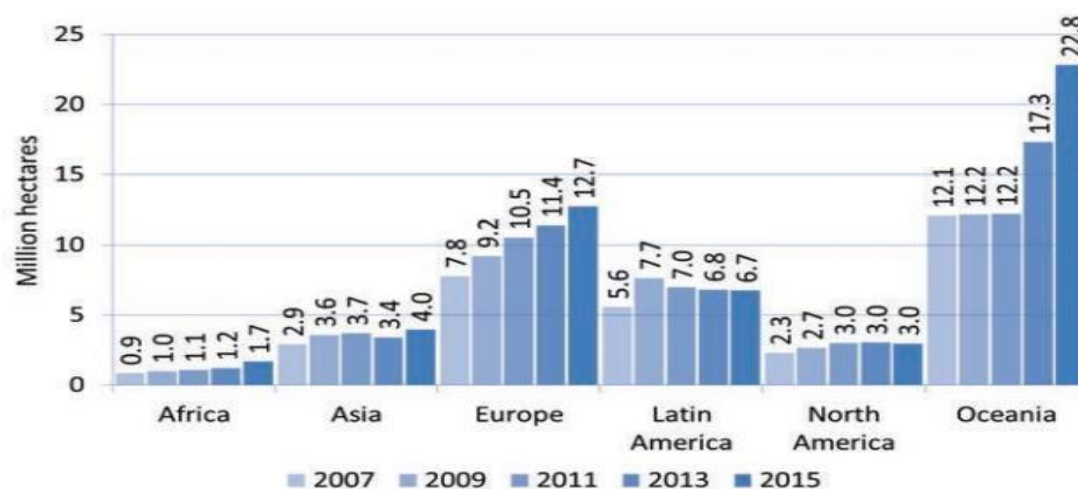
Gráfico 1- Os dez países com as maiores áreas de terras agrícolas orgânicas em 2015



Fonte: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia. The world of organic agriculture 2017: Summary. In: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia; KILCHER, Lukas (Eds.). The world of organic agriculture – statistics and emerging trends 2017. Research Institute of Organic Agriculture/FiBL, Frick, e International Federation of Organic Agriculture Movements / IFOAM, Bonn, Germany. 2017. p. 25-74. Disponível em: <<http://www.shop.fibl.org>>.

O Gráfico 2 mostra o nível de elevação da produção de orgânicos no mundo de 2006 a 2015. Em alguns países, o aumento foi considerável. Já em outros se percebeu uma estagnação. Florit (2004) avalia essas expectativas de crescimento como positivas, já que, para ele, um dos principais fatores que justificam esse aumento são os níveis de informação que a sociedade está buscando principalmente em relação à saúde humana e à saúde do meio ambiente.

Gráfico 2- Evolução da produção de orgânico no mundo em 2006 a 2015



Fonte: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia. The world of organic agriculture 2017: Summary. In: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia; KILCHER, Lukas (Eds.). The world of organic agriculture – statistics and emerging trends 2017. Research Institute of Organic Agriculture/FiBL, Frick, e International Federation of Organic Agriculture Movements / IFOAM, Bonn, Germany. 2017. p. 25-74. Disponível em: <<http://www.shop.fibl.org>>.

Segundo Willer e Lernoud (2017), todas as culturas orgânicas avaliadas pelo relatório da IFOAM em 2015 apresentaram crescimento expressivo (12,9%) em relação ao ano anterior em todos os continentes. A exceção se deu com as culturas industriais de flores e de tabaco, que apresentaram diminuição de área cultivada.

A América Latina e o Caribe registraram, no ano de 2015, seis milhões de hectares (Tabela 9) de produção orgânica, representando 13% da produção mundial, mesmo apresentando crescimento negativo.

Tabela 9 - Números da produção orgânica na América Latina e Caribe em 2015

América Latina	
Milhões ha	6.744,722
% da produção mundial	13%
% de crescimento	-1,3%
Nº de produtores	457,677

Fonte: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia. The world of organic agriculture 2017: Summary. In: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia; KILCHER, Lukas (Eds.). The world of organic agriculture – statistics and emerging trends 2017. Research Institute of Organic Agriculture/FiBL, Frick, e International Federation of Organic Agriculture Movements / IFOAM, Bonn, Germany. 2017. p. 25-74. Disponível em: <<http://www.shop.fibl.org>>.

O país que lidera o *ranking* de maior produtor de orgânicos na América Latina é a Argentina (Tabela 10) e o país que lidera o *ranking* de número de produtores orgânicos é o México.

Tabela 10 - Dez países com maior área orgânica na América Latina e no Caribe em 2015

Países	Milhões (ha)
Argentina	3,073. 412
Uruguai	1,307. 421
Brasil	750,000
México	584,093
Peru	327,245
República Dominicana	163,936
Malvinas	139,041
Bolívia	114,306
Paraguai	64,097
Equador	45, 818

Fonte: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia. The world of organic agriculture 2017: Summary. In: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia; KILCHER, Lukas (Eds.). The world of organic agriculture – statistics and emerging trends 2017. Research Institute of Organic Agriculture/FiBL, Frick, e International Federation of Organic Agriculture Movements / IFOAM, Bonn, Germany. 2017. p. 25-74. Disponível em: <<http://www.shop.fibl.org>>.

Segundo Florit (2004, p. 140), o Brasil, “[...] apesar de ter uma área de terra certificada razoavelmente extensa, as normas nacionais que regulamentam o setor são bastante recentes [...]”, e as experiências na agricultura orgânica no Brasil se acentuam tanto em pequena como em grande escala de produção.

A produção orgânica no país está localizada principalmente na região Sul (DAROLT, 2002). No país, o desenvolvimento das terras para a produção orgânica segue uma constante, como bem mostra a tabela abaixo, baseada em dados de Willer e Lernoud (2017).

Tabela 11 - Desenvolvimento das terras agrícolas orgânicas no Brasil.

Milhões de hectares (nº)	
2012	705,233
2013	705,233
2014	750,000
2015	750,000

Fonte: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia. The world of organic agriculture 2017: Summary. In: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia; KILCHER, Lukas (Eds.). The world of organic agriculture – statistics and emerging trends 2017. Research Institute of Organic Agriculture/FiBL, Frick, e International Federation of Organic Agriculture Movements / IFOAM, Bonn, Germany. 2017. p. 25-74. Disponível em: <<http://www.shop.fibl.org>>.

Darolt (2002) coloca o Brasil como sendo o segundo país da América Latina em termos de área produtiva orgânica, sendo que a produção brasileira se apresenta dividida em dois grupos: um primeiro grupo de agricultores familiares ligados a associações e grupos de movimentos sociais e um segundo grupo composto por grandes produtores empresariais ligados a empresas privadas. No caso estudado, a análise se dará a partir da agricultura familiar integrada ao mercado capitalista de tabaco, porém com diferenciações: são agricultores familiares integrados a empresas tabaqueiras que produzem tabaco orgânico.

A história do tabaco orgânico iniciou-se no ano de 1998, quando a AFUBRA tomou importante iniciativa de implantar a produção de tabaco sem agroquímicos (AFUBRA, 2018). A discussão foi iniciada no município de Santa Cruz do Sul/RS quando da ocorrência de intoxicação de produtores por conta de agrotóxicos usados no tabaco.

Na época, as primeiras lavouras foram realizadas em produção experimental, num processo lento de retirada de agroquímicos, substituindo-os por

insumos orgânicos. As pesquisas foram apoiadas pela ONG denominada Fundação Gaia, que passou a colaborar nas pesquisas.

A Universidade de Santa Cruz do Sul e o Sinditabaco continuaram o aperfeiçoamento do manejo e da produção, e, após o caráter experimental da produção, empresas multinacionais do setor, como a Souza Cruz; ULT e JTI, deram sequência à produção. A empresa *Universal Leaf Tabaco* – ULT iniciou, em 2004, a produção de orgânicos.

2.5 PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO: ASPECTOS GERAIS

Ocorreu um período de pesquisas experimentais para verificar a viabilidade produtiva para a produção comercial do tabaco como “[...] uma forma de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura” (AFUBRA, 2015, p. 20). Depois desse período em “[...] caráter experimental no Brasil, que foi de 2004 a 2010, a empresa *Universal Leaf Tabacos* – ULT iniciou a produção de tabaco orgânico de forma mais abrangente junto a seus produtores integrados” (AFUBRA, 2015, p. 19).

Outras empresas, como a *Japan International Tobacco* – JTI e a Souza Cruz S.A. desenvolveram ou ainda desenvolvem projetos de produção orgânica de tabaco. A Souza Cruz iniciou as pesquisas em produção experimental e, em 2011, iniciou as vendas denominadas "semicomerciais" na Serra Gaúcha (AFUBRA, 2015).

A Souza Cruz, segundo a Afubra (2015, p. 20), no ano de 2014 realizou:

[...] a primeira safra comercial, cuja produção foi certificada de acordo com as normas técnicas para produtos orgânicos do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos. O planejamento da produção orgânica é elaborado conforme demanda, assim como é feito para o tabaco convencional, e atualmente a Souza Cruz dispõe de um modelo de produção orgânica que pode ser aplicado para escalas maiores.

A empresa Souza Cruz S.A. desenvolveu projetos para o cultivo de tabaco orgânico, porém acabou por engavetá-los e seguir com a produção convencional. E também a JTI vem apostando fortemente nas pesquisas de manejo e produtividade do tabaco orgânico (AFUBRA, 2015).

Enquanto a ULT se tornava pioneira na produção comercial, a JTI tornava-se pioneira, no ano de 2000, nos investimentos para produzir tabaco orgânico, espalhando pelos três estados do Sul do país projetos pilotos de produção (AFUBRA, 2015).

Segundo a Afubra (2015), a *Japan International Tobacco* segue com pesquisas focadas no manejo do tabaco orgânico, principalmente ligadas ao uso de insumos orgânicos, com a ajuda Centro Mundial de Desenvolvimento Agrônomo, Extensão e Treinamento, instalado em Cerro Alegre, interior de Santa Cruz do Sul (RS).

A proposta da produção de tabaco orgânico – surgida de iniciativas privadas, públicas e do sindicato dos fumicultores, apresenta produção em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Um ano após as pesquisas experimentais terem sido concluídas no Rio Grande do Sul pela UNISC através dos cursos de agronomia, Fundação GAIA e Sinditabaco, Palmeira, município do estado do Paraná, iniciava a produção um pouco timidamente, ganhando impulso e selecionando novos produtores, o que passou a ocorrer, segundo Técnico agrícola A (2017), há mais ou menos cinco safras passadas (safras 2013/2014). A empresa Souza Cruz foi a iniciante no município, assim como também possuía campos experimentais de tabaco orgânico no município de Cruz Machado/PR. As motivações para o cultivo do tabaco orgânico, segundo Técnico agrícola A (2017), partiram do surgimento de mercado externo para o produto, e acrescenta-se ainda nesta argumentação o fato das críticas ao modelo produtivo do tabaco originadas da Convenção Quadro, tais críticas fizeram com que as empresas fumageiras lançassem novas formas de produção que estivessem de acordo com os artigos da Convenção.

A produção de tabaco orgânico é caracterizada, basicamente, pela substituição de insumos nas lavouras de tabaco. O uso dos agrotóxicos é substituído por insumos e fertilizantes biológicos.

Para a produção orgânica, as indústrias oferecem assistência técnica especializada com recomendação de um pacote tecnológico específico, além de aplicar um rígido controle de qualidade, de acordo com as normas brasileiras e internacionais. Os materiais usados na produção orgânica e o tabaco produzido desta forma não podem entrar em contato com a produção convencional, as estufas e galpões devem ser de uso específico para a produção orgânica e o solo deve estar há três anos sem receber fertilizantes químicos. (AFUBRA, 2015, p. 22).

Finatto (2015) vem afirmar, entretanto, que o esforço despendido em alavancar a produção orgânica está confinando-a “[...] pelas regras e normativas que nem sempre visam de imediato garantir a preservação ambiental ou promover um desenvolvimento integral” (p. 75), ou seja, a produção de orgânicos está integrando-se ao mercado capitalista, assim como ocorre na produção convencional. A *Ecocert*,

que é a empresa designada para certificar o tabaco orgânico, impõem aos países produtores normas e regras que vigoram nos países que irão consumir o produto:

[...] a produção de tabaco orgânico é um processo que engloba todas as etapas de produção, cura, armazenamento, transporte do tabaco até a fábrica, comercialização, processamento e exportação. “Existem normas e regras específicas para a produção orgânica que devem ser seguidas pelos produtores e pela empresa e que são auditadas pela entidade certificadora. (AFUBRA, 2015, p. 20).

A produção orgânica é um processo que possui etapas e não pode ser definida na primeira safra, pois fatores como “[...] o equilíbrio do solo, promovido por rotação de culturas, plantas de cobertura, adubação verde e tendo como aporte de nutrientes o esterco de animais [...]” (AFUBRA, 2015, p. 22) são considerados a base fundamental da produção orgânica.

Vendruscolo (2017) aponta críticas em relação ao modelo de produção orgânica de tabaco que vem despontando atualmente e também quanto à forma como as críticas antitabaco são absorvidas pelas empresas tabaqueiras. Os investimentos realizados para desenvolver cultivares orgânicas de tabaco estão ligados, segundo a autora:

[...] no intuito de diminuir o impacto das críticas sobre o tabaco e ressignificar a cadeia produtiva transformando a imagem negativa em uma imagem do setor sustentável diante de uma sociedade que manifesta preocupações com o meio ambiente e com a saúde pública [...]. (p. 2009).

À medida que as críticas ao tabaco surgem e com todas as propostas de controle do tabaco recomendadas pela CQCT, a comercialização da produção se torna mais difícil, atingindo diretamente a produção no campo. Com uma demanda por produtos orgânicos em alta no mercado, mostrando que a população prefere produtos livres de agrotóxicos, as empresas tabaqueiras compreenderam que essa seria a oportunidade para amenizar as críticas evidenciando a produção de tabaco.

Segundo Ruvinski (2017, s/p), “[...] para o agricultor, o fumo orgânico não vem dentro de um pacote tecnológico, onde se utilizam agrotóxicos e insumos químicos, mas, sim, dentro de uma nova perspectiva, diferente da popularizada entre os fumicultores”. Ou seja, uma nova perspectiva de produção de tabaco, ainda integrada as grandes empresas.

Salienta-se, aqui, que dados estatísticos, teóricos, assim como bibliografia sobre o tabaco orgânico são escassos, ou quase nulos quando se trata de dados estatísticos referentes à produtividade, a rendimento médio, a número de

agricultores, etc. Tal escassez tem limitado as pesquisas. Para o próximo capítulo torna-se importante analisar os aspectos organizacionais e produtivos do tabaco químico, comumente chamado de fumo convencional, para, após, analisar a produção orgânica de tabaco.

Dentre esses aspectos cabe também analisar a criação, pelo governo federal, de programas incentivando a diversificação agrícola e consequente redução da área de tabaco e como esse programa vem sendo proposto para os municípios de Santa Catarina em especial Canoinhas, bem como analisar a extrema importância da assistência técnica e financeira para auxiliar os agricultores nessa transição.

CAPÍTULO 3

PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO: DIÁLOGOS ENTRE ESTRATÉGIAS DE DIVERSIFICAÇÃO OU NOVOS MERCADOS PARA O CAI DO TABACO – O CASO DE CANOINHAS/SC

Os dados e as discussões apresentados neste capítulo são as constatações e experiências vivenciadas nos trabalhos de campo e nas entrevistas realizadas. Os escritos evidenciam as estratégias territoriais da indústria do tabaco na medida em que utiliza o tabaco orgânico como artifício de manter a produção de tabaco frente às críticas antitabagistas, salientando-o como parte de um processo de diversificação.

A produção de tabaco orgânico está atrelada a dois principais fatores: nichos específicos de mercado e estratégias empresariais de concorrência no mercado, já que diversas ações contra o tabaco foram desenvolvidas nas últimas décadas em decorrência da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.

As ações de redução da produção partem dos órgãos públicos e privados que buscam a diversificação das culturas agrícolas na tentativa, de que, a médio e longo prazo, o agricultor produtor de tabaco venha a substituir a cultura do tabaco por alternativas igualmente rentáveis. Nessa mesma perspectiva as empresas fumageiras evidenciam programas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco para que após a safra de tabaco os agricultores plantem milho e feijão e vêem a produção de tabaco orgânico como uma possibilidade de diversificação. Tal argumentação tem gerado inúmeras críticas, positivas e negativas, quanto aos projetos públicos e privados de diversificação que serão debatidos a seguir.

3.1 TABACO ORGÂNICO NO SUL DO BRASIL: CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO

A produção orgânica de tabaco tem as mesmas características produtivas que a produção convencional, exceto no uso de agrotóxicos, na certificação orgânica e na comercialização para a empresa quando é atribuída uma bonificação para produtos orgânicos.

O cultivo de tabaco orgânico no Brasil é recente quando comparado ao cultivo convencional da planta. Somente nos idos do ano de 2000 é que começaram a ser cultivados campos de experimentação no Estado do Rio Grande do Sul para comercialização (TÉCNICO AGRÍCOLA B, 2017).

É importante estabelecer definições claras para os cultivos de tabaco apresentados como convencional e o orgânico. Tabaco convencional, ou tradicional, é aquele produzido em larga escala pelos agricultores a partir do SIPT e destinado à industrialização e comercialização de boa parte da produção no país ou exportado, para isso sendo utilizados agrotóxicos, insumos e fertilizantes químicos nas etapas que perpassam o preparo de solo, a semeadura, o plantio e o cultivo até a colheita.

Tabaco orgânico é a definição recente para o cultivo de tabaco que não utiliza agrotóxicos, insumos nem fertilizantes químicos, apenas insumos biológicos tais como esterco compostado de animais e técnicas como utilização da rotação de culturas, adubação verde, etc. A comercialização é destinada ao mercado externo. Há autores que se referem ao tabaco sem agroquímicos como fumo ecológico (FREY; WITTMANN, 2006), porém neste trabalho se optou por usar o termo "tabaco orgânico", pois não inclui significações outras senão apenas esta, de que é tabaco produzido mediante cultivo orgânico.

Ruvinski (2017) define a produção de tabaco orgânico como sendo diferente das atividades realizadas na produção convencional, pois para o cultivo do tabaco orgânico os insumos usados na lavoura devem ser obrigatoriamente orgânicos. Salienta-se, porém, que a estrutura e a dinâmica de produção estabelecida pela indústria ao cultivo do tabaco orgânico são muito próximas das do tabaco convencional.

Mas, o que se verifica na produção de tabaco orgânico não é uma produção totalmente diferente da produção convencional, como aponta Ruvinski (2017) em suas conceituações. Condições trabalhistas, de saúde, econômicas e sociais são as mesmas que as verificadas na produção convencional, já que o tabaco orgânico também é organizado pelo Sistema Integrado de Produção do Tabaco. Surgiu como forma de dar continuidade à produção convencional, em razão e na medida em que foram surgindo críticas à produção convencional de tabaco.

A produção de orgânico segue a mesma técnica de manejo do convencional e pode, numa mesma área agrícola, haver as duas formas de produção (orgânica e convencional), desde que estejam totalmente separadas na hora da semeadura, do

plantio, da colheita, da classificação, do transporte e da comercialização (TÉCNICO AGRÍCOLA B, 2017).

Para a AFUBRA (2015), o tabaco orgânico, além de apresentar ótimos rendimentos financeiros (como a bonificação de 60% em cima do valor pago à classe do tabaco pela empresa), outros fatores relacionados à qualidade de vida foram determinantes para o início do plantio:

[...] a produção de tabaco orgânico é um processo que engloba todas as etapas de produção, cura, armazenamento, transporte do tabaco até a fábrica, comercialização, processamento e exportação. Existem normas e regras específicas para a produção orgânica que devem ser seguidas pelos produtores e pela empresa e que são auditadas pela entidade certificadora [...]. Todas as etapas da produção devem ser registradas em uma caderneta de campo e os registros são monitorados pela equipe do Serviço de Controle Interno da empresa e auditados pela entidade certificadora [...]. (AFUBRA, 2015, p. 20).

A entidade certificadora de tabaco orgânico no Brasil é a ECOCERT – empresa com matriz francesa que oferece processos de certificação para produtos orgânicos segundo padrões internacionais. Para a aquisição da certificação do tabaco orgânico, todas as regras de certificação devem ser seguidas pelo agricultor, autorizando, assim, que o tabaco seja considerado orgânico.

As normas seguidas pelas empresas são baseadas na Lei Federal nº 10.831/2003, no Decreto Presidencial nº 6323/2007 e diversas instruções normativas específicas para a comercialização no país e seguem inclusive regulamentos internacionais formulados na União Europeia, no Canadá, nos Estados Unidos, no Japão e na China (ECOCERT, 2018). Na União Europeia, principal comprador do tabaco orgânico brasileiro, as normas aplicadas para a compra do tabaco seguem os Regulamentos nº 834/2007 e seu regulamento de aplicação – Regulamento nº 889/2008. Nos Estados Unidos, a produção, o processamento, a rotulagem e a comercialização de produtos orgânicos são regidos pelo USDA-NOP (*National Organic Program*), Seção 205 (7 CFR 205). No Canadá, a certificação está validada através de um acordo de equivalência entre EUA e Canadá ou segundo o Regulamento Canadense – COR (*Canadian Organic Rules*) (ECOCERT, 2018).

A contagem da produção mundial de tabaco orgânico é feita pela IFOAM, que apresenta os seguintes dados (Tabela 12) para o relatório feito entre as safras de 2014/2015.

Tabela 12 - Utilização de terras para a produção de tabaco orgânico no mundo em 2014/15

	2014	2015	% (-ha)
Tabaco (ha)	1,902	1,167	735

Fonte: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia. The world of organic agriculture 2017: Summary. In: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia; KILCHER, Lukas (Eds.). The world of organic agriculture – statistics and emerging trends 2017. Research Institute of Organic Agriculture/FiBL, Frick, e International Federation of Organic Agriculture Movements / IFOAM, Bonn, Germany. 2017. p. 25-74. Disponível em: <<http://www.shop.fibl.org>>.

Houve, segundo Willer e Lernoud (2017), uma drástica redução das lavouras de tabaco orgânico, que foram, no caso, substituídas por outras culturas. A relação das terras orgânicas sem reconhecimento ainda é expressiva e os dados sobre alguns produtos produzidos organicamente são ínfimos.

As empresas tabaqueiras que atuam na promoção do tabaco orgânico no Brasil, segundo dados levantados, são a *Japan Tobacco international* – JTI e a *Universal Leaf Tobacco* ULT, com maior expressividade produtiva. Os municípios levantados que são territorializados pela produção orgânica de tabaco estão espalhados pelo Sul do Brasil como apresenta o mapa 2, porém não se apresentam os dados produtivos em toneladas devido à falta/privação dessa informação pelas empresas responsáveis¹⁸.

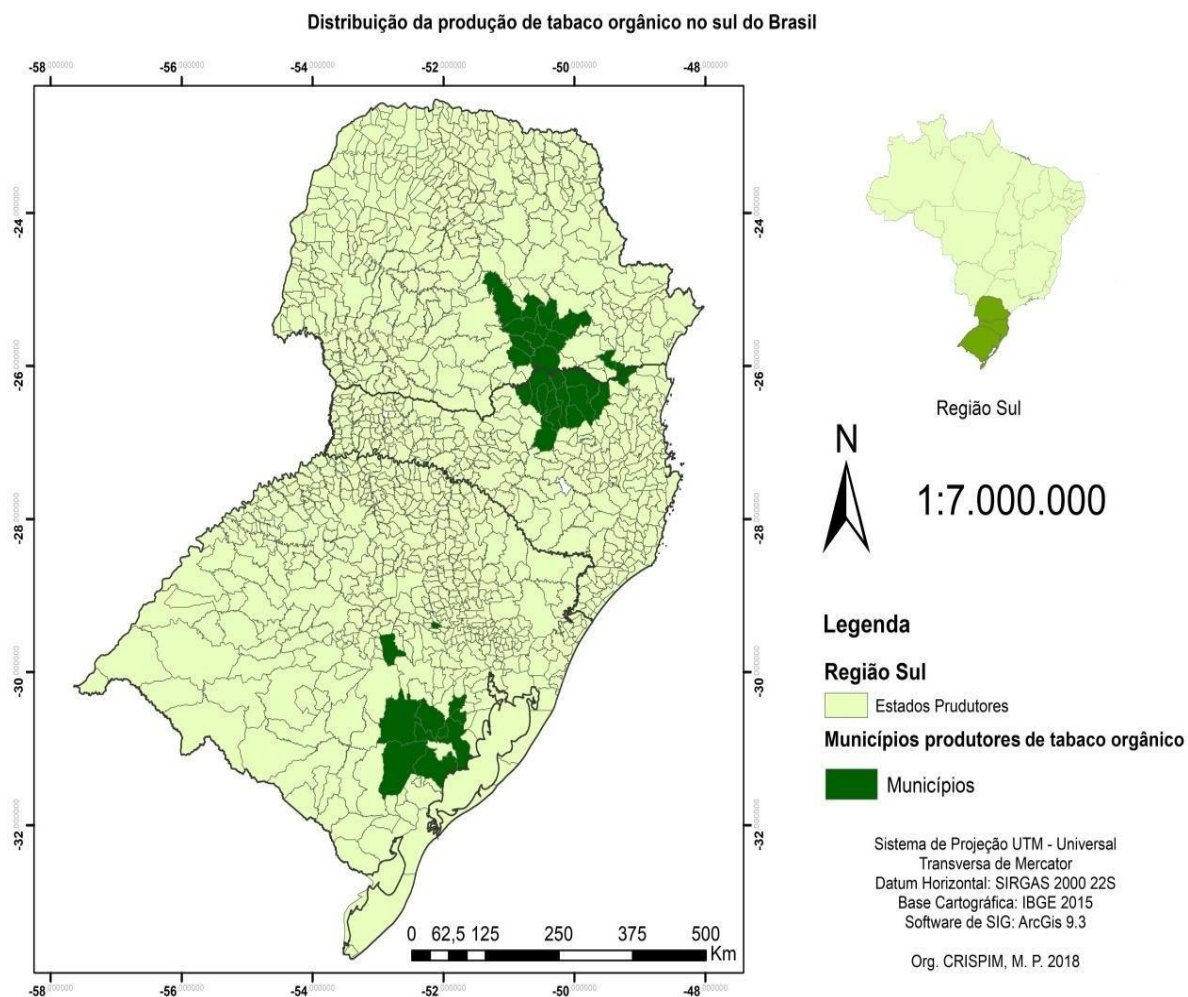
No Paraná, os municípios que cultivam tabaco orgânico são: Agudos do Sul, Imbituva, Mallet, Palmeira, Prudentópolis, Quitandinha, Rebouças, São João do Triunfo, São Mateus do Sul, Irati, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro e Rio Azul.

Em Santa Catarina há produção de tabaco orgânico nos municípios de Canoinhas, Itaiópolis, Três Barras, Major Vieira, Mafra, Bela Vista do Toldo, Santa Terezinha, Monte Castelo, Papanduva, Irineópolis, Santa Cecília, Campo Alegre e Rio Negrinho.

No Rio Grande do Sul são os municípios de Amaral Ferrador, Barão do Trunfo, Camaquã, Candelária, Canguçu, Cerro Grande do Sul, Dom Feliciano, Forquetinha, São Lourenço do Sul, Chuvisca e Encruzilhada do Sul.

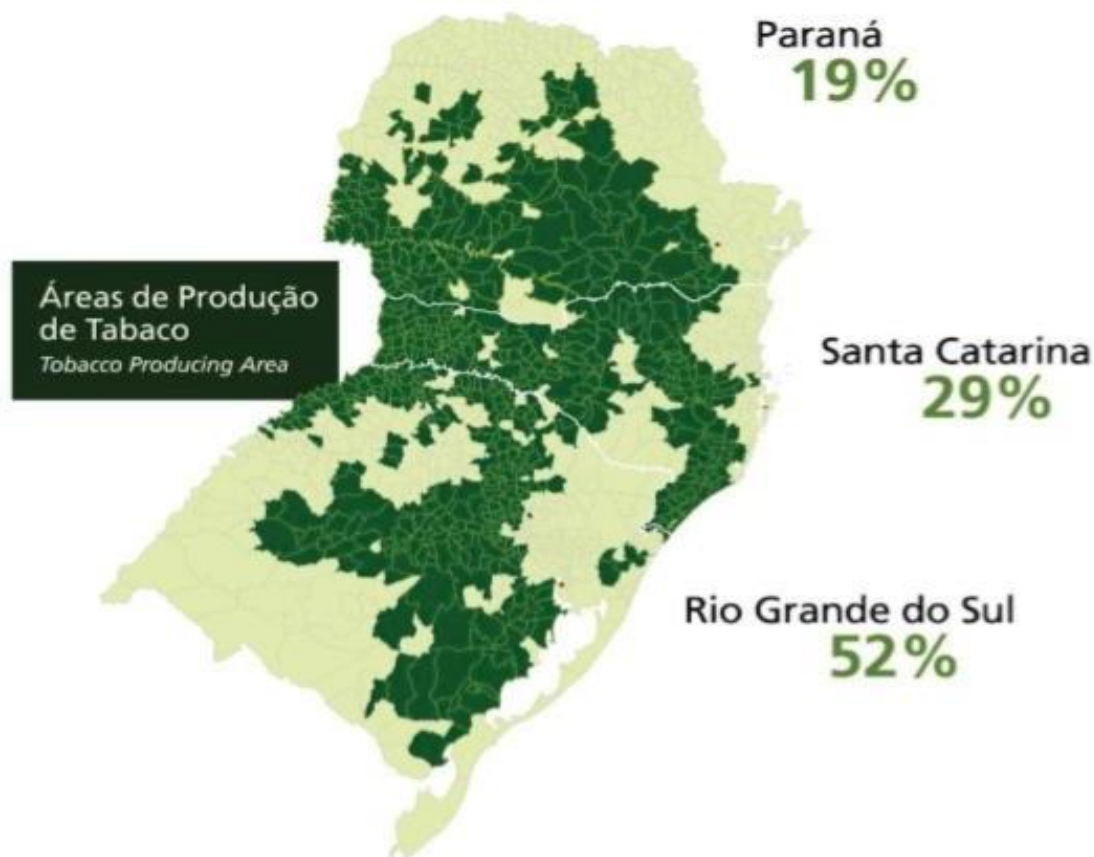
¹⁸ Os dados obtidos para a confecção do mapa são oriundos das entrevistas realizadas com os técnicos agrícolas das respectivas empresas e informações recebidas das empresas.

Mapa 2 - Distribuição da produção de tabaco orgânico no sul do Brasil – 2016/2017



Para fins de comparação, apresenta-se o Mapa 3, que mostra a espacialização da produção de tabaco convencional no Sul do Brasil. Ao relacionar os Mapas 2 e 3 percebe-se que as principais regiões produtoras de tabaco orgânico são também grandes produtoras de tabaco convencional: região sudeste do Paraná, microrregião de Canoinhas em Santa Catarina e as microrregiões de Pelotas e de Camaquã no Rio Grande do Sul.

Mapa 3 - Distribuição da produção de tabaco convencional no sul do Brasil.



Fonte: SINDICATO Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO). (2014a). Distribuição da Produção. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>.

Ao analisar os dados virtuais das duas empresas que atuam com tabaco orgânico – JTI e ULT – visualiza-se uma busca pela sustentabilidade da produção de tabaco, muito em alta após a realização da comissão mundial de meio ambiente e as discussões que se sucederam. Cabe, porém, afirmar que desenvolvimento ocorre quando os benefícios gerados pelo crescimento sejam para ampliar o conjunto das capacidades humanas (VEIGA, 2008) e isso tem a ver com liberdade de escolhas e de decisões. Quando analisada a forma de produção de tabaco integrado, nota-se que os agricultores não possuem liberdade de escolha na produção e na comercialização, pois tudo é feito de acordo com o que o contrato apresenta.

Veiga (2008) afirma que não há desenvolvimento sustentável quando os objetivos sociais, ambientais e econômicos estão em desarmonia. O complexo agroindustrial do tabaco vai em sentido contrário às aspirações do desenvolvimento

sustentável, que, segundo o relatório de *Burtland*, é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. O crescimento potencial exige que tal seja capaz de refletir os princípios da sustentabilidade e não da exploração do homem e do meio ambiente (CMMAD, 1991). Para Vendruscolo, “A sustentabilidade, associada à diversificação dos meios de vida, são considerados elementos de grandeza para o desenvolvimento rural, o que justifica o levantamento das críticas em relação ao tabaco como não gerador de desenvolvimento” (2017, p. 139).

O desenvolvimento, segundo Veiga (2008), depende de como os recursos gerados pelo crescimento econômico podem ser utilizados e para onde são destinados. A produção de tabaco orgânico das empresas analisadas é destinada ao mercado externo, aliado ao fato de que suas matrizes estão fora do Brasil, observa-se que os lucros obtidos com a produção e comercialização do tabaco orgânico não retornam ao agricultor.

A JTI, por exemplo, comercializa uma marca de cigarros feita de tabaco orgânico no Reino Unido (ARAUTO, 2014). Já a ULT exporta o produto para mercados europeus, americanos e japoneses, não ficando nada no Brasil (TÉCNICO AGRÍCOLA A, 2017). A produção atende aos privilégios de um conjunto de pessoas que estão fora do país, o que, citando Veiga (2008), é um desenvolvimento sem crescimento.

Maluf (2000, p. 47) atribui à noção de desenvolvimento o conceito de “[...] processo [...] da melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando aquele processo”. Kageyama (2004) identifica três enfoques de desenvolvimento: o exógeno, quando o desenvolvimento rural é imposto por forças externas; o endógeno, quando se centra no desenvolvimento local; e desenvolvimento com combinação dos fatores exógenos e endógenos em que os atores estão envolvidos em redes locais e externas ao território.

Em suas características já apontadas nas páginas anteriores, o tabaco não é caracterizado como uma produção que gere desenvolvimento ao agricultor. O sentido de desenvolvimento vai muito além de aspectos econômicos, necessitando da abordagem de elementos sociais, políticos e culturais e suas combinações, “[...] onde a trajetória principal possa residir na diversificação das atividades que geram renda” (KAGEYAMA, 2004, p. 388).

Altieri (2004, p. 11) salienta que a discussão em torno das novas formas de praticar e de viver a agricultura se insere no “[...] debate da sustentabilidade do desenvolvimento, indicando, genericamente, um objetivo social e produtivo, qual seja, a adoção de um padrão tecnológico e de organização social e produtiva que não use de forma predatória os ‘recursos naturais’ e tampouco modifique tão agressivamente a natureza”. Finatto (2015), porém, deixa claro que a sustentabilidade é algo multidimensional e só poderá ser alcançada na sua plenitude se as dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política puderem ser contempladas.

O conceito de desenvolvimento sustentável, por mais que seja empregado pelas empresas em seus programas publicitários, não apresenta o tabaco como sustentável do ponto de vista social, econômico e ambiental. Para Frey e Wittmann (2006), a maneira como as empresas tabaqueiras irão responder aos apontamentos do relatório de desenvolvimento e da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, entre outros eventos que surgiram, vai determinar a situação de competitividade e de sobrevivência das empresas.

Nos momentos em que o tabaco foi colocado à prova na conformação das redes, operações de qualificação foram mobilizadas para desmoralizá-lo e, por outro lado, outras operações de qualificação foram mobilizadas para confirmar a sua moral. Ao refletir sobre as suas condições envolvidas nesse objeto, os atores refletiram sobre a qualidade do que existe e fizeram emergir manifestações de confirmação de acordos já estabelecidos. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 156).

A forma como encaram as novas limitações impostas mostra o grau de competitividade, ou seja, se ajustam a esse novo ambiente de negócios e percebem, cada vez mais, que, diante das questões ambientais e sociais dialogadas, há novas estratégias concorrenciais associadas a processos de renovação contínua (FREY; WITTMANN, 2006).

Diante desse cenário, observou-se que as empresas fumageiras criaram mecanismos que buscassem responder às instâncias de crítica e atender às exigências do mercado consumidor internacional, bem como às demandas legais brasileiras e requalificar o tabaco e as relações em torno dele. Criou-se, então, um movimento de força argumentativa entre a rede de atores antitabaco e a rede de atores favorável à continuidade dessa produção, protagonizada, principalmente, pelas empresas fumageiras. [...] as empresas fumageiras promoveram transformações na relação em torno da produção e consumo de tabaco, desenvolvendo ações em direção, por exemplo, ao combate do trabalho infantil nas lavouras de tabaco, ao incentivo ao reflorestamento para o uso da madeira nos fornos de secagem do tabaco, ao incentivo à diversificação nas áreas produtoras de tabaco, à afirmação do tabaco como um propulsor do desenvolvimento nos locais

produtores, dentre outras ações mobilizadas por meio de diferentes dispositivos. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 184).

As estratégias de controle do tabaco têm exigido que as empresas tabaqueiras provoquem mudanças em suas condutas produtivas. E para Vendruscolo (2017, p. 189):

A tentativa de requalificar a imagem local e global da fumicultura tem exigido das empresas fumageiras algumas transformações nas suas condutas. Seja diante das exigências legais brasileiras em transformação nos últimos 30 anos, seja pela imagem nacional e internacional da cadeia produtiva do tabaco, principalmente como consequências das discussões em torno da CQCT, a rede em defesa do tabaco, coordenada pela ABIFUMO, aciona diversos dispositivos coordenando ações de ressignificação da produção de tabaco, os quais atingem o nível local das relações com os agricultores integrados e a comunidade, bem como o nível global, principalmente por estratégias midiáticas de operações de qualificação da imagem do produto e do setor.

Dessa forma, diversas ações são realizadas para assegurar a produção de fumo e assim as ações mobilizadas pela rede antitabaco se tornam oportunidades de qualificação da produção de tabaco. Curiosa e contraditoriamente, essa qualificação é reivindicada pela cadeia do tabaco como ela sendo a mais responsável e sustentável das redes de produção (VENDRUSCOLO, 2017).

No cultivo do tabaco, os impactos negativos à saúde do agricultor e do meio ambiente são os principais alvos de críticas, “[...] seja pelo uso de agrotóxicos, seja pela mais recente argumentação científica da Doença da Folha Verde do Tabaco” (VENDRUSCOLO, 2017, p. 204).

Ainda no intuito de diminuir o impacto das críticas sobre o tabaco e ressignificar a cadeia produtiva transformando a imagem negativa em uma imagem de setor sustentável diante de uma sociedade que manifesta preocupações com o meio ambiente e com a saúde pública, as empresas fumageiras investiram no desenvolvimento de uma cultivar de tabaco que pudesse ser cultivada como orgânica. Ação que também está relacionada ao surgimento de uma demanda por produtos orgânicos ou sustentáveis, atendendo, assim, a uma parcela que prefere consumir produtos livres de agrotóxicos. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 209).

Schultz (2007, p. 66) afirma que o “[...] setor de orgânicos está concentrado em um contexto favorável de crescimento, não está somente associado às demandas dos consumidores, mas que também está inserido nas estratégias de concorrências [do mercado]”.

A legitimidade da agricultura orgânica, como sistema de produção voltado para a viabilização da sustentabilidade, é destaque no cenário das alternativas para

a agricultura. As estratégias empresariais no âmbito da produção orgânica mostram que importantes relações são estabelecidas no presente e na construção do futuro (SCHULTZ, 2018).

E quanto à produção de tabaco orgânico, a Entrevistada F (2018) afirma ter uma visão positiva, desde que seja apenas uma ferramenta para transição agroecológica, para que o agricultor saia aos poucos da produção de tabaco já com informações importantes sobre as culturas orgânicas.

O que se percebe é que o tabaco orgânico é uma tendência de traduzir a produção de tabaco como ambientalmente correta, aliando as estratégias empresariais voltadas para um nicho específico de consumidor. A indústria do tabaco se apropria de termos como "ecologicamente correto" e busca otimizar essa construção social em cima daquilo que continua sendo maléfico ao homem e ao meio ambiente.

3.2 O MUNICÍPIO DE CANOINHAS-SC E A TERRITORIALIZAÇÃO DO TABACO ORGÂNICO

Para a safra 2017/2018 existem, no município de Canoinhas, 15 agricultores produtores de tabaco orgânico para 2.773 agricultores produtores de tabaco convencional. O município lidera a produção de tabaco convencional no estado com produtividade de 11.229 toneladas produzidas, seguido do município de Itaiópolis (PORTAL DO TABACO, 2017).

Os trabalhos em cima da divulgação do tabaco orgânico iniciaram-se em meados de 2007/2008, quando a empresa Real Tabacos procurou a secretaria da agricultura e órgãos colegiados do município para que, com dias de campo, divulgação nas mídias locais e reuniões com os agricultores, fosse proposta a produção de tabaco orgânico: “[...] na época existia uma intensão de divulgar bem esse processo [...], o que chamou a atenção foi esse adicional de preço, basicamente isso, a remuneração podia chegar até 60% a mais do que a produção de fumo convencional, isso chamava a atenção” na fala do Entrevistado C (2018).

Segundo o Entrevistado C (2018), a produção de tabaco orgânico passou por duas etapas no município, uma, aquela realizada a partir de 2007 quando empresas pequenas propuseram aos agricultores o cultivo do orgânico; a outra, mais atual, em que as empresas multinacionais incentivam a produção, sendo que é um

mercado bem específico, diferente daquele pensado em 2007 quando via-se que a produção de orgânico poderia passar a ser representativo para o município.

Na época quem começo aqui com fumo orgânico foi a real tabacos, eles me procuraram na secretaria e até a gente *chego* faz uns dias de campo umas divulgações só que aí eles saíram do município e daí depois as companhias tradicionais entraram: Souza cruz, Philips Morris, entraram na produção de fumo orgânico [...]. (ENTREVISTADO C, 2018).

A produção de fumo orgânico está sendo cultivada em média nas últimas cinco safras (TÉCNICO AGRÍCOLA A, 2017) na agricultura familiar a partir do sistema integrado de produção das empresas JTI e ULT. As localidades visitadas foram: Encruzilhada, Rio do Tigre, Salto Água Verde, Paula Pereira, Rio da Areia do Meio, Forquilha e Rio dos Banhados. Quanto às entrevistas realizadas, somaram 15 agricultores visitados. A idade dos entrevistados oscilou de 23 a 50 anos e o grau de escolaridade dos entrevistados tem, em sua maioria, o ensino médio completo.

Outra etapa da pesquisa consistiu em entrevistar atores que apoiam a produção de tabaco e atores que apoiam a redução da produção. Nesse quesito foram aplicadas três entrevistas com o primeiro grupo e duas entrevistas com o segundo grupo.

A caracterização das famílias visitadas como agricultores familiares advém da constatação de que a totalidade destes detém menos de quatro módulos fiscais¹⁹, como mostrado na tabela 13, abaixo.

Tabela 13 - Caracterização dos estabelecimentos visitados (área total; área com orgânico; área com convencional) (2016/2017).

Agricultor	Área (alqueire)	Área c/ tabaco orgânico (ha)	Área tabaco convencional (ha)
A	3.5	2.0	—
B	4.9	3.5	—
C	4.5	1.2	1,5
D	9.0	7.2	1,5

¹⁹ Módulo fiscal, segundo a EMBRAPA (2018), é “[...] uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar”. A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares”. Para o município de Canoinhas, um módulo fiscal corresponde a 16 hectares. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/codigo-florestal/area-de-reserva-legal-arl/modulo-fiscal>>. Acesso em: dez. 2018.

Tabela 13 - Caracterização dos estabelecimentos visitados (área total; área com orgânico; área com convencional) (2016/2017).

E	3.0	3.0	—
F	12	3.0	—
G	7.0	5.0	—
H	9.0	5.0	—
I	7.8	2.4	4,8
J	5.0	4.5	—
K	9.5	5.5	5.5
L	1.2	2.0	—
M	2.5	1.5	—
N	4.0	2.0	—
O	3.5	2.5	—

Fonte: A autora, 2017. (conclusão)

Outra constatação a partir dos dados apresentados na tabela 13 é a de que alguns agricultores ainda mantêm a produção de tabaco convencional em suas lavouras porque ainda estão em processo de transição para o cultivo do tabaco orgânico.

O Agricultor A (2017) salienta que a produção de orgânico está mais ligada à preservação da natureza, ligada ao entendimento de que se está fazendo a coisa certa por cuidar do meio ambiente. A questão do uso dos agrotóxicos é preocupação da maioria dos entrevistados. Segundo o Agricultor F (2017), o plantio de tabaco convencional foi cessado na sua lavoura por consequência de intoxicação com agrotóxicos. O agricultor explicou que, se o tabaco orgânico não tivesse aparecido, a família teria que largar o campo para viver na cidade.

As condições comerciais vantajosas da fumicultura criam obstáculos para a criação de alternativas viáveis, sendo que na maioria das famílias, a fumicultura garante certa condição social e econômica, permitindo-lhes permanecer no campo, realizando um trabalho que já é estruturado, e que já estão habituados a praticar, mesmo que esta ofereça risco a nível ambiental e sanitário. (PENTEADO; DANTAS, 2015, p. 1258).

Um dos principais motivos apontados pelos agricultores entrevistados para produzir tabaco orgânico é a proibição do uso de agrotóxicos pela indústria e o fator bonificação acrescentado na comercialização do produto. A diversificação com culturas de soja, milho, melancia, feijão e hortaliças também é uma das características dos estabelecimentos visitados.

O agricultor B (2017) já traz uma nova opinião sobre o porquê de cultivar tabaco orgânico em sua lavoura, segundo ele, a escolha pela produção do tabaco orgânico seria pelo lucro obtido com a bonificação na hora da comercialização na empresa.

Ao analisar as entrevistas com os agricultores, percebe-se que a produção e as técnicas de manejo do tabaco orgânico se assemelham ao tabaco convencional, isso ocorrendo desde o preparo do solo, semeadura, plantio, desbrota, colheita e no transporte. As mudanças estão na proibição do uso de agrotóxicos em todas as etapas da produção; na certificação como produto orgânico; no transporte, que deve ser separado no caminhão por lonas para evitar contaminação de produtos de outros agricultores e na bonificação, que se dá a partir do que vale a classificação da folha²⁰, mais 60% do valor.

A produção de tabaco orgânico requer mais cuidados e maior manejo, onde todos os cuidados são acompanhados pela fumageira e pela empresa certificadora. Para o Técnico Agrícola B (2017), o tabaco orgânico “[...] deve ser plantado em lugar distante de outras culturas convencionais, com no mínimo vinte metros de distância, mais a barreira natural que é feita com vegetação indicada. Glebas de áreas desmatadas só podem ser utilizadas para o orgânico caso apresentem licença ambiental”. Os agricultores familiares são selecionados pela empresa para o cultivo do tabaco orgânico e necessitam atender a alguns requisitos básicos para a produção orgânica.

A parcela da lavoura que será destinada ao cultivo do tabaco orgânico deve aplicar todos os princípios de produção estabelecidos pela empresa e pela certificadora e o processo de transição/conversão para estabelecimento orgânico percorre um período de três anos. A área que vai receber o tabaco orgânico não deve ter recebido nenhuma aplicação de agrotóxico nos últimos três anos e nem estar próxima de áreas de produção convencional (TÉCNICO AGRÍCOLA A, 2017).

A produção de fumo orgânico requer também barreiras de proteção ao redor da plantação, esta pode ser feita com vegetação densa. Uma lavoura orgânica deve ser protegida da contaminação de resíduos de áreas vizinhas com barreiras de contenção, por hora o que normalmente é usado capim-sudão (TÉCNICO AGRÍCOLA A, 2017), como pode ser observado na figura 1.

²⁰ Ver anexo sobre valores da classificação do tabaco convencional.

Figura 1 - Área cultivada com tabaco orgânico usando barreiras de proteção



Fonte: autora, 2018.

A produção de mudas segue o mesmo padrão do tabaco convencional, para isso utilizando canteiros sistema *floating* (figura 2), com insumos e adubos orgânicos recomendados pelas empresas fumageira e certificadora. A água para a piscina do canteiro deve ser de boa qualidade e não pode estar contaminada. O uso de talagarça (espécie de rede para cobrir a planta), que impede a entrada de moscas e de insetos que podem prejudicar a planta, também é recomendação da empresa (TÉCNICO AGRÍCOLA A, 2017).

Figura 2 - Canteiros de produção de mudas de tabaco orgânico



Fonte: autora, 2017.

A produção apresenta algumas dificuldades com relação à condução da lavoura. A principal reclamação que surgiu, tanto nas conversas com os agricultores quanto com os técnicos agrícolas, foi o uso do antibrotante. O antibrotante é um produto aplicado na hora da quebra da flor/broto da planta para que novos brotos não se reproduzam. No cultivo do tabaco químico é utilizado um agrotóxico que resolve o problema, mas no orgânico o que existe é um óleo que é passado, mas que não está trazendo o efeito esperado (AGRICULTOR C, 2017).

As plantas ou ervas daninhas que surgem precisam ser retiradas manualmente, sendo que, em algumas lavouras, ainda se cultiva o solo com animais (cavalo ou boi) ou enxada. O solo deve ser preparado sem plantio direto para facilitar a capina, apresentando-se como um diferencial do convencional, quando o plantio direto é indicado.

O Agricultor J (2017) salientou que o tabaco orgânico é uma ótima alternativa de renda, porém, para ele, plantar tabaco químico ou convencional é muito fácil em virtude das tecnologias e dos produtos que surgiram. Para esse agricultor, o tabaco químico não requer a capina, e no tabaco orgânico existe a necessidade de capinar: “[...] então a mão de obra é grande, dá mais trabalho. Da 30 a 40% a mais de mão de obra do químico antes da colheita. Daí depois da colheita o orgânico dá menos serviço que o convencional”. É uma produção que demanda um trabalho mais intenso em termos de mão de obra e exige mais entendimento com relação aos sistemas de produção e mais habilidade na realização de práticas agronômicas (ARAUTO, 2014).

A colheita do tabaco orgânico requer cuidados especiais, principalmente para aqueles agricultores que ainda mantêm em suas lavouras o cultivo do tabaco convencional. Todo o processo deve ser separado: colheita, classificação e transporte. O tabaco orgânico não pode entrar em contato com nenhum resquício de tabaco convencional porque perde o seu valor orgânico. Qualquer equipamento utilizado na produção de tabaco orgânico deve ser exclusivo a esse cultivo (TÉCNICO AGRÍCOLA A, 2017).

Quanto à classificação e transporte para a empresa, alguns cuidados devem ser tomados. A compra do tabaco orgânico se apresenta de maneira diferente do fumo convencional. Neste último, conforme o agricultor vai preparando os fardos, vai solicitando o transporte para a empresa. Para o tabaco orgânico existem datas

específicas de compra, normalmente duas ou três datas de compra por safra. Então, no momento da compra lá na empresa são coletadas amostras das folhas para averiguar se não houve contaminação e assim conceder a bonificação (TÉCNICO AGRÍCOLA A, 2017). Para o Agricultor J (2017), assim como afirmado pelo Agricultor B (2017) a opção pela produção de fumo orgânico ocorre mais pela bonificação, senão não se plantava o orgânico, porque o fumo convencional tem peso maior – o que é um dado novo nesta pesquisa – e dá menos trabalho.

A produção possui alguns pontos negativos em relação à produtividade. Nesse quesito o orgânico tem um peso menor que o convencional e não possui tecnologias em construção para garantir alta produtividade. Em relação à comercialização desse produto, cabe dizer que ele atende a nichos específicos de mercado fora do Brasil (TÉCNICO AGRÍCOLA B, 2017).

Assim, ao comparar a produção de tabaco orgânico com a produção de tabaco convencional, percebe-se que a relação de dependência agricultor *versus* indústria e as formas contratuais são as mesmas. Observa-se que a produção do orgânico requer mais fórmulas a serem seguidas, o que aprofunda um processo maior de dependência: “[...] os agricultores fumicultores permanecem com as mesmas relações mercantis com as empresas fumageiras, mantendo as mesmas reivindicações sem avanços no sentido pretendido” (VENDRUSCOLO, 2017, p. 140).

Esse processo de dependência do agricultor em relação à empresa continua, pois, na produção de tabaco orgânico e, ao analisar a importância dessa produção para o agricultor, a Entrevistada F (2018) afirmou não ver importância alguma no cultivo do tabaco orgânico, já que o agricultor continua dependente da indústria tanto nas questões de compra de insumos e de manejo da cultura, quanto na comercialização da produção. Assim, independentemente do tipo de produção, seja orgânica ou convencional, as consequências limitadoras e de perda de autonomia produtiva das relações de integração são as mesmas.

3.3 MOTIVAÇÕES PARA A PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC

O cultivo de tabaco orgânico como uma aposta de agricultura orgânica provém, segundo Vendruscolo (2017) e segundo informações coletadas a partir das

entrevistas, de três fatores principais que estão enraizados como verdade absoluta entre os agricultores. Fatores esses que são apoiados pelas instâncias que afirmam a produção de tabaco quando este é colocado à prova por instituições que criticam a produção.

O primeiro fator se refere ao tradicionalismo no cultivo do tabaco, que tem sido passado de geração em geração nos três estados do Sul do Brasil. É possível perceber que as pessoas mais jovens estão no cultivo do tabaco porque vivenciaram o dia a dia de seus avós e pais na cultura do tabaco e constataam que o tabaco continua sendo a melhor opção para a agricultura familiar. Ao surgir a oportunidade de uma cultivar orgânica sofrem influência da família e da indústria como uma boa oportunidade de negócio para continuar a produção de tabaco, ou seja, a opção pelo cultivo orgânico é apresentada – pela indústria e mesmo na comunidade em que vivem – como uma razão suficiente para continuar a tradição, lucrando e driblando as críticas feitas ao cultivo com agrotóxicos.

O segundo fator se refere à lógica industrial e à eficiência produtiva da agricultura familiar. Nas análises das entrevistas se percebe que os discursos de que o tabaco é a única cultura que o agricultor familiar pode cultivar se acentua. A maior lucratividade em áreas pequenas – em relação a culturas alternativas –, seguida da bonificação, é o que mantém a renda do agricultor e do município e essa afirmação faz com que os agricultores se sintam na obrigação de continuar ajudando na economia do município com o cultivo do tabaco, nessa perspectiva econômica salienta-se que nenhum agricultor relatou ter dívidas a pagar. A narrativa de que só o tabaco é capaz de gerar boa renda para os agricultores em pequenas áreas é evidente: “[...] tabaco como a única cultura que pode gerar renda nas pequenas propriedades como uma máxima que passou a ser difundida pelo setor econômico do tabaco” (VENDRUSCOLO, 2017, p. 167), afirmada pelos agricultores familiares que produzem tabaco.

Pensando em um curto espaço de tempo, o discurso evidenciando o tabaco como única fonte de renda para a agricultura familiar é verídico, até porque, a introdução de novas culturas agrícolas requer um estudo aprofundado sobre determinantes importantes como: solo, clima, fatores econômicos, sociais, ambientais, estruturais, manejo etc., e um tempo considerável para obter retornos financeiros significativos. Porém, analisando alguns fatores como: alternativas pensadas a médio e longo prazo, que nem toda área agricultável é utilizada para o

tabaco sendo que no município de Canoinhas os agricultores mantêm outras culturas como: milho, soja e melancia no mesmo período do ano que o tabaco, é ilusório pensar o tabaco como a única fonte de renda para a agricultura familiar.

O terceiro fator se refere à lógica do desenvolvimento, considerando que o tabaco melhora as condições de vida do agricultor e dos municípios, sendo que, segundo Vendruscolo (2017), o desenvolvimento, para os agricultores, se refere ao acesso a bens materiais e à comodidade que adquiriram, assim podendo suprir outras necessidades. A melhora das condições de vida é mais acentuada nos discursos sobre os grandes benefícios da produção de tabaco orgânico. A Entrevistada F (2018) afirma que alguns estabelecimentos até são desenvolvidos na questão da infraestrutura, porém a maioria provém de financiamentos do governo. Até menciona alguns exemplos de financiamentos governamentais em Santa Catarina, de agricultores que financiaram estufas metálicas para a secagem das folhas do tabaco, isso recorrendo ao programa do governo federal “Plante milho e Feijão”.

Estudos já realizados por instituições, como o INCA e a FIOCRUZ, apresentam algumas considerações importantes sobre a complexidade dos problemas originados com a produção de tabaco (tanto convencional como orgânico). Assim, a elevada carga de trabalho no manejo, os agravos à saúde, a ausência de mecanismos que viabilizem a permanência do jovem no campo evitando o êxodo rural e a violação dos direitos humanos são fatores que permitem afirmar que o tabaco não é gerador de desenvolvimento (ENTREVISTADA F, 2018).

Esses estudos fortalecem a opinião do Entrevistado D (2018), que afirma que, quanto mais tempo o dinheiro circula no mesmo lugar, mais desenvolvimento gera, o que não acontece em regiões onde a fumicultura é a principal atividade. O agricultor recebe o faturamento da safra realizada em poucos períodos no primeiro semestre do ano, tendo que administrar esse recurso para o ano todo e para a família. A produção de tabaco se mantém firme frente às críticas ao setor e os agricultores estão mobilizados a partir da realidade em que vivem, num ambiente em que a maioria dos entrevistados extrai do tabaco a única fonte de renda.

Ainda nessa tríade entre os fatores da lógica tradicional, da afirmação das empresas da importância da produção para o desenvolvimento, acrescenta-se a lógica da produção “sustentável” difundida pelas empresas fumageiras a partir do cultivo do tabaco orgânico. Esse panorama das motivações para produzir tabaco

permite localizar a produção de tabaco orgânico quando as empresas buscam, com a produção de fumo orgânico, estabilizar uma realidade abalada pelas críticas ao tabaco.

Para Vendruscolo (2017), são as indústrias do complexo agroindustrial do tabaco que tomam frente para se defender dos ataques e das críticas em torno da produção convencional. Nesse sentido surgem medidas, criadas por essas indústrias, para manter a produção de tabaco e ainda oferecer aparentes melhorias para a imagem do setor.

O desenvolvimento e incentivo à produção do fumo orgânico ou ecológico demonstram a absorção do discurso da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em prol de um setor mais sustentável. Os significados antagônicos para a diversificação expressam a disputa semântica em torno da fumicultura, construídos a partir de fortes argumentos para a manutenção da produção de tabaco por parte da indústria e a gradativa substituição da produção do tabaco no Brasil, por parte do Ministério do Desenvolvimento Agrário. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 51).

Não é buscando um modelo produtivo mais sustentável que as empresas do tabaco estarão beneficiando a sociedade. E o termo "sustentabilidade" é fortemente evidenciado nas páginas virtuais das empresas. Ao analisar três das principais fumageiras tem-se que a Souza Cruz aborda desenvolvimento sustentável como um compromisso com o futuro e acredita que os resultados econômicos melhores e mais sólidos vêm a partir da adoção de comportamentos e de práticas responsáveis (SOUZA CRUZ, 2018).

A *Universal Leaf Tobacco* afirma que uma agricultura sustentável é vital para o futuro do planeta, sendo que proteger o meio ambiente é a base do compromisso da empresa (UNIVERSAL LEAF TOBACCO, 2018). A empresa *Japan Tobacco International* mostra que o tabaco é um negócio responsável e construído sobre o pensamento sustentável (JAPAN TOBACCO INTERNATIONAL, 2018).

Finato (2015, p. 61) afirma que “[...] o problema é acreditar que a proposta de desenvolvimento sustentável pretende preservar o meio ambiente, quando, na verdade, se preocupa tão somente em preservar a ideologia hegemônica”. Para Frey e Wittmann (2006), as empresas não buscam uma gestão ambiental eficaz, pois os objetivos das empresas continuam sendo os resultados financeiros, os lucros, a ampliação de mercados, de estruturas e de liderança.

Traduzindo esses posicionamentos das empresas: A produção de tabaco orgânico é uma forma encontrada pela indústria tabaqueira de diminuir os impactos

resultantes das críticas contra a produção convencional. À medida que a Convenção Quadro para O Controle do Tabaco ganha espaço e força, a comercialização do tabaco se torna mais difícil e atinge diretamente a produção no campo. Com o cultivo do tabaco orgânico, as fumageiras esquivam-se das críticas vendendo um *marketing* de empresa sustentável.

3.4 PERSPECTIVAS FUTURAS DE PRODUÇÃO DE TABACO ORGÂNICO

Ao analisar e confrontar dados obtidos através das entrevistas percebe-se que existem opiniões que apresentam diferentes conclusões. Dentro dessa diversidade de opiniões, uma certamente se destaca, que é essa de que, ao considerar que o mercado de orgânicos é o que mais cresce no mundo nos demais setores agrícolas, é de se esperar que a produção de tabaco orgânico tenha seu espaço garantido nesse universo (ENTREVISTADA F, 2018).

Grandes empresas emergentes aderiram a esse modelo de produção e os índices de crescimento já perpassam 20% ao ano em todo o mundo, fazendo com que o mercado fique aquecido e a demanda por esses produtos aumente (DIAS; SCHULTZ et al., 2015):

A ascensão do mercado de produtos naturais e orgânicos segue uma tendência mundial de aumento da demanda por produtos e serviços que proporcionam saúde e bem-estar. Soma-se a esse fator a crescente desconfiança de alguns setores da sociedade em relação à indústria moderna, que trouxe uma série de facilidades à vida cotidiana, mas também aumentou significativamente a manipulação de químicos persistentes no meio ambiente, com graves consequências para a saúde humana e para os ecossistemas naturais. (DIAS, SCHULTZ et al., 2015, p. 162).

As discussões em torno da produção de tabaco orgânico caminham entre as positivas e negativas. Os pontos negativos que são vistos na produção de tabaco orgânico pela Entrevistada F (2018) são: a integração produtiva dos agricultores, que assim perdem autonomia produtiva tal qual acontece com o tabaco convencional; os discursos já conhecidos sobre os malefícios dessa planta à saúde do agricultor pela doença da folha verde e ao meio ambiente; e uma discussão atual é sobre o crescente uso dos cigarros eletrônicos pela população, isso impactando na redução de consumo de cigarros convencionais e, consequentemente, na redução da produção do campo.

Para o Entrevistado E (2018), a produção de tabaco orgânico é positiva e tende a crescer pela procura da população a produtos sem aditivos químicos, salientando que é um mercado promissor. Já para o Entrevistado C (2018), as perspectivas de produção são positivas, porém em crescimento lento, como já vem ocorrendo.

Desde os primeiros campos experimentais da produção de tabaco orgânico até o momento atual já se passaram 20 anos e a produção não teve avanços significativos e nem muita divulgação por parte das empresas. O Entrevistado C (2018) acrescenta alguns pontos que podem ser a causa dessa estagnação. Segundo ele, esse crescimento lento pode ser em função das dificuldades de sensibilização do próprio agricultor para adotar a produção orgânica, pois, por mais que se mostre uma bonificação sobre remuneração, sabe-se que ocorre uma diminuição do peso da planta e, em consequência diminuição da produtividade e dos lucros finais. Outro ponto destacado se refere às questões mercadológicas, porque grandes empresas não têm feito um bom trabalho de divulgação e de aumento de produtividade.

O mesmo Entrevistado C (2018) acredita que esse crescimento lento deve continuar e não deverá atingir uma parcela de mercado tão grande quanto o tabaco convencional atinge atualmente, até porque, pelo que se percebe, é um mercado para nichos específicos de consumidores, o que acaba por limitar a produção.

A partir da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e dos debates dela provenientes, dois discursos diferentes surgiram ao mesmo tempo. Um é o das empresas fumageiras criando táticas para manter a produção frente à crise que as aniquila, buscando por alternativas que sejam economicamente viáveis para manter a produção no campo, em especial com a introdução do tabaco orgânico. Outro discurso, esse no universo agrícola, é o de criar alternativas de cultivo para diminuir ou fazer cessar a produção de tabaco a partir do incentivo de outras atividades que priorizem renda e qualidade de vida a curto, médio e longo prazo.

Sobre as perspectivas futuras para o cultivo do tabaco orgânico pode-se assegurar que a produção não atingirá um grande número de agricultores por duas razões colocadas: o mercado de tabaco orgânico é limitado a poucos compradores e o marketing para divulgação da produção é quase nulo por parte das empresas, pelo fato de já ter se passado vinte anos desde as primeiras pesquisas experimentais até o momento atual e pouco se conhecer sobre a produção.

A atuação de órgãos públicos e privados na busca pela redução da produção são também elementos que comprovam a argumentação acima, já que, mesmo a passos lentos, as ações estão sendo delineadas para os municípios com produção de tabaco, como será discutido no tópico a seguir.

3.5 SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA PARA A CADEIA PRODUTIVA DO TABACO: CONVENÇÃO QUADRO *VERSUS* CONTINUIDADE DA FUMICULTURA

Para Vendruscolo (2017), os estudos que perscrutaram os malefícios da produção e do consumo do tabaco para a saúde humana e para o meio ambiente e até mesmo os estudos socioeconômicos relativos aos processos de produção mostrando a subordinação dos produtores à rede industrial do tabaco fundamentaram interpretações e denúncias incontornáveis contra o tabaco.

Noções de justiça social passaram a fazer parte de interpretações e condutas de ONGs e organismos internacionais contra o consumo e a produção de tabaco no mundo, o que convenceu os governos a construir e adotar medidas de diminuição da sua produção e seu consumo. Atendendo a essa demanda e legitimando as interpretações dos malefícios do tabaco, novas leis foram criadas no Brasil com vistas à diminuição do consumo, impondo tanto restrições aos consumidores, quanto às empresas que produzem os cigarros. No âmbito da produção de tabaco, sendo o Brasil um dos principais produtores mundiais, programas governamentais foram criados para dar suporte aos agricultores familiares em um processo de transição para outras formas de geração de renda no rural, bem como se tornaram restritas as políticas destinadas ao incentivo à produção de tabaco. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 68/9).

Para Vendruscolo (2017), houve momentos críticos que se instauraram na produção de tabaco, principalmente quando diferentes pontos de vista foram evidenciados. Nos últimos 30 anos, segundo Vendruscolo (2017), o cenário da cadeia produtiva do tabaco tem sido de intensos debates e críticas que direcionam as discussões para a restrição progressiva do consumo e da produção de tabaco, visando, em última instância, a extinção desse setor da economia.

A Constituição Federal brasileira, em seu artigo 220, parágrafo 4º, adverte que “A propaganda comercial de tabaco estará sujeita a restrições legais, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso” (BRASIL, 2018a, p. 169). Em 2000, a Lei Federal nº 10.167 proibiu propagandas referentes a cigarros e restringiu também o uso de marcas de cigarros em eventos esportivos (BRASIL, 2000).

A proibição do uso de cigarros em locais públicos e/ou fechados entrou em vigor com a Lei Federal nº 9.294/1996, quando tratou, em seu artigo 2º da proibição do uso em locais públicos de qualquer derivado do tabaco (BRASIL, 1996). Além dessas, outras mudanças importantes foram sancionadas, como a proibição de venda de cigarros a menores de 18 anos.

A produção de tabaco no País podendo ou não entrar em “decadência”, não deixa de lado questões que envolvem problemas que são de cunho social, pois, está comprovado que o consumo do produto pela via do cigarro ocasiona graves danos à saúde, tanto dos fumantes, como também, de quem cultiva o produto, devido à alta exposição aos agrotóxicos utilizados na lavoura. (BOBATO, 2017, p. 138).

Dentre as ações que foram desencadeadas a partir do momento em que as críticas a nível global dos malefícios do tabaco se tornaram intensas, o documento que implanta com mais rigor tais medidas é a CQCT. A convenção trouxe abordagens restritivas amplas, desde o plantio até a comercialização e o consumo do produto: “[...] foram mais de quatro anos de elaboração do documento, que, no ano de 2003, foi adotado por unanimidade pelos 192 Estados-Membros da OMS, durante a 56ª Assembleia Mundial da Saúde” (BOBATO, 2017, p. 136).

O Brasil aprovou a CQCT no ano de 2005 e tal ação gerou inúmeras discussões principalmente entre os agricultores que estariam sendo prejudicados economicamente com a Convenção, além das indústrias tabaqueiras, do Sinditabaco e a Afubra (BOBATO, 2017). Por outro lado, a favor da ratificação participaram órgãos ligados à saúde do homem e da preservação do meio ambiente e diversas ONGs.

Para Vendruscolo (2017, p. 186):

No processo de ratificação da CQCT criou-se um ambiente de disputa entre o grupo que apoiou a ratificação, com foco para a perspectiva da saúde, e o grupo que não apoiou a ratificação, principalmente relacionado ao que ela compreendeu como setor econômico. Conforme o primeiro grupo se fortalecia e criava a rede antitabaco, o segundo grupo passava a ser formado pela coalizão de atores antagônicos e que necessitam do tabaco para se reproduzir (agricultores e agroindústria).

Novas interpretações foram geradas promovendo mudanças e reafirmando as ações institucionais tanto a favor como contra o tabaco. Fato é que, com as discussões em torno da Convenção Quadro, novas remodelações da produção puderam ser vistas.

A análise que se faz é a de se definir se o tabaco dito "orgânico" pode ser considerado como parte de um processo de "diversificação" de culturas na agricultura familiar, ou, como esse novo processo produtivo do tabaco orgânico consegue driblar as deliberações da Convenção Quadro. Essa forma de a indústria tabaqueira contornar as graves críticas mundiais recebidas desencadeia nos estudiosos do assunto uma variada gama de considerações.

As primeiras pesquisas envolvendo a produção de tabaco orgânico surgiram entre 1998 e 2000, como visto no capítulo anterior. Essa foi à época em que as discussões sobre os malefícios do tabaco se acentuavam. O Ministério da Saúde (2004) salienta que a globalização da economia contribuiu para que as empresas tabaqueiras passassem a dirigir os seus esforços de expansão para países em desenvolvimento, onde os custos de produção são reduzidos e o potencial de consumo elevado, a expansão se deu em países do Leste Europeu, da América Latina, da Ásia e da África. Foi assim que alguns países experimentaram um importante aumento do consumo dos produtos derivados do tabaco.

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2004), entre 1975 e 1996 registrou-se um aumento de produção de 50% à custa do aumento do consumo. A preocupação com esse aumento e considerando os malefícios que o tabagismo traz à saúde fizeram com que, no ano de 1999, os estados membros das Nações Unidas propusessem um tratado internacional de saúde pública – a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. A Convenção Quadro foi uma forma de enfrentar e criticar a forma como estava aumentando a produção de tabaco no mundo:

Concomitante a isso, pesquisas científicas, em menor número, buscaram estudar a saúde do trabalhador da produção e processamento do tabaco, visto que havendo malefícios para os consumidores, haveria uma hipótese de malefícios também para os trabalhadores. Tendo as pesquisas, confirmado as suas hipóteses de malefícios à saúde do trabalhador, novas denúncias foram incorporadas aos aliados da OMS contrários ao tabaco [...]. Voltados também para a questão da produção de tabaco, os chamados ambientalistas e defensores da agroecologia, bem como demais movimentos contrários aos agrotóxicos, mobilizaram-se contrários ao tabaco na medida em que, segundo eles, há intensa utilização desses produtos químicos causadores de doenças não apenas para os humanos, mas também para os não humanos. Em um sentido próximo, pesquisas científicas não apenas das áreas da saúde e meio ambiente, mas também das ciências sociais, humanas e do desenvolvimento rural debateram o sentido do tabaco para o desenvolvimento, seja porque o tabaco não é considerado um alimento, seja por relações desiguais do Sistema Integrado de Produção, ou ainda pela submissão e dependência dos agricultores na cadeia produtiva [...]. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 84).

As críticas em torno da produção e os malefícios à saúde do agricultor e ao meio ambiente passaram a denunciar a produção de tabaco como uma das maiores consumidoras de agrotóxicos (VENDRUSCOLO, 2017):

[...] observa-se que a produção de tabaco vem sendo amplamente criticada pelos prejuízos ao meio ambiente. Dentre as denúncias estão à contaminação do solo e da água pela utilização dos agrotóxicos e, principalmente, o desmatamento, seja para a abertura de novas lavouras, seja diante da necessidade de grande quantidade de lenha para a secagem do tabaco Virgínia. Pesquisas científicas e organizações não governamentais vêm denunciando à produção fumageira a partir de gramáticas relacionadas aos prejuízos degradantes para o meio ambiente. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 101).

Surge uma situação problemática em torno da produção de tabaco e quando as discussões contra a produção começaram a crescer mundialmente, as empresas, ao mesmo tempo criaram novas oportunidades de negócios. No Brasil, enquanto vários setores nacionais elegiam a ratificação da Convenção como de extrema importância, outros setores, entre os quais sindicatos de agricultores cultivadores de tabaco e as poderosas empresas industriais desse cultivo, não queriam a ratificação (VENDRUSCOLO, 2017).

Então estes setores do negócio do tabaco passam a divulgar afirmações de uma história de sucesso e benefícios do tabaco são enaltecidos, sendo que o “[...] setor paira soberano, como um dos mais longevos, estáveis e rentáveis em escala global” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 6).

Por mais que algumas entidades antitabagistas, com sua pressão constante sobre governos e instituições de alcance global, queiram minimizar a importância econômica e social do tabaco, superdirecionando um eventual impacto na saúde e fazendo vista grossa para os amplos e variados benefícios econômicos a toda a nação (que contemplam inclusive a própria área da saúde). O tabaco não só tem um presente sólido e pujante como vislumbra um futuro bastante promissor. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 6).

As empresas fumageiras aproveitaram alguns artigos da convenção para melhorar as suas próprias imagens. Por exemplo, o artigo 18 da Convenção estabelece que, no que diz respeito ao cultivo do tabaco e à fabricação de produtos em cada território, devem receber especial atenção para a proteção da saúde do homem e do meio ambiente (BRASIL, 2011) e, assim, como estratégia para contornar a crítica que o artigo 18 aplica, as empresas lançaram a produção de tabaco orgânico.

A própria Convenção, em seu artigo 5º, solicita a proteção das políticas de controle do tabaco dos interesses comerciais das tabaqueiras e manter vigilância perante qualquer tentativa de minar e afetar negativamente as propostas de controle do tabaco. Ao se analisar os dados divulgados pelos principais agentes – como a indústria do tabaco e o próprio Estado – nota-se uma ação política bem estruturada. Vendruscolo (2017) salienta que o corporativismo, o clientelismo e a relação entre indústria, Estado e fumicultores acabam por gerar dificuldades para a implantação de políticas públicas que levem em consideração a Convenção Quadro.

A autora ainda afirma que “[...] a implantação da CQCT ocorre de forma tímida no Sul do Brasil, sem ameaçar a estabilidade da indústria” (VENDRUSCOLO, 2017, p. 52). Mesmo assim, porém, algumas empresas tabaqueiras tiveram os seus números no mercado de tabaco reduzido. Por exemplo, o volume de cigarros da British American Tobacco em 2013 caiu em 3,4% quando comparado ao mesmo período de 2012; o volume de vendas da JTI em 2013 caiu 0,2% nos meses equivalentes de 2012; a companhia Philip Morris vendeu 0,2% menos ao redor do mundo, cerca de 24 bilhões de unidades de cigarro a menos. Já a companhia Imperial Tobacco lançou o cigarro eletrônico para conter quedas do consumo de cigarros convencionais (de tabaco) em 2014 (INCA, 2014).

Os cigarros representam 92% do valor de todos os produtos derivados do tabaco vendidos no mundo. Entretanto, com a crescente conscientização da população em relação aos malefícios à saúde causados pelo cigarro, a indústria do tabaco procura diversificar seus produtos. Segundo a American Cancer Society, entre 2000 e 2010, houve um crescimento de 59% nas vendas dos diversos produtos derivado do tabaco que não produzem fumaça. As empresas de tabaco estão cada vez mais interessadas nos DEF, conhecidos como cigarros eletrônicos, como alternativa para a cessação do tabagismo ou a redução de danos (INCA, 2016, p. 14).

Apesar de verificar avanços na produção e comercialização “[...] a médio e longo prazo, a previsão do setor é de retração do consumo baseado no aumento da pressão antitabagista²¹ e nas regras resultantes da Convenção Quadro, além do surgimento do cigarro eletrônico” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 43). Outros fatores, como a queda no consumo interno de cigarros ocasionados pelas políticas vigentes e a pressão do comércio ilegal, estão fazendo com que as

²¹ Segundo o INCA (2016, p. 20) “o tabagismo foi classificado pela OMS, em 1997, no grupo dos transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas, [...] considerada como uma doença crônica e epidêmica, transmitida por meio de publicidade e propaganda nas quais a indústria do tabaco exerce o papel de vetor”.

empresas busquem alternativas de mercados visando manter a potencialidade do setor (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018).

O prognóstico de redução da produção e, conseqüentemente, do consumo, está baseado em quatro principais ações: i) ações globais de redução do consumo colocadas pelos antitabagistas, ii) medidas governamentais de aumento de impostos sobre cigarros e a proibição de seu uso em locais públicos e fechados, iii) crises econômicas vivenciadas pelos países em desenvolvimento e iv) a mudança de hábito dos consumidores diante da expansão dos cigarros eletrônicos (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018):

O avanço mundial no comércio de dispositivos eletrônicos, que tendem a substituir os cigarros tradicionais, bem como sua provável chegada ao Brasil num futuro próximo, preocupa a representação dos produtores. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ainda não liberou a comercialização no País, segundo seus argumentos por falta de informações científicas sobre riscos à saúde, mas a autorização de venda em diversas nações no mundo, com rigorosas legislações, e a pressão dos fabricantes estão abreviando os prazos. Reunião estava prevista ainda em 2018 para a possível definição de um posicionamento oficial da Anvisa e do governo brasileiro. Os mais otimistas esperavam que este mercado viesse a ser regulamentado no primeiro semestre de 2019. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 58).

Cigarros eletrônicos, conhecido pela sigla DEF, são aparelhos mecânicos-eletrônicos que segundo o INCA (2016) já passaram por três gerações: a primeira teve o formato do cigarro normal de papel e uma luz de *led* que simula a brasa do cigarro normal durante a tragada; a segunda geração consistiu no uso de dispositivos em formato de canetas com cartuchos de nicotina recarregáveis; a terceira geração, e atual, são os *vappers* que absorvem os vapores gerados pela combustão de solventes, nicotina, aromatizantes etc., o que fazem é reproduzir os cigarros convencionais de forma mais moderna. O cigarro eletrônico já está disponível legalmente em vários países e tende a acelerar a redução da produção no campo e o consumo mundial de tabaco, e as maiores transformações são esperadas para os próximos quinze anos.

Estudos recentes organizados pela OMS manifestaram preocupação quanto à publicidade da indústria do tabaco para o cigarro eletrônico, podendo resultar em uma nova onda de epidemia do tabaco (INCA, 2016).

O estudo realizado pela Universidade de *Stanford* afirma que:

[...] os fabricantes dos cigarros eletrônicos utilizam-se de imagens praticamente idênticas às utilizadas no passado (1950 e 1960) com os cigarros regulares, exceto que as roupas das modelos e os acessórios usados (carros, lanchas etc.) são mais modernos. As propagandas

claramente buscam a reinserção na sociedade do tabagismo envolto novamente em sofisticação. [...]. No passado, os cigarros com os termos baixo teor, suave, leve, light ou soft inferiam uma segurança ao consumidor. Na versão moderna, os DEF fazem alusão à segurança e à liberdade de todas as substâncias tóxicas existentes nos cigarros do passado. Os DEF também são propagados como tão seguros e saudáveis que a mãe pode vaporar com tranquilidade na face do seu bebê (INCA, 2016, p 51/2).

Os cigarros eletrônicos despontaram como potencial gerador de lucros na medida em que a Convenção Quadro age na redução do uso do cigarro e do tabagismo. Quando da queda no consumo dos cigarros convencionais, apoiados pela CQCT/OMS, os cigarros eletrônicos tornaram-se o novo negócio das indústrias do tabaco. Nas análises do INCA (2016) o cigarro eletrônico é um importante nicho de lucro da indústria tabaqueira, como promessa de redução de danos a saúde ou como medicação para cessação do tabagismo.

Durante a 33ª Assembleia Geral da Associação Internacional de Produtores de Tabaco – ITGA, realizada no Rio Grande do Sul em 2018, a preocupação com os cigarros eletrônicos, que demandam menos matéria-prima, e a preocupação com as restrições da CQCT foram as pautas principais das discussões. Uma afirmação do secretário geral foi de que “[...] não teremos mais a demanda por tabaco que tínhamos há cinco ou três anos atrás, as mudanças vão acontecer [...]” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 84):

O equilíbrio entre a oferta e a demanda de tabaco para elaborar cigarros convencionais vai impor grande desafio à cadeia produtiva global nos próximos 15 anos. O alerta foi dado pela Associação Internacional de Produtores de Tabaco (ITGA, na sigla em inglês), em sua assembléia realizada em outubro de 2018 em Santa Cruz do Sul (RS), com representantes de dezenas de países responsáveis pelo abastecimento global. A preocupação é maior porque, segundo números da consultoria Euromonitor International, depois de o consumo mundial de cigarros ter caído 2,5% entre 2002 e 2017, essa tendência deve se acelerar. Os próximos 15 anos devem representar queda de 25% no consumo de cigarros convencionais. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 46).

Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2018), o consumo mundial de cigarros tem caído consideravelmente nos últimos anos, como mostra a tabela 14.

Tabela 14 - Consumo mundial de cigarros – trilhões de unidades.

Ano	Trilhões de unidades
2013	6,208
2014	6,100

Tabela 14 - Consumo mundial de cigarros – trilhões de unidades.

2015	5,585
2016	5,505
2017	5,420

Fonte: ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2018. Disponível em: <<http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2018/>>.

Segundo o Anuário Brasileiro do Tabaco (2018), o setor passará por densas transformações, ocasionando o surgimento de novos produtos. O fato é que estimativas apontam que, no ano de 2022, cerca de 64 milhões de produtos à base de vapor e de tabaco aquecido devem estar em uso, substituindo o consumo de 265 bilhões de cigarros convencionais.

[...] o desenvolvimento desse mercado vai reduzir o uso do tabaco tradicional e os produtores e os demais elos da cadeia precisam de tempo e de orientação para se adequarem à nova realidade”, alerta. Informações iniciais dão conta de que alguns dispositivos usam no máximo 30% do tabaco em relação a um cigarro convencional. Também tira o sono dos agricultores a estatística de que os produtos eletrônicos ocupam em média 15% do mercado nos países em que são comercializados, caso do Japão e de algumas nações europeias. (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 59).

A preocupação é que “[...] a redução na demanda não tem sido acompanhada por queda na produção junto aos países fornecedores. Isso poderá gerar excesso de oferta e queda nos preços e comprometer a renda dos fumicultores num futuro que, ao que tudo indica, pode estar mais próximo do que se imagina” (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018, p. 46). A demanda retraída e o consumo cada vez menor têm feito o setor ficar alerta para as novas demandas de mercado que surgem baseadas na sustentabilidade.

O momento também foi oportuno para que projetos envolvendo a diversificação de estabelecimentos ganhasse impulso dentro das empresas, dado que o artigo 14 da Convenção solicita medidas de redução de demanda e implantação de medidas para substituir a cultura do tabaco por culturas diferentes (BRASIL, 2011). Nessa visão surgiram os programas de diversificação de culturas implantados pelas empresas fumageiras.

Para Vendruscolo (2017), no cenário que se desenrolava, alternativas de produção foram levantadas e debatidas como propostas de solução para o desenvolvimento rural e a diminuição da dependência do agricultor em relação ao complexo agroindustrial do tabaco.

A Convenção Quadro, em seu artigo 4º, afirma a importância que possuem as estratégias de sustentabilidade para os agricultores familiares que produzem tabaco. A própria Convenção, em seus artigos 4º, 17 e 26, afirma que novas opções de alternativas rentáveis devem ser propostas aos agricultores, pois a redução do consumo global e a consequente redução da área plantada podem afetar a estabilidade econômica de agricultores, de municípios, de estados e de países (BRASIL, 2011).

A produção de tabaco, segundo a Entrevistada F (2018) apresenta inúmeros contras e alguns prós ilusórios, porque, se, por um lado, os impostos arrecadados geram receita para o governo, por outro, seu consumo provoca um gasto ainda maior que o da arrecadação, na saúde pública, isso em decorrência de doenças associadas ao cultivo – DFVT e ao consumo de cigarros.

A promoção de alternativas à cultura do tabaco e que sejam viáveis do ponto de vista econômico ganhou força após a Convenção Quadro, passando essas alternativas a serem estimuladas por órgãos públicos e privados. Trata-se, porém, de soluções que precisam ser trabalhadas a fundo e em relação às quais as possibilidades de apoio ao agricultor familiar produtor de tabaco sejam mais evidenciadas.

3.6 ALTERNATIVAS À FUMICULTURA: A TERRITORIALIZAÇÃO DA DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO

O processo de diversificação é entendido como a criação de diversidade nos processos sociais e econômicos, que, por sua vez, tanto pressionam as famílias como lhes oportunizam opções para diversificar os seus meios de vida. A diversificação agrícola resulta em complexas interações e contribui de variadas formas para a melhoria da distribuição da renda agrícola, do aumento da produtividade agrícola, benefícios ao meio ambiente e maior segurança nas questões macroeconômicas (PERONDI, 2007).

Nesse contexto foi lançado, em 2005, o Programa Nacional de Apoio a Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e é por tal programa que o governo assumiu o compromisso de ajudar os agricultores a reduzir a produção e o consumo de tabaco

(BONATO, 2013). O Inca (2014) mostra que diversificar as atividades produtivas em estados produtores de tabaco é uma questão urgente e demanda um esforço concentrado.

O Programa de Apoio à Diversificação tem por objetivo fundamental articular um conjunto de políticas e programas que promovam processos de diversificação, como forma fundamental de reduzir a dependência e garantir a autonomia dos agricultores. No entanto, a Secretaria da Agricultura Familiar, onde se situa a operacionalização do Programa, transformou a política de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural no eixo central de implementação do Programa. E as Chamadas Públicas de ATER são os instrumentos concretos que estão sendo utilizados. (BONATO, 2013, p. 5).

O município de Canoinhas, em Santa Catarina, irá receber a primeira chamada pública para diversificação em áreas cultivadas com tabaco no ano de 2019. A microrregião que possui municípios com maior produtividade de tabaco do estado de Santa Catarina irá receber auxílio de entidades públicas quase 15 anos depois – 2005 a 2019 – da instituição da CQCT e dos programas a ela ligados (Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco). Essa informação mostra como as ações ligadas à CQCT caminham a passos lentos no país.

Então, enfim, estão sendo disponibilizados recursos por parte do governo federal e os órgãos competentes do município de Canoinhas estão prestes a assinar um instrumento de parceria para desenvolver um trabalho na região do planalto norte-catarinense nessa linha da diversificação, conta o Entrevistado C (2018).

Mesmo assim certa lentidão deverá continuar até porque a imediata substituição do cultivo de tabaco por alternativas é inviável em vista de que os fumicultores estão confortáveis na situação atual. Para o Entrevistado D (2018), o tabaco deixa os agricultores muito imediatistas e confortáveis na situação, pois recebem todos os insumos, orientação técnica, etc. na sua própria casa, sem se preocupar com a produção. É como se estivessem cumprindo uma receita.

A substituição de uma atividade econômica por outra não é suficiente para abordar de forma adequada o problema da pobreza e da vulnerabilidade dos agricultores familiares produtores de tabaco. Segundo o Inca (2014), a COP²² (Conferência das Partes), realizada por todos os Estados signatários da Convenção Quadro) recomendou a diversificação de atividades como um estágio intermediário no processo de mudança de produção, envolvendo oportunidades tanto agrícolas quanto não agrícolas.

²² A 9ª edição da COP ocorrerá em 2020, na Holanda (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018).

Na 7ª edição da COP, as entidades recomendaram a adoção de projetos pilotos para promover culturas alternativas ao tabaco. Na 8ª edição, realizada em 2018, a principal discussão foi a criação, por parte das entidades governamentais federais, de um fundo de diversificação para apoiar os agricultores produtores de tabaco. Para o Brasil, tendo em vista as políticas de diversificação que caminham a passos lentos, a criação do fundo pode sugerir a alavancagem do programa nacional de diversificação (ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO, 2018).

Essa diversificação vem sendo assumida, também, pelas empresas tabaqueiras, “[...] incentivando os fumicultores a diversificarem com culturas alternadas ao tabaco” (VENDRUSCOLO, 2017, p. 53), transformando ameaças em oportunidades. Os projetos de diversificação que são ofertados pelas empresas fumageiras são vistos de forma negativa pela Entrevistada F (2018). Ela afirma que esses projetos têm como justificativa promover o plantio de milho e feijão pós-safra de fumo para aproveitar o adubo químico residual do solo. Seria mais uma estratégia da indústria em lucrar mais com a venda de agroquímicos, além de expor o alimento ao agrotóxico residual do tabaco.

Há que lembrar que, mesmo as empresas sendo protagonistas de programas de diversificação e de sustentabilidade, essas ações não mudam a relação de alienação a que o agricultor está subordinado. A visão dicotômica em relação à produção de tabaco é evidente, pois, ao mesmo tempo em que atende a milhares de famílias na região Sul e é a principal fonte de renda delas, contribuindo para a economia dos municípios, dos estados e do país, é também um sério problema em termos da saúde do agricultor e causa danos ao meio ambiente.

Então essa constatada divergência de significados quanto ao que deva ser essa diversificação da produção de tabaco é claramente sentida ao se analisar os materiais de divulgação das empresas em contraste com os materiais das entidades relacionadas com as entrevistas realizadas. Ao mesmo tempo em que a primeira considera o tabaco como uma fonte de diversificação, outra a considera como uma *commoditie* que não faz parte dos processos de diversificação.

O próprio programa de diversificação do tabaco já se mostra específico quando coloca que as ações são para áreas cultivadas com tabaco, ou seja, parece antagônico, mas não há como o tabaco orgânico ser uma cultura de diversificação para o tabaco convencional, como colocado no marketing das empresas.

Sobre a diversificação da produção de tabaco, os materiais de divulgação das empresas tabaqueiras que tem produção de tabaco orgânico afirmam que este é uma forma de diversificar áreas com tabaco. Exemplo emblemático é o marketing em cima do produto, onde o tabaco orgânico é visto como parte de um processo de diversificação. A Afubra (2015, p. 19) traz o seguinte lema: “Tabaco orgânico, opção rentável para diversificar”.

Já a JTI (2018) afirma que “O tabaco produzido no país está alinhado às necessidades globais da JTI, tanto em sua qualidade quanto em seus tipos”, e que constantes aprimoramentos são realizados em suas variedades de fumo, inclusive na variedade Virginia orgânico. A JTI e a Afubra afirmam estar conscientes dos riscos à saúde associados ao tabagismo e ao uso de agrotóxicos: “[...] estamos comprometidos em desenvolver produtos de risco reduzido²³” (JTI, 2018).

Sobre considerar a produção de tabaco orgânico como um processo de diversificação, o Entrevistado C (2018) vê a produção como uma variação no processo produtivo dentro do estabelecimento e não entende a produção orgânica de tabaco como um processo de diversificação, porque não se estão introduzindo novas culturas, novas cadeias de produção. Essa ideia vai ao encontro do entendimento do Entrevistado E (2018) sobre tabaco orgânico, que o considera, no município como um novo modelo de produção de tabaco e não como um processo de diversificação.

A Entrevistada F (2018) também afirma que o tabaco orgânico não deve ser visto com parte de um processo de diversificação, isso porque é apenas uma continuação da produção convencional, mas agora baseada em discursos sustentáveis. Ela assim entende esse assunto até porque os problemas socioculturais, econômicos e ambientais permanecem os mesmos da produção convencional: dependência de pacote tecnológico, dependência econômica, degradação de solos, entre outros problemas.

É, pois, verdadeiro afirmar que há divergência de opinião e diferença de foco quando se confrontam os dados das empresas com as opiniões de pessoas não ligadas a fumicultura, mas estudiosas do assunto. A diversificação de atividades compreende a utilização de várias atividades agrícolas ou não agrícolas para que o agricultor tenha mais segurança econômica. Os agricultores, ao diversificarem as

²³ Produtos que não envolvam combustão e não produzam fumaça são produtos com potencial para reduzir os riscos associados ao fumo (JTI, 2018).

culturas nos seus estabelecimentos rurais, não se limitam a problemas climáticos ou econômicos que podem acometer um dos cultivos, pois passam a agregar valor e estão sujeitas a menos riscos de perdas nos cultivos (ENTREVISTADO E, 2018).

A interpelação dos agricultores familiares com propostas de diversificação não nos dá o direito de dizer a eles que precisam reduzir a área com tabaco ou parar com a produção. Nós lhes apresentamos as nossas propostas para diversificar para que possam dispor de uma segunda ou terceira atividade, contar com uma renda em outros períodos do ano e diversificar a produção, talvez até colocar, num futuro próximo, o tabaco como segunda ou terceira opção de renda (ENTREVISTADO C, 2018).

Quanto à questão da maior diversificação de culturas e a relação com o tabaco, a Entrevistada F (2018) salienta que o tabaco pode deixar de ser a primeira e principal fonte de renda das famílias. A necessidade de buscar novas estratégias de renda que sejam viáveis ao cultivo do tabaco está se delineando no município. A fruticultura, a olericultura e a produção de leite têm se mostrado excelentes para a região, como afirma o Entrevistado E (2018). A EPAGRI sempre atuou com projetos territoriais em áreas como a fruticultura, a olericultura, a piscicultura, hortaliças, apicultura, meliponicultura²⁴. O leite é o maior projeto para o município e já vemos agricultores abandonarem o tabaco para se dedicarem à produção de leite como principal renda, aliada à diversificação. O “Planorte Leite” tem trazido excelentes resultados. A área das agroindústrias familiares ou todo o processo de agregação de valor também tem sido uma preocupação da instituição (ENTREVISTADO C, 2018).

No município também atua a ACATUR – Associação de Cooperação e Apoio ao Turismo Rural, instituição que nasceu para apoiar o turismo rural e processos de diversificação não só em estabelecimentos familiares que produziam tabaco. A

²⁴ Meliponicultura é a criação de abelhas sem ferrão, abelhas nativas ou abelhas indígenas, são abelhas que vivem em colônias e se caracterizam por apresentar o aparelho ferroador atrofiado, cujo nome científico é *meliponíneos*. Pertencem ao gênero *Melipona* e tribo *Meliponini* ocorrem somente na América do Sul, América Central e Ilhas do Caribe. Existem no mundo aproximadamente 400 espécies dessas abelhas, no Brasil aproximadamente 300 espécies, sendo que em Santa Catarina ocorrem cerca de 35 espécies. A criação de abelhas nativas tem se tornado uma atividade econômica importante para o agricultor por meio da comercialização do mel, da polinização de algumas culturas comerciais e da venda de colônias formadas pela criação racional. Entretanto, o produtor deve conservar o foco preservacionista, mantendo as populações de abelhas nativas em seu habitat natural como agentes polinizadores, tendo em vista que a grande maioria das espécies de plantas nativas depende da polinização feita por abelhas também nativas para sua perpetuação. Para mais informações acesse o boletim da Epagri: https://www.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_40421.pdf

associação conta com agricultores associados e já introduziu duas rotas de turismo rural no município – Rota das Capelas e Rota Salto d'Água Verde.

Ambas as rotas possuem participantes que já conseguiram deixar a produção de tabaco para se dedicarem a culturas como a piscicultura, doces artesanais, horticulturas, etc. O caso mais emblemático é o de uma família que plantava tabaco convencional e que iniciou a produção de hortaliças orgânicas²⁵. Hoje essa família conta com marca própria e vende os seus produtos no mercado regional. Outros associados receberam ajuda da Associação²⁶ e já deixaram a produção de tabaco.

Para o Entrevistado D (2018), o enfoque da Acatu é a promoção do desenvolvimento do turismo rural como alternativa de renda. A decisão de parar com o plantio do tabaco ou de reduzir é uma decisão do fumicultor, mesmo porque os associados que estão cultivando tabaco não querem se aposentar nessa cultura.

Considerando a área rural do município e os 2.777 fumicultores, os casos apresentados são isolados e sem muita visualização. Sobre o programa de diversificação, o Entrevistado C (2018) afirma que o programa está bem colocado: “Nós vamos ter a primeira experiência dentro da Epagri de um trabalho mais forte com recursos desses programas pra investir junto ao nosso produtor em assistência técnica e extensão rural e isso vai ser muito importante. O programa de diversificação é necessário, precisa ser muito bem trabalhado porque tem um potencial enorme de trazer bons resultados para o agricultor. A minha preocupação é que realmente esse recurso seja bem investido”.

O Entrevistado C ainda afirma que o bom resultado do programa no campo depende de alguns fatores para que esse programa seja realmente o que esperamos. As expectativas em torno do programa são muito boas, mas depende basicamente da forma como esses recursos chegam, da centralização desse recurso; e da sensibilização e vontade do agricultor também de diversificar e nessa linha de não entrar num processo de eliminação do fumo, mas de diversificação.

Para Vendruscolo (2017), as políticas públicas que estão em vigor afetam a realidade local dos agricultores. A produção de tabaco está espacializada pelo Sul do Brasil e uma proibição repentina da produção de tabaco, sem planejamento de

²⁵ “Família Prust Alimentos Saudáveis”.

²⁶ Recebem ajuda da Associação, que se mantém com uma mensalidade ilustrativa dos agricultores, sem ajuda financeira de órgãos públicos ou privados.

novas alternativas economicamente viáveis aos agricultores familiares, traria um impacto grande para o país. O Entrevistado C (2018) pondera que é “[...] difícil fazer uma análise desse fato, o que foi feita foram ponderações e análises mais macros da situação e o que se sabe é que o impacto seria muito grande em termos econômicos e sociais”:

Porque você imagina o tabaco é uma cadeia produtiva que ta consolidada a mais de 60, 70 anos, se você simplesmente hoje tira isso do cenário, os impactos seriam muito grandes principalmente no econômico, você teria uma diminuição muito grande do movimento econômico do município, o fumo em Canoinhas é o maior movimento econômico, está sempre nas primeiras posições em termos de movimentação econômica. Então você imagina tirar isso, o impacto econômico enorme, atrás disso eu imagino que viria um problema social porque nós teríamos a dificuldade de o produtor não ter a renda, teria uma série de problemas que poderiam vir decorrentes disso, aumento de violência, falta de emprego, enfim. Os impactos seriam muito nefastos. (ENTREVISTADO C, 2018).

Sobre o impacto da proibição de tabaco, a Entrevistada F (2018) salienta que a atual dependência do agricultor em relação à produção de tabaco, isso aliado ao fato de ser a principal fonte de renda, causaria graves consequências, principalmente econômicas.

A mesma entrevistada afirma que, para isso não acontecer, o programa do governo federal de diversificação das lavouras de tabaco visa dar suporte técnico a toda a cadeia de produção de outras atividades agrícolas, garantindo a diversidade econômica das famílias.

Os agricultores que produzem tabaco, eles o produzem ou porque possuem extremamente pouca terra cultivável ou pela facilidade que o sistema integrado proporciona para realizar essa produção, pois ocorre através de um diálogo constantemente afirmado pelas empresas: “[...] *por enquanto esse pessoal não tem outra alternativa de renda. E a maior parte deles [agricultores] falam isso*” (ENTREVISTADO D, 2018).

De forma mais específica, identificou-se que os processos de diversificação que estão sendo implementados no município têm esse poder de tirar os agricultores da produção de tabaco. O caso de um produtor de leite que hoje conseguiu abandonar a atividade de fumo, e também mantém olericultura e outras atividades, é um exemplo. Ocorre, porém, que, segundo o Entrevistado C (2018), isso atualmente ainda é muito incipiente.

[...] claro que a cultura do tabaco pode deixar de ser a primeira opção de renda, acho que numa proporção muito lenta como vem acontecendo. Não

acredito numa transformação muito rápida ou muito acelerada desse processo, acho que isso até é uma situação natural. Com ou sem convenção quadro isso iria acontecer, essa opção da família, muitas vezes porque não consegue lidar com a cultura do fumo em função de problemas de saúde e falta de mão de obra ou mesmo a visão de que outras opções sejam melhores. Isso varia de caso a caso, de propriedade para propriedade, de local para local. Como a cadeia produtiva do tabaco ela é muito bem estruturada hoje é difícil ver que tenha uma brusca ruptura na cultura, não vejo mesmo, mas, em algumas situações até por conta desse programa que ta sendo feito e pela situação de melhoria de algumas outras cadeias produtivas, isso é possível. (ENTREVISTADO C, 2018).

Para que a cultura do tabaco possa deixar de ser a opção mais importante de renda agrícola para as famílias, o Estado deve apoiar novas possibilidades de diversificação, analisando que há gerações essas famílias são dependentes dessa cultura dominada por grandes grupos multinacionais. Então, no entender da Entrevistada F (2018), o papel que o Estado pode desempenhar é essencial na criação de políticas públicas para apoiar outras cadeias produtivas, desde o acesso à terra até a comercialização.

Os altos lucros obtidos no município com a produção de tabaco corroboram a fala de alguns entrevistados. Isso mostra que o município não está apresentando oportunidades de comercialização de outros produtos. Questionados sobre a possibilidade de substituir o tabaco orgânico por outras culturas orgânicas, os agricultores alegam que falta incentivo, “[...] até dá vontade de produzir, mas não tem pra quem vende, né. [...] eu antes plantava bastante verdura pra venda, mas nesse mercado de Canoinhas ali não compensa. Eles preferem compra do Ceasa do que de nós” (ENTREVISTADO J, 2017). Outro entrevistado salientou que até fez cursos ofertados pela prefeitura pra produzir morango orgânico, mas não teve acesso à comercialização no município:

[...] nesse caso, o tabaco, nas condições apresentadas pelos atores é engrandecido como o mais eficiente e, portanto, o que pode trazer condições de sobrevivência para as famílias imersas nesse contexto. Essa grandeza é dimensionada na medida em que são desqualificadas outras possibilidades de produção agrícola [...]. (VENDRUSCOLO, 2017, p. 174).

A crítica do Entrevistado D (2018) nesse sentido é a de que todas as ações de diversificação que são delineadas devem dar subsídios para que a cadeia completa se forme e não apenas o incentivo sem mostrar o caminho para a comercialização. Ou seja, o fumicultor está acostumado a receber no conforto da casa tudo o que precisa para produzir e quando novas oportunidades aparecem e não se apresentam bem delineadas, o produtor recusa.

O que se conclui é que existem alternativas de diversificação que deram certo no município. Existe apoio de órgãos públicos e privados, mas o discurso é o de que o tabaco ainda é uma fonte importante de renda para os agricultores e a sua ausência traria impactos também muito negativos ao município.

O fato de ser uma produção orgânica não o coloca num patamar de visualização diferente do tabaco convencional. Contrários aos agricultores que, no passado, tiveram produção de tabaco, mas que atualmente tem buscado a diversificação de culturas e renda em outras culturas que não o tabaco, principalmente as culturas orgânicas comercializando no mercado regional seus produtos, os agricultores produtores de tabaco orgânico demonstram aceitar as exigências e mudanças propostas pela indústria fumageira mantendo a argumentação de que só o tabaco é capaz de gerar renda significativa para a sua família, mesmo estando descontente com as condições impostas pelo capital.

A partir da análise e compreensão das entrevistas constata-se que os agricultores produtores de tabaco, em sua maioria, mas não em sua totalidade, não apresentaram o desejo de mudança de cultura em virtude dos diálogos de que só o tabaco é uma cultura rentável para a agricultura familiar e do conforto gerado pelo sistema de integração que oferece um pacote produtivo pronto.

Em relação aos agricultores que inseriram outras culturas e abandonaram o cultivo do tabaco afirmam estar satisfeitos com as escolhas feitas e nem mesmo por necessidade voltariam para a produção de tabaco, independentemente se lhes fosse apresentado o tabaco orgânico.

O tabaco orgânico produzido no município pode ser considerado apenas como uma nova possibilidade produtiva dentro da mesma cadeia produtiva do tabaco, possibilidade essa afirmada pelas empresas fumageiras como parte de um processo de diversificação sustentável.

A atuação do complexo agroindustrial do tabaco se dá através de uma cadeia global e está muito bem estruturado a partir de forças políticas e econômicas que se beneficiam da produção, impedindo que novas alternativas a cultura do tabaco sejam postas em prática. Novas estratégias devem ser delineadas, mesmo sofrendo pressões da indústria fumageira, e merecem um esforço a longo prazo bem estruturado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo basilar da dissertação foi analisar os impasses da produção de tabaco convencional e as perspectivas de diversificação da produção a partir do cultivo do tabaco orgânico no município de Canoinhas/SC. Segundo dados obtidos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), constatou-se que o cultivo do tabaco convencional é predominante no município de Canoinhas – SC, do mesmo modo em que é pilar da economia de centenas de municípios do sul do Brasil. O tabaco orgânico aparece, timidamente, como uma forma de promover a sustentabilidade da produção, sustentabilidade que é difundida pelas empresas fumageiras na intenção de esconder as críticas que sofrem ante a Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.

As pesquisas e discussões concebidas permitem traçar conclusões significativamente importantes sobre a produção de tabaco orgânico no município de Canoinhas. Constatou-se que a produção de tabaco orgânico é uma medida tomada pelas empresas fumageiras para inibir as críticas decorrentes da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco. Como já possuem mercado certo em países europeus para essa produção, aproveitam para driblar os discursos de que a produção de tabaco subordina e causa danos à saúde e ao meio ambiente vendendo a imagem de uma empresa responsável com o futuro do agricultor e do meio ambiente.

Divulgam também, por conta do programa de diversificação, que o tabaco orgânico é uma nova forma de produção de tabaco utilizada para diversificar a propriedade, fato que diverge das formas de diversificação propostas pela Convenção Quadro.

A relação existente entre o complexo agroindustrial e os agricultores familiares compreende um jogo de ações políticas e econômicas que atuam na promoção da produção de tabaco. Isso nos remete à ideia de que a integração econômica cresce a partir de variados pontos de vista, social, político e espacial, permanecendo a lógica da subordinação.

Ao se observar o curso histórico-geográfico da produção de tabaco, nota-se que ela se reorganizou, pós anos 1960, com as novas relações de integração que surgiam influenciadas pela ação hegemônica do capital. Tais fatores acarretaram um aumento na produção e consequentemente a subordinação dos agricultores à indústria. Neste ponto, entra a questão da adaptação da agricultura familiar às

exigências em infraestrutura impostas pelas empresas. O efeito seria uma agricultura familiar especializada na cultura do tabaco e sem autonomia para promover a diversificação de cultivos.

Constata-se que a hegemonia das grandes corporações tabaqueiras atuantes no sul do Brasil territorializam os territórios dotando-os de flexibilidade, articulando-os em rede e usufruindo das vantagens que cada território apresenta (HAESBAERT, 2014). Além disso, percebe-se que a integração do agricultor à empresa tabaqueira através do sistema integrado de produção de tabaco é o principal fator de subordinação, visto que os agricultores assinam um contrato de compra e venda de tabaco durante um determinado período. Assim, os agricultores passam a ser controlados e vulneráveis às conflitualidades que podem ser desencadeadas a partir da subordinação ao capital.

A situação de dependência à empresa, notada nas pesquisas de campo, causa certa acomodação nos agricultores, sendo um problema na visão dos entrevistados que apoiam outras culturas em detrimento do tabaco. Para o entrevistado D (2018) o fumo torna os agricultores imediatistas e dependentes das fumageiras, mas infelizmente, o tabaco é a única certeza de renda por ora no município.

Nesse caso, a certeza que o agricultor tem de que vai receber todos os objetos e insumos em sua casa sem se preocupar com quaisquer conflitos é viabilizada pelo capital, o que faz também desestabilizar o diálogo quando o tema gera reflexão sobre diversificação de cultivos e novas alternativas de renda para a agricultura familiar.

Em dissonância do discurso acima colocado, estão aqueles agricultores que perceberam diversas possibilidades de renda e cultivo para a agricultura familiar. Insatisfeitos com o sistema integrado, buscaram informações e conhecimentos para diversificar a renda na agricultura.

Os agricultores produtores de tabaco entrevistados afirmam que para a sua área territorial não há possibilidades de diversificação. Analisando esses argumentos percebe-se que essa falta de alternativas citada é uma imposição do mercado capitalista.

Essa ideia é vista em Vendruscolo (2017) e nas entrevistas realizadas, onde alguns agricultores se sentem acomodados na atual situação de produtor de tabaco. Nessas circunstâncias, este trabalho elenca quatro fatores que levam a essa

comodidade na produção. Esses fatores, enraizados como verdade absoluta entre a maioria dos agricultores de tabaco orgânico entrevistados, se referem: ao tradicionalismo no cultivo que é passado de geração em geração; à lógica industrial e à eficiência produtiva dos estabelecimentos salientando o tabaco como a única cultura que a agricultura familiar pode cultivar para ter renda; à lógica do desenvolvimento que acentua a ideia de que só o tabaco é capaz de melhorar as condições de vida do agricultor principalmente no acesso a bens materiais; e à lógica da sustentabilidade difundida pelas empresas tabaqueiras através do cultivo orgânico de tabaco.

Os cenários pesquisados, relativos ao tabaco orgânico abordam questões do contexto de mudanças na produção de tabaco, principalmente aquelas produzidas pós-Convenção Quadro. As críticas à produção de tabaco recaem em dois principais elementos levantados: o uso de agrotóxicos e os malefícios da planta, com suas substâncias químicas, ao trabalhador; e o processo de subordinação e perda de autonomia que o agricultor enfrenta ao fazer parte do Sistema Integrado de Produção de Tabaco.

Autores como Bonato (2006) e Etges (2001) afirmam que o grau de dependência do agricultor à empresa acarreta também um maior uso do pacote tecnológico incluindo os agrotóxicos, suscitando problemas ao meio ambiente e à saúde humana.

A questão do uso de agrotóxicos tem se tornado tema de frequentes debates no país pelo fato de o governo fomentar a rápida e fácil liberação de agrotóxicos. Leis são criadas para reformular as antigas permitindo a comercialização de agrotóxicos extremamente perigosos, o que se considera um verdadeiro retrocesso na política agrícola do país, acentuando os interesses mercantis de pequenos grupos de agricultores capitalistas.

Constatou-se que cultivo do tabaco convencional leva ao uso de agrotóxicos desde o preparo do solo até a colheita, e o maior consumo de agrotóxicos está relacionado ao grau de subordinação do agricultor. Um dos maiores perigos dos agrotóxicos é o seu contato direto com o trabalhador, sendo muito evidenciado na cultura do tabaco, visto que a intoxicação pela nicotina presente na planta e a adição de agrotóxicos causam a doença da folha verde do tabaco. As famílias produtoras de tabaco orgânico analisadas já sofreram algum tipo de intoxicação por agrotóxicos

e pela nicotina, o que fez com que os produtores mais audaciosos iniciassem o cultivo do tabaco orgânico na primeira oportunidade.

Produtos agrícolas orgânicos são aqueles nos quais nenhum tipo de agrotóxico e fertilizantes artificiais são utilizados. Valorizam-se os insumos naturais e o cuidado com a natureza utilizando seus insumos de forma racional, prezando inclusive pelas relações sociais concebidas entre agricultor e quem consome seus produtos.

Sobre o tabaco orgânico constatou-se que a sua produção é caracterizada somente pela substituição de fertilizantes artificiais por biológicos e o não uso de agrotóxicos. No entanto, as relações de subordinação, muito discutidas no cultivo convencional de tabaco, permanecem as mesmas no cultivo de tabaco orgânico.

Assim, a produção de tabaco orgânico é uma forma encontrada pelas empresas fumageiras na tentativa de diminuir os impactos resultantes das críticas contra a produção convencional. Conforme a Convenção Quadro ganha espaço e força e é aderida por centenas de países, a comercialização do tabaco se torna mais difícil e atinge diretamente a produção no campo. Com o cultivo do tabaco orgânico as fumageiras esquivam-se das críticas e ainda elaboram e vendem um marketing de empresa sustentável.

Nesse contexto, percebe-se que a produção do tabaco orgânico está atrelada a dois fundamentos principais: o primeiro refere-se aos nichos específicos de mercado, levando a observação de outro fator importante nesse fundamento: o motivo pelo qual é uma produção concentrada em áreas específicas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Além disso, pelo fato de ter poucos compradores de cigarros, situados no exterior, o cultivo não é difundido para uma parcela maior de agricultores.

O segundo fundamento levantado são as estratégias empresariais de concorrência no mercado, visto que diversas ações contra o tabaco foram desenvolvidas nas últimas décadas em decorrência da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco.

A Convenção Quadro e suas discussões geraram dois discursos diferentes na produção de tabaco. Por um lado, as fumageiras criam táticas para manter a produção ante à crise que as assola, buscando por alternativas viáveis para manter a produção no campo, com o tabaco orgânico surgindo é visto como uma alternativa pelas empresas no mesmo nicho da fumicultura. Por outro lado, criam-se também

alternativas para diminuir ou cessar a produção de tabaco a partir do incentivo de outras culturas que priorizem renda e qualidade de vida a curto, médio e longo prazo.

A promoção de alternativas à cultura do tabaco e que sejam viáveis do ponto de vista econômico ganharam força pós Convenção Quadro. Os dados apresentados nos quadros 3, 4 e 5 do primeiro capítulo mostram uma leve queda na produtividade, especialmente nas safras 2016/2017, o que deve se acentuar nos próximos anos porque as medidas de combate ao tabagismo; o surgimento de cigarros eletrônicos e as ações de diversificação em áreas com tabaco devem ser intensificadas.

Esses dados mostram a importância que a diversificação em áreas com tabaco ganha, visto que, a tendência é a redução da produção de tabaco na medida em que as ações contra a produção ganham força, e a introdução de novas tecnologias na comercialização de cigarros são introduzidas, como por exemplo, os cigarros eletrônicos. Cigarros eletrônicos são dispositivos eletrônicos que reproduzem os cigarros convencionais. São movidos a bateria e utilizam de cartuchos com os componentes químicos (nicotina, solventes, aromatizantes etc.), alguns trazem, inclusive, a reprodução em luz de *led* para simbolizar a brasa do cigarro convencional.

É importante destacar que no município de Canoinhas, a territorialização da produção de tabaco é intensa. Porém, há referência a agricultores que tinham no tabaco a única fonte de renda, mas que conseguiram abandonar o cultivo e migrar para novas possibilidades. Alguns casos são referência para o município, inclusive, a ACATUR trabalha com o apoio ao turismo rural para fortalecer a agricultura familiar e incentivar a diversificação de culturas. As rotas turísticas criadas no município pela ACATUR (Rota Salto D'Água Verde e Rota Das Capelas) inseriram também agricultores produtores de tabaco e prestam assistência para que o tabaco se torne segunda opção de renda ou para que o agricultor deixe de plantar tabaco.

A diversificação de atividade com casos concretos no município de Canoinhas mostra que é possível introduzir novas alternativas ao tabaco como a piscicultura, o turismo rural, artesanato, alimentos orgânicos, floricultura etc. No entanto, mesmo com casos concretos, ainda a diversificação é timidamente propagada entre os agricultores produtores de tabaco. As alternativas existem, mas se não persistir o apoio de órgãos públicos e privados a indústria do tabaco

continuará o discurso de que somente este cultivo é fonte de renda para os agricultores.

Constata-se com apoio na fala do entrevistado D (2018) que atualmente, se existir a possibilidade de cessar o cultivo do tabaco no município, muitos agricultores não teriam alternativas rápidas de renda por conta da especialização no tabaco.

Esse é um problema a ser resolvido com o programa de diversificação, incentivando outras culturas agrícolas, dando capacitação para os agricultores e acionando mercados para comercialização. Muitas vezes os órgãos públicos se limitam a oferecer o programa de diversificação deixando para o agricultor a função de se capacitar, de procurar mercados, o que frequentemente leva o agricultor já especializado e integrado a continuar na produção de tabaco na qual o pacote tecnológico vem pronto à sua casa.

Um dos sinais dessa inibição pode ser vistas nas políticas públicas do município para a diversificação em áreas com tabaco. Segundo o entrevistado C (2018) o município vai receber em 2019 a primeira chamada do programa nacional de diversificação em áreas cultivadas com tabaco, ou seja, somente mais de quinze anos depois da ratificação da Convenção Quadro no Brasil e da criação do programa de diversificação é que a região que é a maior produtora de tabaco do Estado de Santa Catarina vai receber auxílio para diversificar áreas com tabaco.

Como consequência das pesquisas levantadas neste estudo, as respostas encontradas por ele ao concluir seus objetivos são também acompanhadas por inúmeras indagações que precisam ser discutidas amplamente, como por exemplo, a busca por novas possibilidades de renda para a agricultura familiar, por ora, estes e outros espaços em aberto podem ser o início de novos estudos.

Desta maneira lança-se o desafio, complexo por ora, como pensar novas possibilidades, novas alternativas produtivas que possam vir a substituir a cultura do tabaco na agricultura familiar a médio e longo prazo, estimulando nos agricultores o desejo de sair da zona de conforto que o sistema integrado oferece.

Não se deve deixar de considerar a produção de tabaco orgânico como um processo de transformação dos agricultores e dar auxílio para o cultivo de outras alternativas orgânicas, porém esse auxílio é retraído no município e os órgãos governamentais caminham a passos lentos na contribuição aos agricultores produtores de tabaco orgânico e convencional, o que faz com que o território seja dominado pelas multinacionais do tabaco.

Mais do que antes, o desenrolar de ações cotidianas que se encontram fora do fluxo da produção de tabaco ao associar-se com diversos e diferentes atores buscam uma nova racionalidade para a agricultura do município. Novos desafios, novos fluxos, novas relações são lançadas através de atividades que sejam economicamente viáveis para substituir o tabaco.

REFERÊNCIAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil – **Fumicultura mundial**, 2018. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

AFUBRA. **Revista Expoagro Afubra** – 2015. Santa Cruz do Sul/RS. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

AGRICULTOR A. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, agosto de 2017.

AGRICULTOR B. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, agosto de 2017.

AGRICULTOR C. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, agosto de 2017.

AGRICULTOR D. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, agosto de 2017.

AGRICULTOR E. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, setembro de 2017.

AGRICULTOR F. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, setembro de 2017.

AGRICULTOR G. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, setembro de 2017.

AGRICULTOR H. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, setembro de 2017.

AGRICULTOR I. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, setembro de 2017.

AGRICULTOR J. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, setembro de 2017.

AGRICULTOR M. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, setembro de 2017.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia** – a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, Miguel; NICHOLLS, Clara. **Agroecologia**: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. Ciência & ambiente, n. 27, jul/dez 2003. Disponível em: https://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/AgroecologiaResgatando_a_Agricultura_Org%C3%A2nica_a_partir_de_um_Modelo_Industrial_de_.pdf>Acessado em junho de 2018

ANATER. **Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. 2018. Disponível em: <<http://www.anater.org>>. Acesso em: nov. 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. **Santa Cruz do Sul**: Editora Gazeta Santa Cruz, 2018. Disponível em: <<http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2018/>>. Acesso em: nov. 2018.

ANUÁRIO BRASILEIRO DO TABACO. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2016. Disponível em: <<http://www.editoragazeta.com.br/produto/anuario-brasileiro-do-tabaco-2016/>>. Acesso em: nov. 2018.

ARAUTO. **JTI é pioneira na produção de tabaco orgânico no Brasil**. Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <<http://www.jornalarauto.com.br/Pages/25241/JTI-e-pioneira-na-producao-de-tabaco-organico-no-Brasil>>. Acesso em: dez. 2018.

BOBATO, Zaqueu Luiz. **A fumicultura como parte integrante da formação socioespacial sul-brasileira: (des)caminhos e perspectivas futuras para os produtores e a região**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/56248/R%20-%20T%20-%20ZAQUEU%20LUIZ%20BOBATO.pdf;jsessionid=0E37C892494C0D1D93A07C5F82EDFA6C?sequence=1>>. Acesso em: nov. 2018

BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça – tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. 2000. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufsc.br>>. Acesso em: 22 maio 2018.

BOEIRA, Sérgio Luís; GUIVANT, Júlia Sílvia. Indústria de tabaco, tabagismo e meio ambiente: as redes ante os riscos. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 20, n. 1, p. 45-78, jan./abr. 2003. Disponível em: <www.alice.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 22 maio 2018.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017. Disponível em: <<http://www.fao.org>>.

BONATO, Amadeu. Conjuntura Fumo: a fumicultura e a Convenção-Quadro: desafios para a diversificação. **DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BONATO, Amadeu. A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para o controle do tabaco. **DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>. Acesso em: 12 maio 2018.

BONATO, Amadeu Antônio. **Desafios e Potencialidades para a diversificação na agricultura familiar produtora de tabaco – estudo a partir dos diagnósticos realizados nas Unidades de Produção Familiar da Chamada Pública de ATER**

para a Diversificação nas Áreas de Cultivo de Tabaco. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Out. 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Tabaco__para_site_SAF__PDF.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

BRAGA, Luís Carlos. As territorialidades da produção fumageira – o caso da empresa Souza Cruz. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio Cesar; MARAFON, Gláucio José (Org.). **Territorialidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1º ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 299-319.

BRASIL. Banco Central. Resolução nº 4.584, de 29 de junho de 2017 que ajusta as normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 29 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/151814436/dou-secao-1-30-06-2017-pg-38/pdfView>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Portaria nº 16, de 19 de janeiro de 1982**. Dispõe sobre a classificação do tabaco. Disponível em: <<http://sistemasweb.agricultura.gov.br/sislegis/action/detalhaAto.do?method=visualizarAtoPortalMapa&chave=1736355887>> Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/portugues/lei-no-10-831-de-23-de-dezembro-de-2003.pdf/view>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a definição e classificação de agrotóxicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm>. Acesso em: out. 2018.

BRASIL. **Decreto Presidencial nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002**. Que dispõe sobre agrotóxicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4074compilado.htm>. Acesso em: out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Supremo Tribunal Federal, 2018a. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacao_Constituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: out. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 4.513, de 24 de agosto de 2016**. Altera disposições do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <<http://impresanacional.gov.br/materia/assetpublisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21907579/do1-2016-08-26-resolucao-n-4-513-de-24-de-agosto-de-2016-21907502>>. Acesso em: nov. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.670/2016b**. Institui a Política Nacional de Redução de Agrotóxicos – PNARA, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E2916E7538FA4B21029AB69FCD368492.proposicoesWebExterno1?codteor=1516582&filename=PL+6670/2016>. Acesso em: out. 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 6.299, de 2002**. Altera os artigos 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre agrotóxicos. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1654426&filenome=Tramitacao-PL+6299/2002>. Acesso em: out. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.167, de 27 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10167.htm>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996**. Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígenos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9294.htm>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Por que aprovar a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco?** 2004. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/cquadro.pdf>>. Acesso em: dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Convenção-quadro para o controle do tabaco**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer – INCA, 2011. Disponível em <http://www.saude.pr.gov.br/arquivos/File/convencao_quadro_texto_oficial.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A importância e a urgência da diversificação de produção em áreas que produzem tabaco no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Câncer – INCA, 2014. Disponível em: <<http://www1.inca.gov.br>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Alternativas à agricultura**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer – INCA, 2018. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/status_politica/alternativas_fumicultura>. Acesso em agosto de 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 26 maio 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Ações do ministério do desenvolvimento agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil**. Brasília/DF, 2010. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip-258397-3759191-lt_Balano_do_Programa_de-2021660.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo M. **Agricultura, instituições e desenvolvimento sustentável** – organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004. Disponível em: <www.fca.unesp.br>. Acesso em: 22 jun. 2007.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio. **Agroecologia** – matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília/DF, abril de 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.emater.tche.br>>. Acesso em: 10 out. 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. A agricultura familiar no contexto do rural contemporâneo. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio Cesar; MARAFON, Gláucio José (Org.). **Territorialidades nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 275-298.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; MEIRA, Suzana Gotardo; Agricultura Orgânica: uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais. **Campo – Território**: revista de Geografia agrária. V.9, nº19, out/2014. p.149-176. Disponível em:<<https://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/26083/15520>> Acessado em julho de 2018.

CASTILHO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia/MG, v. 22, n. 3, p. 461-474, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.

CORREA, Roberto Lobato. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário Igeo** – Revista da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 15, 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.ufrj.br>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 165-176, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br>>. Acesso em: 10 set. 2017.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Do desenvolvimento setorial ao desenvolvimento territorial. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 261-282, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.online.unisc.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. Revisitando a discussão sobre a modernização da agricultura. In: FAJARDO, Sérgio; DANTAS, Jhonatan dos Santos. **Geografia agrária, ruralidades e território** – processos locais no espaço rural. Porto Alegre, RS: Compasso, 2018. p. 9-36.

DAROLT, Moacir Roberto. **Agricultura orgânica** – inventando o futuro. Londrina, PR: IAPAR, 2002.

DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <https://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/.../Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE>.

DIAS, Valéria da Veiga; SCHULTZ, Glauco; SCHUSTER, Marcelo da Silva; TALAMINI, Édson; RÉVILLION, Jean Philippe. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Ambiente & Sociedade**, v. XVIII, n. 1, p. 161-182, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00155.pdf>. Acesso em: jan. 2019.

ECOCERT. **Organismo de inspeção e certificação**, 2018. Disponível em: <<http://brazil.ecocert.com/index/>> Acessado em agosto de 2018.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, Gláucio José; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2007. p. 49-66.

EMBRAPA. Agência Embrapa de informações Tecnológicas. **Uso de agrotóxicos**. 2018. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ENTREVISTADO C. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, dezembro de 2018.

ENTREVISTADO D. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, dezembro de 2018.

ENTREVISTADO E. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, janeiro de 2019.

ENTREVISTADO G. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, janeiro de 2019.

ENTREVISTADO H. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, janeiro de 2019.

ENTREVISTADO I. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, janeiro de 2019.

EPAGRI/CEPA. **Santa Catarina em números**. Canoinhas, 2013. Disponível em: <https://www.docweb.epagri.sc.gov.br/webSite_cepa/publicacoes/Sintese_2016.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

EPAGRI/CEPA. **Comparativo das safras das principais lavouras – 2016 e 2017**. Disponível em: <<http://www.epagri.sc.gov.br>>.

EPAGRI/CEPA. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2015-2016. **Volume 1. Florianópolis, 2016. Disponível em:** <www.epagri.sc.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2017.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana.** Santa Cruz do Sul, RS: Editora da UNISC, 2001. Disponível em: <<http://www.galileu.globo.com>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

ETGES, Virgínia Elisabeta. **Sujeição e resistência:** os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul, RS: Livraria e Editora da FISC, 1991.

FAJARDO, Sérgio. **Estratégias e territorialidades das cooperativas agropecuárias e empresas globais do setor agroindustrial no Paraná.** 2007. 379 fl. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista/UNESP – Presidente Prudente. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FAJARDO, Sérgio. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG, v. 9, n. 27, p. 31-44, set. 2008. Disponível em: <<https://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15725/8898>> Acesso em: 26 out. 2018.

FAJARDO, Sérgio. Algumas discussões sobre abordagem econômica do território na geografia e suas implicações no espaço rural. **R.RA'E GA**, Curitiba/Editora UFPR. n. 10, p. 131-137, 2005. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/4976/3773>>.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. **Os usos da terra no Brasil.** 1. ed, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Emílson (Orgs.). **Campesinato e território em disputa.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura – **Definida a tabela do tabaco para a safra 2016/2017.** Disponível em: <www.fetaesc.org.br>. Acesso em: 10 maio 2018.

FIERGS – Balanço 2017 & Perspectivas 2018. **Unidade de Estudos Econômicos**, Rio Grande do Sul, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.fiergs.org.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FINATTO, Roberto Antônio. **Redes de agroecologia e produção orgânica na região Sul do Brasil:** das intencionalidades à materialidade socioespacial. 2015. 322 p. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.repositório.ufsc.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Nota Técnica – Análise do Projeto de Lei nº 6.299/2002**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[http://cee.fiocruz.br/? q=Fiocruz-divulga-nota-contra-flexibilizacao-de-lei-sobre-agrotoxicos](http://cee.fiocruz.br/?q=Fiocruz-divulga-nota-contra-flexibilizacao-de-lei-sobre-agrotoxicos)>. Acesso em: out. 2018.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. **Cientistas da Fiocruz integram delegação oficial do Brasil na COP8**. 2018b. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/cientistas-da-fiocruz-integram-delegacao-oficial-do-brasil-na-cop8>>.

FLORIT, Luciano. **A reinvenção social do natural, natureza e agricultura no mundo contemporâneo**. Blumenau, SC: Editora da FURB, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FREY, Márcia Rosane; WITMANN, Mílton Luiz. Gestão ambiental e desenvolvimento regional: uma análise da indústria fumageira. **Revista Eure**, vol. XXXII, nº 96, p. 99-115. Santiago de Chile, agosto de 2006. Disponível em: <<https://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1314/409>>. Acesso em: jan. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Nacional, 2004.

GAZOLLA, Márcio; SCHNEIDER, Sérgio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf Crédito de Custeio e Investimento no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília/DF, v. 51, n. 1, jan./mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=03S0103202013000100003>. Acesso em: nov. 2018.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é a questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Editor da Unicamp, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, jul./set. 1993, p. 2-10. Disponível em: <<https://www.produtos.seade.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2018.

GRISA, Cátia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira (Orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: <https://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/.../Agricultura%20Familiar_WEB_LEVE>.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WIEINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias – agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<http://www.static.scielo.org>>. Acesso em: 10 maio 2017.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Sílvia Elizabeth de C. S. **Novo retrato da agricultura familiar** – o Brasil redescoberto. Brasília, DF: INCRA/FAO, 2000. Disponível em: <<https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>>.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói, RJ: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **ETC – Espaço, Tempo e Crítica** / Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas, v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.ufu.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z. **A emergência da multiterritorialidade** – a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização** – do fim dos territórios à multiterritorialidade. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <<http://www.edisciplinas.usp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

HESPANHOL, Antônio Nivaldo. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. 4º ENCONTRO NACIONAL DE GRUPOS DE PESQUISA – ENGRUP, São Paulo. **Anais...** p. 370-392, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros; COSTA, Vera Mariza Henriques de Miranda. Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microrregião geográfica de Presidente Prudente-SP. In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (Orgs.). **Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas**. Rio Claro, SP: Editora da Unesp, 2002. p. 157-172.

HILSINGER, Roni. **O território do tabaco no sul do Rio Grande do Sul diante da Convenção-Quadro para o controle do tabaco**. 2016. Tese. 223 fl. (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em: 10 maio 2018.

HOWARD, Albert. **Um testamento agrícola**. Tradução de Eli L. de Jesus. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

IBGE Censo agropecuário 2006. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2017.

IFOAM International Foundation for Organic Agriculture. Disponível em: <<http://www.ifoam.bio>>. Acesso em: maio 2018.

IFOAM – International Foundation for Organic Agriculture. **Consolidated annual report from IFOAM – Organics international**, 2016. Disponível em: <<http://www.ifoam.bio>>. Acesso em: maio 2018.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **A ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco pelo Brasil: mitos e verdades**. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/32dbf4004eb68a12a067b2f11fae00ee/A+Ratifica%C3%A7%C3%A3o+da+Conven%C3%A7%C3%A3o-Quadro+Mitos+e+Verdades.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=32dbf4004eb68a12a067b2f11fae00ee>>. Acesso em: nov. 2018.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Brasil não liberou novos recursos para a diversificação do tabaco**. 2017. Disponível em: <<https://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/agencianoticias/site/home/noticias/2017/brasil-nao-liberou-novos-recursos-para-diversificacao-do-tabaco>>. Acesso em: out. 2018.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **A Convenção-Quadro da OMS para Controle do Tabaco**. 2018. Disponível em: <http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio/control_tobaco/site/home/convencao_quadro_o_que_e>. Acesso em: out. 2018.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Observatório da Política nacional de Controle do Tabaco**. 2018. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco>>.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Nota pública acerca do posicionamento do Instituto Nacional de Câncer sobre o Projeto de Lei nº 6.299/2002**. Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: <www1.inca.gov.br/inca/.../nota-publica-inca-pl-6299-2002-11-de-maio-de-2018.pdf>. Acesso em: out. 2018.

INCA. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. **Cigarros eletrônicos: o que sabemos?** Estudo sobre a composição do vapor e danos à saúde, o papel na redução de danos e no tratamento da dependência de nicotina. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://portal.anvisa.gov.br/documents/106510/106594/Livro+Cigarros+eletr%C3%B4nicos+o+que+sabemos/e8a169d0-fd20-4fdc-b11f-ec9281f49700>>. Acesso em: mar. 2019.

JAPAN TOBACCO INTERNATIONAL. **Sustentabilidade**. 2018. Disponível em:

<<https://www.jti.com/about-us/sustainability/a-proudly-responsible-business-but-on-sustainable-thinking>>. Acesso em: dez. 2018.

JAPAN TOBACCO INTERNATIONAL. **Japan Tobacco International**, 2018. Disponível em: <<https://www.jti.com/pt-br/our-views/we-love-what-we-do>> Acesso em: maio de 2018.

KAGEYMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília/DF, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/download/8702/4887>>. Acesso em: jan. 2019.

KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu, SP: Agroecológica, 2001.

LAMARCHE, Hughes. **A agricultura familiar** – comparação internacional. Tradução de Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993 (Volume 1). Disponível em: <<http://www.edisciplinas.usp.br>>. Acesso em: 9 jun. 2018.

LONDRES, Flávia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. 1. ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2011.

MAGALHÃES, Cássia Gonçalves. Efeito do estresse hídrico sobre a composição química e atividade antimicrobiana do óleo essencial de três espécies de *leptospermum j. r. forst & g. forst* (myrtaceae). 2008. Dissertação (Mestrado em Agroquímica). Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais.

MALUF, Renato. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, p. 36-68, 15 out. 2000. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1145/1145.pdf>>. Acesso em: nov. 2018.

MARQUES, Ana Cecília P. R.; CAMPANA, Ângelo; GIGLIOTTI, Analise de Paula et al. Consenso sobre o tratamento da dependência de nicotina. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, 2001. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 10 maio 2018.

MARTINS, Vanessa Amábile; RENNER, Jane Dagmar Pollo; CORBELIMI, Valeriano Antônio; PEPPEN, Morgana; KRUG, Suzane Beatriz Frantz. Doença da Folha Verde do Tabaco no período da classificação do tabaco: perfil sociodemográfico e ocupacional de fumicultores de um município do interior do Rio Grande do Sul. **Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 4, out. 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/epidemiologia/article/view/8198>>. Acesso em: out. 2018.

MARX, Karl. **O capital** – crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <<http://www.edisciplinas.usp.br>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MAZZALI, Leonel. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo: UNESP, 2000. Disponível em: <<https://www.ficms.com.br/web/biblioteca/BIOLOGIA/LEONEL%20MAZZALI%20-%20-%20processo%20recente%20de%20reorganiza%E7%E3o%20agroindustrial.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo, do neolítico à crise contemporânea**. Tradução de Cláudia F. F. B. Ferreira. São Paulo: Editora da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. Disponível em: <www.ufsm.br>. Acesso em: 26 maio 2017.

MORAES, Jonas. **Comunidades de coleoptera em cultivos de tabaco (*Nicotiana tabacum* L.) em Santa Cruz Do Sul/RG**. 2014. 136 fl. Dissertação (Mestrado em Agrobiologia). Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ppgagrobio/JonasMoraes.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2017.

MÜLLER, Geraldo. São Paulo - O núcleo do padrão agrário moderno. **São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 4, p. 50-56, out./nov. 1988. Disponível em: <https://www.http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v02n04/v02n_04_13.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

MÜLLER, Geraldo. Brasil agrário – heranças e tendências. **São Paulo em Perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 11-12, jul./set. 1993. Disponível em: <https://www.http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v07n03/v07n03_02.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo no Brasil Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Nanete. **Lavoura dourada – a saga dos produtores de tabaco do Sul do Brasil**. São Paulo: Évora, 2010.

PELINSKI, Augusta; GUERREIRO, Eziquiel. Os benefícios da agricultura orgânica em relação à convencional – ênfase em produtos selecionados. **Revista de Ciências Humanas, Aplicadas, Linguística, Letras e Artes**, UEPG, Ponta Grossa/PR, n. 12, p. 49-72, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.Revistas2.uepg.br>>. Acesso em: 15 jun. 2018

PENTEADO, Layane; DANTAS, Jhonatan dos Santos. **Os desafios para a diversificação das áreas de produção de fumo no Brasil**. XI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, a diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação de 9 a 12 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/4/130.pdf>>.

PENTEADO, Laiane; DANTAS, Jhonatan dos Santos. O papel do Estado no direcionamento da produção de fumo no Sul do Brasil: da formação do complexo agroindustrial à necessidade de diversificação. In: FAJARDO, Sérgio; DANTAS, Jhonatan dos Santos. **Geografia agrária, ruralidades e território – processos locais no espaço rural**. Porto Alegre, RS: Compasso, 2018. p. 143-164.

PERONDI, Miguel Ângelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/11009/000602634.pdf?sequence=1>>. Acesso em: dez. 2018.

PORTAL DO TABACO. **Quase 50% dos municípios da Região Sul do Brasil produzem tabaco**. Santa Cruz do Sul, Jan/2017. Disponível em: <http://portaldo tabaco.com.br/quase-50-dos-municipios-da-regiao-sul-do-brasil-produzem-tabaco/>. Acesso em: dez. 2018.

PRIEB, Rita Inês Pauli. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul, RS: Editora da UNISC, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROSAS, Celso Antônio da Fonseca. **A (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista**. 2010. 246 fl. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais. Disponível em: <http://www.ppgeo.ig.ufu.br>. Acesso em: 1º jun. 2018.

ROSAS, Celso Antônio da Fonseca; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. A cafeicultura brasileira no contexto dos processos de globalização e de desregulamentação do mercado. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 10, 2003. Disponível em: <http://www.revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 1º jun. 2018.

ROOS, Djoni. **Contradições na construção dos territórios camponeses no centro sul paranaense: territorialidades do agronegócio, subordinação e resistências**. Tese (Doutorado). Presidente Prudente: UNESP, outubro de 2015. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_djoni_2015.pdf. Acesso em: out. 2018.

RUVINSKI, Anderson Antônio. A inserção dos agricultores de Irati/PR na produção de fumo orgânico. **Anais SINGA**: Curitiba, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt09_1506547195_arquivo_fumoorganico.pdf. Acesso em: jun. 2018.

SANTOS, Cleiton Evandro dos (Org.). **Anuário brasileiro de tabaco – 2017**. Santa Cruz do Sul, RS: Editora Gazeta Santa Cruz, 2017b. Disponível em: <http://www.editoragazeta.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000. Disponível em: www.geografia.fflch.usp.br. Acesso em: 5 ago. 2017.

SANTOS, Milton. **Economia espacial – críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003.

SANTOS, Roseli Alves dos. Desafios do desenvolvimento territorial para a agricultura familiar. In: SAQUET, Marco Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFOM, Gláucio José (Orgs.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas**

ciudadeslatino-americanas e francesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 321- 333.

SAQUET, Marcos A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780/6894>>. Acesso em: 20 out. 2018.

SAQUET, Marcos A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, B. P. da; PIRES, C. L. Z. **A emergência da multiterritorialidade** – a resignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2008. p. 47-60.

SAQUET, Marcos A. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades – uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. **São Paulo: Outras Expressões, 2011.**

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no sudoeste paranaense. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur M. **Cidade e campo** – relações e contradições entre urbano e rural. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 157-186

SAVOLDI, Andreia; CUNHA, Luís Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 25-45, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17780/11607>>. Acesso em: nov. 2018.

SCHULTZ, Glauco. Agroecologia, agricultura orgânica e institucionalização das relações com o mercado nas organizações de produtores no Sul do Brasil. **Agrária**, n. 7, São Paulo, p. 61-93, 2007. Disponível em: <www.revistas.usp.br/agraria/article/view/130>. Acesso em: dez. 2018.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. In: LUCCHESI, Geraldo. **Agrotóxicos** – construção da legislação. Brasília, DF: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/127344/1/Diversidade-e-heterogeneidade.pdf>>. Acesso em jan.2019.

SEAB/DERAL. Departamento de economia rural. **Prognóstico fumo – novembro de 2017**. Disponível em: <https://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2018/Fumo_2017_18.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

SEAB/DERAL. Departamento de economia rural. **Fumo: análise da conjuntura agropecuária safras 2016/2017**. 2018. Disponível em: <<https://www.agricultura.pr.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2017.

SECRETARIA do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Perfis regiões funcionais de planejamento**. Rio Grande do Sul, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.planejamento.rs.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2017

SEFFRIN, Guido. **O fumo no Brasil e no mundo**. Santa Cruz do Sul, RS: AFUBRA, 1995.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Complexo agroindustrial do fumo e território**: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio do Pardo/RS. 2007. 578 fl. Tese (Doutorado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humnas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufsc.br>>. Acesso em: 1º jun. 2018.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Rede e território: reflexões sobre a rede agroindustrial do tabaco, circuito espacial de produção e círculos de cooperação na região Sul do Brasil. **Caderno de Geografia**. PucMINAS/MG, v. 26, n. 47, p. 911-941, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.pucminas.br>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. DORNELLES, Mizael. Mercado mundial de tabaco, concentração de capital e organização espacial – notas introdutórias para uma geografia do tabaco. **Revista Scripta Nova** (Revista eletrônica de Geografia e Ciências Sociais), Universidade de Barcelona, v. 14, n. 338, 10 out. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu>>. Acesso em: 7 ago. 2017.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. A cultura do tabaco na região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas. **Revista: Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 19, n. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsm.br>>.

SINDICATO Interestadual da Indústria do Tabaco (SINDITABACO). (2014a). **Distribuição da Produção**. Disponível em: <<http://sinditabaco.com.br/sobre-o-setor/estatisticas-e-infograficos/>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

SOUZA CRUZ. **Sustentabilidade**. 2018. Disponível em: <http://www.souza-cruz.com.br/group/sites/SOU_AG6LVH.nsf/vwPagesWebLive/DOAGFLH6>. Acesso em: dez. 2018.

TÉCNICO AGRÍCOLA A. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, junho de 2017.

TÉCNICO AGRÍCOLA B. Entrevista concedida a Carla Berdnachuk em Canoinhas, agosto de 2017.

TORZANI, Tomas Amaral (Org.). **RS em números**. Porto Alegre, RS: FEE, 2017. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

UNIVERSAL LEAF TOBACCO. **Desempenho ambiental**. 2018. Disponível em: <<http://www.universalcorp.com/Practices/EnvironmentalPerformance>>. Acesso em: dez. 2018.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

VENDRUSCOLO, Rafaela. **Instituições e críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul**: mudanças e reafirmações institucionais. 2007. 331 fl. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br>>. Acesso em jan. 2018.

VOGT, Olgário Paulo. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS (1849-1993)**. 1994. 256 fl. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em:<<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27825>>. Acesso em nov.2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42-61, out. 2003. Disponível em: <<http://www.revistaesa.com>>. Acesso em: jun. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **XX Encontro Anual da ANPUCS. GT 17**. Minas Gerais, outubro de 1996. Disponível em: <<https://www.reformaagrariaemdados.org.br/.../Raízes%20Historicas%20do%20Campesinato>>. Acesso em dez.2018.

WIED, Jean Marc von der. Um novo lugar para a agricultura. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 47-67.

WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia. The world of organic agriculture 2017: Summary. In: WILLER, Helga; LERNOUD, Júlia; KILCHER, Lukas (Eds.). **The world of organic agriculture – statistics and emerging trends 2017**. Research Institute of Organic Agriculture/FiBL, Frick, e International Federation of Organic Agriculture Movements / IFOAM, Bonn, Germany. 2017. p. 25-74. Disponível em: <<http://www.shop.fibl.org>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

WILBERT, Johannes. **Tobacco and shamanism in South America**. Chelsea, Michigan: Yale University Press, 1987. Disponível em: <<http://www.anthrosource.onlinelibrary.wiley.com>>.

APÊNDICE A: MODELO DE AUTORIZAÇÃO PARA ENTREVISTAS GRAVADAS**TERMO DE AUTORIZAÇÃO**

Eu, Carla Adriana Berdnachuk, sob o RA: 3100117003010 e CPF Nº 06981966948 discente do Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, venho por meio deste solicitar sua autorização para citar as informações disponibilizadas na entrevista para compor os dados da dissertação sobre a produção de fumo orgânico, com a orientação do professor Drº Celbo Antonio Fonseca Rosas. Conforme a entrevista descrita e certa de que suas contribuições auxiliarão a compor a presente pesquisa, desde já agradecemos.

Ponta Grossa, _____ de _____ 2017.

Assinatura do entrevistado (a)

APÊNDICE B: MODELO DE CARTA DE IDENTIFICAÇÃO

CARTA DE IDENTIFICAÇÃO

Venho por meio deste, apresentar a mestrande em Geografia, Carla Berdnachuk, minha orientanda, que necessita colher informações para seu trabalho de pesquisa de mestrado, dentro da idoneidade e ética acadêmica. Gostaríamos de poder contar com sua prestatividade para fornecer dados e informações, devidamente citados em seu trabalho, sobre as necessidades referidas que a aluna precisar.

Sendo o que se apresenta para o momento, reiteramos votos de estima e consideração.

Atenciosamente.

Prof. Drº. Celbo Antonio Fonseca Rosas
Chefe de departamento de Geociências
Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia
Universidade Estadual de Ponta Grossa
E mail para contato: celboantonio@uepg.br

APÊNDICE C: MODELO DE ENTREVISTA COM OS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

ESTRUTURA DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-PR MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

Mestranda: Carla Adriana Berdnachuk

Orientador: professor Dr.º Celbo Antônio Fonseca Rosas

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da dissertação de mestrado da aluna Carla Adriana Berdnachuk e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM TÉCNICOS AGRÍCOLAS.

1. Quantos produtores têm em cada município?
2. Há quantos anos a empresa atua com produção de fumo orgânico?
3. Está apostando no fumo orgânico por que o mercado é promissor?
4. É exportado pra quais países o fumo orgânico?
5. O nível de tecnologia é baixo nas plantações de fumo?
6. Os produtores migraram para o fumo orgânico por quais motivos? Preço, saúde ou outro?
7. Qual empresa atua na certificação de fumo orgânico?
8. O que diferencia do convencional? Composição química, sementes modificadas em laboratório?

APÊNDICE D: MODELO DE ENTREVISTA COM OS AGRICULTORES PRODUTORES DE TABACO ORGÂNICO

ESTRUTURA DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-PR MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

Mestranda: Carla Adriana Berdnachuk

Orientador: professor Dr.º Celbo Antônio Fonseca Rosas

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da dissertação de mestrado da aluna Carla Adriana Berdnachuk e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

IDENTIFICAÇÃO

- 1- Idade:
- 2- Município:
- 3- Escolaridade:
- 4- Quantas pessoas residem no estabelecimento:

INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS DA PESQUISA

- 5- Qual a área territorial do estabelecimento?
- 6- Qual a área territorial destinada à produção de fumo?
- 7- Quantos anos trabalhando na agricultura?
- 8- Quantos anos plantando tabaco orgânico?
- 9- Quais outras culturas que produz? É também produção orgânica
- 10- Há quantos anos esta integrado a empresa?
- 11- Na produção de fumo utiliza mão de obra familiar? Empregados?
- 12- Percebeu evolução na propriedade com o plantio do fumo? Compra de moveis, implementos agrícolas, carro etc?
- 13- O fumo é uma boa alternativa para uma boa renda para as propriedades familiares?
- 14- O orgânico é mais vantajoso que o convencional? Por quê?
- 15- Perceberam melhora na qualidade de vida quando iniciaram com o orgânico? (dores de cabeça por causa do sol forte, vômitos etc.)
- 16- Cogitou a possibilidade de plantar hortaliças orgânicas e não o fumo?
- 17- Como é o manejo do fumo, desde o preparo da terra até a colheita?
- 18- Usa-se trator e os implementos necessários para cultivar e plantar ou o trabalho é manual e com uso de animais.
- 19- Controle de insetos e plantas é feito manualmente e com ajuda de insumos biológicos?
- 20- Os insumos são produzidos na propriedade ou são comprados de empresas credenciadas? Quais?
- 21- Como é a proteção para não entrar agrotóxicos na lavoura de orgânico? Existem barreiras naturais?
- 22- A comercialização é melhor que o fumo convencional?

23-Qual a media final da safra 2016/2017?

O que percebe da produção de fumo orgânico. Mercado promissor que tende a crescer? Deseja continuar produzindo fumo orgânico

APÊNDICE E: MODELO DE ENTREVISTA COM O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA ACATUR

ESTRUTURA DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-PR MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

Mestranda: Carla Adriana Berdnachuk

Orientador: professor Dr.º Celbo Antônio Fonseca Rosas

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da dissertação de mestrado da aluna Carla Adriana Berdnachuk e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

Sobre produção de tabaco, COCT e processos de diversificação:

- 1- Qual a função da ACATUR frente à produção de tabaco?
- 2- Como a instituição atua em relação à produção de tabaco?
() promoção da produção
() incentiva a redução
Por que? E como atua? (oferece subsídios, financiamentos etc?)
- 3- Qual a sua análise sobre a produção de tabaco no município de Canoinhas?
- 4- Considera a produção de tabaco como um vetor de desenvolvimento para o município de Canoinhas e o Estado de Santa Catarina?
- 5- Qual seria o impacto sentido nos municípios catarinenses (assim como no Sul do Brasil) se a produção de tabaco acabasse?
- 6- Qual a sua opinião sobre a Política de Diversificação em Areas Cultivadas com Tabaco e demais ações do governo?
- 7- Qual o posicionamento da ACATUR frente à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco?
- 8- Em sua visão, quais as possibilidades de projetos de diversificação do tabaco alcançarem êxito nos próximos anos a fim de que a produção de tabaco seja segunda opção dos agricultores?
- 9- Quais ações são realizadas pela associação para promover a diversificação da fumicultura? Cite exemplos de casos bem sucedidos ou não, de produtores que abandonaram a produção de tabaco para se dedicar a outras atividades ou culturas:
Sobre tabaco orgânico:
- 10- Qual seu conhecimento sobre a produção de tabaco orgânico?

- 1- Acha que deveria ser mais divulgado pelas empresas?
- 2- Em sua opinião, quais as motivações para que os agricultores cultivem tabaco orgânico?
- 3- O senhor acredita que a produção orgânica de tabaco parte de uma iniciativa própria das empresas, ou, como uma proposta de produção sustentável frente à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (convenção que prevê a diminuição do tabaco)?
- 4- Considera a produção de tabaco orgânico:
() parte de um processo de diversificação
() parte de um novo modelo de produção em relação ao modelo convencional de tabaco

Por que?

- 6 - A associação está atuando em algum estabelecimento familiar que mantém produção de tabaco orgânico? Se sim, como é a relação com o agricultor e do agricultor com a empresa?
- 7 - Em sua visão quais as perspectivas futuras para a produção de tabaco orgânico no município?

**APÊNDICE F: MODELO DE ENTREVISTA COM GERENTE REGIONAL EPAGRI
CANOINHAS E O SECRETÁRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL DA
PREFEITURA DE CANOINHAS**

**ESTRUTURA DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-PR
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

Mestranda: Carla Adriana Berdnachuk

Orientador: professor Dr.º Celso Antônio Fonseca Rosas

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da dissertação de mestrado da aluna Carla Adriana Berdnachuk e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- 1 Qual a função da EPAGRI frente à produção de tabaco?
- 2 Como a instituição atua em relação à produção de tabaco?
() promoção da produção
() incentiva a redução
Por quê? E como atua? (oferecem subsídios, financiamentos etc?)
- 3 Qual a sua análise sobre a produção de tabaco no município de Canoinhas?
- 4 Considera a produção de tabaco como um vetor de desenvolvimento para o município de Canoinhas e o Estado de Santa Catarina?
- 5 Qual seria o impacto sentido nos municípios catarinenses (assim como no Sul do Brasil) se a produção de tabaco acabasse?
- 6 Existem políticas públicas sendo delineadas para diversificar a produção agrícola das unidades familiares que produzem tabaco no Estado?
() sim
() não
Se sim, quais?
- 7 Qual a sua opinião sobre a Política de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e demais ações do governo?
- 8 Qual o posicionamento da EPAGRI frente à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco?
- 9 Em sua visão, quais as possibilidades de projetos de diversificação do tabaco alcançarem êxito nos próximos anos a fim de que a produção de tabaco seja segunda opção dos agricultores?

Sobre tabaco orgânico:

- 10 Qual seu conhecimento sobre a produção de tabaco orgânico?
- 11 Acha que deveria ser mais divulgado pelas empresas?
- 12 Em sua opinião, quais as motivações para que os agricultores cultivem tabaco orgânico?
- 13 O senhor acredita que a produção orgânica de tabaco parte de uma iniciativa própria das empresas, ou, como uma proposta de produção sustentável frente à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (convenção que prevê a diminuição do tabaco)?
- 14 Considera a produção de tabaco orgânico:
- () parte de um processo de diversificação
- () parte de um novo modelo de produção em relação ao modelo convencional de tabaco
- Por quê?
- 15 Em sua visão quais as perspectivas futuras para a produção de tabaco orgânico no município?

APÊNDICE G: MODELO DE ENTREVISTA COM A CEPAGRO

ESTRUTURA DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-PR MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

Mestranda: Carla Adriana Berdnachuk

Orientador: professor Dr.º Celbo Antônio Fonseca Rosas

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da dissertação de mestrado da aluna Carla Adriana Berdnachuk e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- 1- Qual a função da CEPAGRO frente aos agricultores familiares que produzem tabaco?
- 2- Quais as áreas geográficas de atuação da CEPAGRO no Estado de Santa Catarina?
- 3- Há quanto tempo à entidade trabalha com agricultores produtores de tabaco?
- 4- Como a instituição atua em relação à produção de tabaco?
☐ promoção da produção de tabaco
☐ incentiva a redução de tabaco
Por que?
- 5- Qual a sua análise sobre a produção de tabaco no sul do Brasil?
- 6- Qual sua posição em relação ao tabaco orgânico? (resposta pessoal)
☐ positiva
☐ negativa
Por quê?
- 7- Em sua opinião, que importância à produção orgânica de tabaco apresenta ao produtor e ao meio ambiente? (pessoal)
- 8- Considera a produção de tabaco como um vetor de desenvolvimento para os municípios do Estado de Santa Catarina?
☐ sim
☐ não
Por quê?
- 9- Considera os estabelecimentos familiares, que produzem tabaco, bem desenvolvidos? (infraestrutura, maquinários, poder de compra etc.).
- 10- Qual a sua opinião sobre a iniciativa das empresas que implantaram o tabaco orgânico? (empresas JTI e ULT; resposta pessoal).

- 11- Acredita que a produção orgânica de tabaco parte de uma iniciativa própria das empresas, ou, como uma proposta de produção sustentável frente à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (convenção que prevê a diminuição do tabaco)?
- 12- Qual seria o impacto sentido nos municípios catarinenses (assim como no Sul do Brasil) se a produção de tabaco acabasse?
- 13- Em sua opinião, existem possibilidades produtivas que gerem renda igual ou superior ao tabaco que podem ser implantadas nas unidades familiares? Quais?
- 14- Quais as motivações reais, em sua opinião, para que os agricultores cultivem tabaco orgânico?
- 15- Considera a produção de tabaco orgânico:
☐ parte de um processo de diversificação
☐ parte de um novo modelo de produção em relação ao modelo convencional de tabaco
Por que?
- 16- Existem políticas públicas sendo delineadas ou implantadas para diversificar a produção agrícola das unidades familiares que produzem tabaco no Estado?
☐ sim
☐ não
Se sim, quais?
- 17- Qual a sua opinião sobre a Política de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco e demais ações do governo? É um elemento importante para os agricultores na redução ou diversificação da produção?
- 18- Em relação à CEPAGRO, quais programas foram implantados para diversificar áreas produtoras de tabaco? Poderia comentar alguns exemplos bem sucedidos ou não.
- 19- Qual o posicionamento da CEPAGRO frente à Convenção Quadro para o Controle do Tabaco?
- 20- Considera importante os projetos de diversificação que são ofertados pelas empresas fumageiras (programa milho e feijão e diversificação, por exemplo) para diversificar a área com tabaco?
- 21- A partir de seu conhecimento na área quais as possibilidades de projetos de diversificação do tabaco alcançarem êxito nos próximos anos a fim de que a produção de tabaco seja segunda ou terceira opção dos agricultores?
- 22- Levando em consideração a questão anterior e em relação à diversificação de culturas, acredita que o tabaco pode deixar de ser a primeira fonte de renda da unidade agrícola familiar?

23- Em sua visão quais as perspectivas futuras para a produção de tabaco orgânico? (pessoal)

24- Em sua opinião o que o tabaco orgânico representa para os fumicultores? Qual a sua mensagem para os produtores de tabaco?

APÊNDICE H: ENTREVISTA COM AGRICULTORES QUE DIVERSIFICARAM A PRODUÇÃO DE TABACO

ESTRUTURA DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA-PR MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

Mestranda: Carla Adriana Berdnachuk

Orientador: professor Dr.º Celbo Antônio Fonseca Rosas

Esclarecimento: A presente entrevista é parte integrante da dissertação de mestrado da aluna Carla Adriana Berdnachuk e as informações obtidas por meio desta entrevista somente poderão ser utilizadas para este propósito.

ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

- 1- Quais as culturas ou atividades que são realizadas atualmente no estabelecimento?
- 2- Qual é a atividade que substituiu o tabaco na questão econômica?
- 3- Na questão do retorno econômico dessa nova atividade, é maior que o tabaco?
- 4- Por quantos anos plantou tabaco? Porque começou a cultivar tabaco?
- 5- O que mudou na vida da família ao longo desses anos sem tabaco?
- 6- Já ouviram falar sobre tabaco orgânico? Plantariam?
- 7- Conhecem o programa de diversificação em áreas cultivadas com tabaco? Se sim como o conheceram? Já tiveram acesso aos recursos?
- 8- Usam/usaram algum tipo de financiamento para promover a diversificação?
- 9- Quais as principais dificuldades encontradas atualmente no estabelecimento?(econômica, comercial, infraestrutura, apoio etc)
- 10- Como é a venda de seus produtos no mercado de Canoinhas? (induzir a falar sobre a valorização do agricultor local)
- 11- Teve apoio técnico e financeiro de órgãos municipais ou regionais?
- 12- Você considera a diversificação de áreas com tabaco importante?
- 13- O que você pensa sobre a produção de tabaco? (se criticar perguntar pq sendo algo ruim os agricultores continuam na produção se é por falta de apoio, planejamento ou dependência).
- 14- Você e sua família se sentem satisfeitos com as atuais atividades desenvolvidas no estabelecimento?

ANEXO A - PREÇOS DO TABACO CURADO

Souza Cruz			Philips Morris			JTI		
Classes	R\$/kg	arroba	Classe	R\$/kg	arroba	Classe	R\$/kg	arroba
T O 1	11,31	169,65	T O 1	11,23	168,45	T O 1	11,31	169,65
T O 2	9,56	143,4	T O 2	9,5	142,5	T O 2	9,56	143,4
T O 3	8,11	121,65	T O 3	8,06	120,9	T O 3	7,82	117,3
T R 1	8,81	132,15	T R 1	8,75	131,25	T R 1	8,82	132,3
T R 2	6,05	90,75	T R 2	6,01	90,15	T R 2	6,05	90,75
T R 3	3,53	52,95	T R 3	3,49	52,35	T R 3	3,22	48,3
T L 1	7,35	110,25	T L 1	7,3	109,5	T L 1	6,42	96,3
T L 2	5,7	85,5	T L 2	5,66	84,9	T L 2	4,87	73,05
T K	4,34	65,1	T K	4,31	64,65	T K	3,58	53,7
B O 1	11,9	178,5	B O 1	11,81	177,15	B O 1	11,9	178,5
B O 2	10,3	154,5	B O 2	10,22	153,3	B O 2	10,3	154,5
B O 3	8,28	124,2	B O 3	8,23	123,45	B O 3	8,01	120,15
B R 1	9,27	139,05	B R 1	9,2	138	B R 1	9,43	141,45
B R 2	6,8	102	B R 2	6,75	101,25	B R 2	6,8	102
B R 3	4,55	68,25	B R 3	4,51	67,65	B R 3	4,15	62,25
B L 1	9,04	135,6	B L 1	8,98	134,7	B L 1	7,92	118,8
B L 2	7,31	109,65	B L 2	7,26	108,9	B L 2	6,24	93,6
B K	5,7	85,5	B K	5,66	84,9	B K	4,69	70,35
C O 1	11,42	171,3	C O 1	10,77	161,55	C O 1	11,42	171,3
C O 2	10,04	150,6	C O 2	9,45	141,75	C O 2	9,73	145,95
C O 3	8,09	121,35	C O 3	7,64	114,6	C O 3	7,55	113,25
C R 1	8,01	120,15	C R 1	7,56	113,4	C R 1	7,86	117,9
C R 2	5,7	85,5	C R 2	5,37	80,55	C R 2	5,37	80,55
C R 3	3,67	55,05	C R 3	3,45	51,75	C R 3	3,16	47,4
C L 1	9,04	135,6	C L 1	8,54	128,1	C L 1	7,56	113,4
C L 2	7,31	109,65	C L 2	6,89	103,35	C L 2	6,12	91,8
C K	4,55	68,25	C K	4,29	64,35	C K	3,74	56,1
X O 1	10,04	150,6	X O 1	9,45	141,75	X O 1	9,69	145,35
X O 2	8,43	126,45	X O 2	7,94	119,1	X O 2	8,13	121,9
X O 3	6,91	103,65	X O 3	6,51	97,65	X O 3	6,45	96,75
X R 1	7,52	112,8	X R 1	7,09	106,35	X R 1	7,28	109,2
X R 2	4,64	69,6	X R 2	4,38	65,7	X R 2	4,34	65,1
X R 3	2,74	41,1	X R 3	2,58	38,7	X R 3	2,37	35,55
X L 1	8,01	120,15	X L 1	7,56	113,4	X L 1	6,67	100,05
X L 2	6,5	97,5	X L 2	6,13	91,95	X L 2	5,41	81,15
X K	3,33	49,95	X K	3,14	47,1	X K	2,75	41,25
G 2	4,34	65,1	G 2	4,09	61,35	G 2	3,58	53,7
G 3	1,13	16,95	G 3	1,06	15,9	G 3	0,92	13,8
N	2,86	42,9	N	2,7	40,5	N	2,21	33,15
SC	1,13	16,95	SC	1,06	15,9	SC	0,84	12,6
ST	0,68	10,2	ST	0,65	9,75	ST	0,52	7,8

Alliance One			Universal Leaf		
Classes	R\$/kg	arroba	Classes	R\$/kg	arroba
T O 1	11,23	168,45	T O 1	11,15	167,25
T O 2	9,45	141,75	T O 2	9,42	141,3
T O 3	7,85	117,75	T O 3	7,99	119,85
T R 1	8,75	131,25	T R 1	8,69	130,35
T R 2	5,98	89,7	T R 2	5,96	89,4
T R 3	3,31	49,65	T R 3	3,47	52,05
T L 1	7,15	107,25	T L 1	7,24	108,6
T L 2	5,54	83,1	T L 2	5,62	84,3
T K	4,01	60,15	T K	4,27	64,05
B O 1	11,81	177,15	B O 1	11,72	175,8
B O 2	10,18	152,7	B O 2	10,15	152,25
B O 3	8,02	120,3	B O 3	8,17	122,55
B R 1	9,2	138	B R 1	9,13	136,95
B R 2	6,71	100,65	B R 2	6,7	100,5
B R 3	4,25	63,75	B R 3	4,48	67,2
B L 1	8,69	130,35	B L 1	8,91	133,65
B L 2	7,05	105,75	B L 2	7,2	108
B K	5,14	77,1	B K	5,62	84,3
C O 1	10,61	159,15	C O 1	10,48	157,2
C O 2	9,23	138,45	C O 2	9,19	137,85
C O 3	7,3	109,5	C O 3	7,42	111,3
C R 1	7,33	109,95	C R 1	7,34	110,1
C R 2	5,14	77,1	C R 2	5,23	78,45
C R 3	3,3	49,5	C R 3	3,36	50,4
C L 1	8,15	122,25	C L 1	7,71	115,65
C L 2	6,59	98,85	C L 2	6,23	93,45
C K	4,1	61,5	C K	4,17	62,55
X O 1	9,23	138,45	X O 1	9,19	137,85
X O 2	7,76	116,4	X O 2	7,73	115,95
X O 3	6,23	93,45	X O 3	6,34	95,1
X R 1	6,78	101,7	X R 1	6,9	103,5
X R 2	4,19	62,85	X R 2	4,26	63,9
X R 3	2,47	37,05	X R 3	2,51	37,65
X L 1	7,22	108,3	X L 1	6,82	102,3
X L 2	5,86	87,9	X L 2	5,54	83,1
X K	3,01	45,15	X K	3,06	45,9
G 2	3,91	58,65	G 2	3,98	59,7
G 3	1,02	15,3	G 3	1,04	15,6
N	2,58	38,7	N	2,62	39,3
SC	1,02	15,3	SC	1,04	15,6
ST	0,62	9,3	ST	0,63	9,45

Fonte: AFUBRA, 2018.